



UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

IRIS CÉLIA AZEVEDO AZI

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS GERAIS DA TEORIA E A
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RIBEIRA AZUL

Salvador
2009

IRIS CÉLIA AZEVEDO AZI

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS GERAIS DA TEORIA E A
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RIBEIRA AZUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Pedrão.

Salvador
2009

Ficha Catalográfica

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Azi, Iris Célia Azevedo

Cooperação internacional para o desenvolvimento: aspectos gerais da teoria e a experiência do Programa Ribeira Azul. / Iris Célia Azevedo Azi. – Salvador, 2009.

150 p. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Fernando Pedrão.

1. Cooperação internacional. 2. Desenvolvimento socioeconômico. Organizações não-governamentais. I. Pedrão, Fernando, orient.
II. Universidade Salvador – Unifacs. III. Título.

CDD: 337.1

TERMO DE APROVAÇÃO

IRIS CÉLIA AZEVEDO AZI

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO:
ASPECTOS GERAIS DA TEORIA E A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA
RIBEIRA AZUL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador (UNIFACS), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão – Orientador _____
Livre-Docente, Universidade Federal da Bahia.
Universidade Salvador (UNIFACS),

Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas _____
Doutorado em Geografia, Universidade Santiago de Compostela.
Universidade Salvador (UNIFACS),

Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro _____
Doutorado em Ciências Política e da Administração, Universidade de Santiago de Compostela.

Salvador, 18 de dezembro de 2009.

*“Nem sempre as ideias ficam obsoletas com o passar do tempo; por vezes, ganham em vigor”
(Celso Furtado).*

Dedico esta dissertação aos meus filhos e ao meu marido pelo amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse trabalho é resultado da minha dedicação e do auxílio de muitas pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para a sua realização.

Agradeço a Deus, pelo dom da vida.

À minha querida mãe e toda a família, pelo apoio e carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Pedrão, pela orientação firme que foi de suma importância não só para a elaboração deste projeto mas também pelos conhecimentos transmitidos, pelo incentivo e pela confiança depositada.

A Roseli Andrade e Rita Aragão pela grande ajuda na revisão e formatação deste trabalho e por fazerem isto de forma tão carinhosa sempre.

Ao meu amigo Prof. Dr. Carlos Milani, pelas importantes contribuições.

A Prof. Dra. Maria Conceição da Costa pela colaboração e considerações sobre o trabalho.

A meu amigo e guru Raimundo Torres pelo incentivo e pela revisão desta dissertação.

A Márcio Lopes Corrêa da Agência Brasileira de Cooperação por fornecer todas as informações necessárias contribuindo de forma decisiva para a elaboração desta dissertação.

A Leonel Leal Neto, pelos conhecimentos transmitidos e pelo incentivo.

A Professora Indira Marrul, pelas importantes contribuições.

A amiga Patrícia Orrico pelo apoio e conhecimentos transmitidos.

A Lareyne Almeida e Fabrízio Pellicelli, da Fundação Avsi pela atenção, informações e documentos disponibilizados e pelas importantes contribuições.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN) e PNUD que deram total apoio e disponibilizaram algumas informações e documentos para a sua elaboração.

A Fundação Avsi pela total disponibilidade em fornecer todas as informações necessárias contribuindo de maneira decisiva para a realização desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas de Mestrado, pelo companheirismo e por enfrentarmos juntos muitos desafios.

Aos professores do mestrado pelos conhecimentos transmitidos e pelas importantes contribuições.

A todas as instituições as quais tornaram possível a realização desta tarefa. E às demais pessoas que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Em 1999, foi lançado pelo governo da Bahia o Programa Ribeira Azul com o objetivo de reverter de forma integrada a pobreza na área do subúrbio ferroviário de Salvador. O programa acompanhava um movimento internacional de combate à pobreza urbana que levou à criação da Aliança de Cidades e a assinatura de um convênio de cooperação internacional financeira, envolvendo o Governo da Bahia, o Banco Mundial, o Ministério de Assuntos exteriores da Itália e a Fundação Avsi (ONG internacional). O projeto foi denominado de Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS), com uma abordagem integrada de desenvolvimento urbano e urbanização de favelas. Esta dissertação tem como objetivo analisar o papel da cooperação internacional na promoção do desenvolvimento do subúrbio ferroviário de Salvador através da experiência do Programa Ribeira Azul. O estudo tece considerações acerca da cooperação internacional, definida como um instrumento das relações internacionais protagonizadas por atores de diferentes países envolvendo ajuda humanitária, doações, empréstimos, assistência técnica, intercâmbio de técnicas, tecnologias e conhecimento, ou a realização de atividades e pesquisas conjuntas. A partir da contextualização do objeto de estudo e de uma perspectiva histórica, busca-se comparar as diferentes visões sobre a cooperação para o desenvolvimento. Após este percurso, analisa-se a cooperação internacional do Brasil e o papel das ONGS na cooperação para o desenvolvimento. De forma estrita, apresenta os resultados do Programa Ribeira Azul /PATS (2001-2006). A análise das fontes e o confronto com a literatura permitem concluir que o desenvolvimento local apoiado pela cooperação internacional foi influenciado por transformações sociopolíticas e culturais. Dado a sua importância no cenário atual, o estudo sobre a cooperação internacional no mundo contemporâneo irá viabilizar o entendimento dos mecanismos que os organismos internacionais, instituições governamentais e não-governamentais e países têm para apoiar o desenvolvimento.

Palavras-chaves: Cooperação internacional. Desenvolvimento. Relações externas. Organismos internacionais. Agências não-governamentais.

ABSTRACT

In 1999, was released by the government of Bahia the Ribeira Azul program aiming to control poverty in the area of the railroad suburb of Salvador. The program followed an international movement to combat urban poverty that led to the creation of the Cities Alliance and the signing of an agreement for international financial cooperation, involving the Government of Bahia, the World Bank, the Ministry of Foreign Affairs of Italy and Avsi (NGOs international). The project was named Project of Technical Support and Social Committee (PATS), an integrated approach to urban development and slum upgrading. This dissertation aims to analyze the role of international cooperation in promoting the development of suburban rail Salvador through the experience of Ribeira Azul Program. The study contains observations about international cooperation, that is defined as an instrument of international relations by famous actors from different countries, involving humanitarian aid, grants, loans, technical assistance, exchange of techniques, technologies and knowledge, or the conduct of activities and research joint. From the context of the object of study and a historical perspective, we seek to compare the different views on cooperation for development. After this course analyzes the international cooperation of Brazil and the role of NGOs in development cooperation. Strictly, presents the results of the Ribeira Azul / PATS (2001-2006). The analysis of the sources and comparison with the literature to conclude that the local development supported by international cooperation was influenced by sociopolitical and cultural transformations. Given its importance in the current scenario, the study on international cooperation in the contemporary world shall open the access to the understand the mechanisms used by international organizations, governmental and non governmental organizations and countries to support development.

Keywords: International co-operation. Development. External relationships. International organisms. International non-government organizations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se realizam as sessões com o intuito de facilitar a cooperação entre os diversos países do mundo	28
Figura 2 – Processo de Cooperação	35
Figura 3 – Esquema da Cooperação Técnica, Científica & Tecnológica e Financeira Internacional	37
Figura 4 - Ciclos viciados de fragilização institucional	40
Figura 5 - O ciclo virtuoso do empoderamento	43
Figura 6 - Alocação de recursos por fontes bilaterais – dezembro/2006	56
Figura 7 - Propostas apresentadas a ABC	57
Figura 8 - Propostas distribuídas pelas fontes bilaterais - 2006	58
Figura 9 - Distribuição geográfica dos projetos em execução - 2006	58
Figura 10 - Distribuição dos projetos por área temática - 2006	59
Figura 11 – Distribuição dos Projetos por fonte – julho de 2008	60
Figura 12 – Distribuição dos Projetos por setor	62
Figura 13 – Distribuição dos Projetos por Organismos Internacionais	63
Figura 14 - Projetos em execução por área geográfica	63
Figura 15 - Unidades Cadastradas até junho de 2005	82
Figura 16 – Área de Atuação dos Projetos	83
Figura 17 - Origem dos Recursos	84
Figura 18 – Palafitas dos Alagados	98
Figura 19 – Intervenções físicas na área	100
Figura 20 - Situação dos Novos Alagados em 1987	102
Figura 21 – Área do Programa Ribeira Azul	104
Figura 22 – Comunidades da área do Programa Ribeira Azul	105
Figura 23 - Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social dos Novos Alagados	106
Figura 24 – Alagados 1992 - 2006	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Um novo paradigma para o desenvolvimento de capacidades	42
Quadro 2 – Projetos do PNUD no Estado da Bahia	90
Quadro 3 - Ações do Programa: Relações e Negociações da Bahia no âmbito dos Organismos Internacionais	91
Quadro 4 - Projetos dos estados/municípios	95
Quadro 5 – Síntese da avaliação dos resultados	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tendências e Perspectivas do Crescimento Global e Regional	44
Tabela 2 – Distribuição dos Projetos – Áreas e Valor do empréstimo – julho de 2008	60
Tabela 3 - Atos Internacionais de Aprovados em 2007	61
Tabela 4 - Número de Projetos implementados em 2007	61
Tabela 5 - Estimativa de recursos mobilizados em 2007	62
Tabela 6 - População-alvo das agências de cooperação não-governamentais / Brasil em 1995	81
Tabela 7 - Parceiros no Brasil das agências de cooperação não-governamentais em 1995	82
Tabela 8- Distribuição do número de cadastro por Estado	83
Tabela 10 - Descrição das fontes de recursos	84
Tabela 11 – Indicadores demográficos da Bahia 1980/2005	89
Tabela 12 – Carteira de cooperação financeira não-reembolsável - Bahia 2007/2008	93
Tabela 13 – Novos Alagados: Serviços públicos regulares de 2000 e 2006	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
AECI	Agência Espanhola para Cooperação Internacional
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ALOP	<i>Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDM	Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana
CE	Comissão Europeia
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETS	Centro de Estudos do Terceiro Setor
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
CGAP	Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo
CGDS	Coordenação Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional
CGMA	Coordenação Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente
CGPD	Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CGRB	Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral
CGRM	Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral
CGTI	Coordenação Geral de Cooperação em Tecnologia da Informação, Governança Eletrônica, Defesa Civil, Urbanismo e Transporte
CIDA	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CIRAD	<i>Center de Coopération Internationale in Recherche Agronomique pour le Development</i>
CNUMAD	Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPLP	Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CTRM	Coordenação de Cooperação Técnica Multilateral

DCT	Departamento de Ciências e Tecnologia
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETNs	Tratado sobre Empresas Transnacionais
EZE	<i>Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe</i> = Associação Protestante de Cooperação e Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	<i>Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola</i>
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
FNUAP	Fundo de População das Nações Unidas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
HABITAT	Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IDR	<i>Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IG	Instituto de Geociências
IPEC	Programa de Combate ao Trabalho Infantil
IULA	União Internacional de Cidades Latino-americanas
JBIC	<i>Japan Bank for International Cooperation</i>
JBPP	<i>Japan-Brazil Partnership Program</i>
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OEI	Organização dos Estados Ibero Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio

OMM	Organização Mundial de Meteorologia
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS/OMS	Organização Panamericana de Saúde / Organização Mundial de Saúde
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PATS	Projeto de Apoio Técnico e Social
PGU/ALC	Programa de Gestão Urbana para a América Latina e Caribe das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa Ribeira Azul
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECRI	Secretaria de Relações Internacionais
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SIGAP	Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URB-AL	<i>Urbal Regional Aid Programme</i>
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNV	Voluntariado das Nações Unidas
UNODC	Escritório das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas e Prevenção ao Crime
UPU	União Postal Universal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	23
2.1 CONCEITUAÇÃO	23
2.2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO	26
2.3 MODALIDADES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	36
2.4 MUDANÇAS NO PANORAMA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	38
2.5 COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA: O PAPEL POLÍTICO DAS CIDADES	46
3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL INSTITUCIONALIZADA DO BRASIL	51
3.1 A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DO BRASIL	51
3.2 COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA BILATERAL	55
3.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA MULTILATERAL	59
3.4 COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	64
4 ANÁLISE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	68
5 O PAPEL DAS ONGS NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	73
5.1 EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS COMO ATORES INTERNACIONAIS	74
5.2 ONG's NO BRASIL	77
6 COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA BAHIA	87
7 O ESTUDO DE CASO: PROGRAMA RIBEIRA AZUL	96
7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS, INSTRUMENTOS E MÉTODO DA PESQUISA	96
7.2 PRECEDENTES DA ÁREA ESTUDADA	98
7.3 AS INTERVENÇÕES DE MELHORAMENTO URBANO NA ÁREA	100
7.4 O PROGRAMA RIBEIRA AZUL	104
7.5 ANÁLISES DAS EVIDÊNCIAS	108
7.5.1 Avaliação sintética dos resultados	109
7.5.2 Melhorias em infraestrutura básica	110
7.5.3 Desenvolvimento econômico e social	111
7.5.4 Preservação do meio ambiente	111
7.5.5 Participação comunitária	112
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114

REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	127
APÊNDICE B - Roteiro de Visita Técnica	128
APÊNDICE C - Fotos	129
ANEXO A - Acordos vigentes da Cooperação Técnica Recebida Bilateral – CTRB	131
ANEXO B - Acordos vigentes da Cooperação Técnica Recebida Multilateral - CTRM	133
ANEXO C - Acordos vigentes da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento CTPD	134
ANEXO D – Parceiros da cooperação multilateral no Brasil	139
ANEXO E – Roteiro para elaboração de projetos da Agência Brasileira de Cooperação	141
ANEXO F – Estrutura Lógica do projeto de Apoio Técnico e Social – PATS	148

1 INTRODUÇÃO

A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento.

Boaventura de Sousa Santos (2000)

O cientista social Boaventura de Sousa Santos (2000) incita uma reflexão sobre o significado do desenvolvimento. Enquanto alguns autores consideram o desenvolvimento apenas como crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização, outros como Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998, possui uma visão mais ampla como a tese defendida de que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.

Para Celso Furtado (1999) o “desenvolvimento” pode ser entendido como um processo de mudança social pelo qual um crescente número de necessidades humanas, pré-existentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas. Na verdade, há diferentes abordagens do conceito de desenvolvimento e múltiplas dimensões seja normativa, ideológica e econômica. Em função da complexidade e das diferentes visões ideológicas e técnicas acerca do desenvolvimento, esse estudo irá explorar apenas uma linha de trabalho na abordagem dos temas do desenvolvimento que é a cooperação com suas vantagens e limites.

A cooperação para o desenvolvimento tem sido destacada como uma das grandes forças atuantes na reconfiguração de estruturas políticas locais e internacionais. Por meio dela, pessoas e interesses de diferentes nacionalidades interagem com agendas políticas e atores sociais locais visando a objetivos comuns. Manifestada via acordos, protocolos, convênios ou através de projetos específicos, a cooperação internacional é um instrumento das relações internacionais utilizado por organismos internacionais, instituições governamentais e não-governamentais e Estados, com vistas a apoiar o desenvolvimento.

A cooperação seria um instrumento da política para o desenvolvimento desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a melhoria das condições de vida das populações, tornou-se uma preocupação para os governos, fazendo surgir uma nova perspectiva do desenvolvimento e da cooperação mundiais. Em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU) com objetivo de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento. A ONU

nasceu num cenário no qual havia um esforço de reconstrução dos países envolvidos na guerra. Os protagonistas eram os principais Estados nacionais que nunca deixaram de determinar a estrutura do sistema internacional. A Organização desenvolveu um aparato institucional no sentido de oferecer uma maior interação entre países ricos e pobres, visando à transferência de recursos para o desenvolvimento.

Com as teorias desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960, que tinham como base o crescimento econômico, a cooperação para o desenvolvimento passa a servir como instrumento dependente das estratégias econômicas dos países. A principal função da cooperação era injetar recursos em economias debilitadas para acelerar ou desbloquear o seu processo de crescimento.

Na década de 1970 com a desaceleração do ritmo de crescimento e a recessão econômica de muitas nações, a atenção dos órgãos internacionais foi direcionada para as questões da dívida externa dos países da América Latina e para os problemas estruturais da África. Nesse contexto, surgem as políticas de ajustamento estrutural patrocinadas pelo FMI. Nesse período as atenções se voltam para os problemas dos países devedores especialmente os latino-americanos e africanos.

O aumento das desigualdades sociais e da pobreza no mundo fez com que Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais, Igrejas e outros movimentos da sociedade civil se manifestassem a favor da melhoria de vida das pessoas. Por outro lado, o fenômeno da globalização e as correntes neoliberais defendem o crescimento econômico e a sua expansão como uma das receitas para o desenvolvimento e luta contra a pobreza. Esse movimento suscita conflitos ideológicos que não podem ser ignorados.

Desde então, a coordenação política entre diferentes países emerge como recurso imprescindível ao alcance de objetivos comuns, seja no campo econômico, social e ambiental. Por outro lado, com o surgimento de novos atores internacionais e do movimento de revalorização do local através da formação de redes comunitárias contrapõe-se à fluidez espaço-temporal que marca o mundo dito globalizado. Essa dicotomia é sintetizada por Sérgio Boisier (2004) com as seguintes palavras:

A globalização, como se sabe, é uma matriz que abriga múltiplas dialéticas, paradoxos e contradições. Um deles radica-se na oposição entre o perigo da alienação total e o resgate do “local” como novo (ou recuperado) espaço de solidariedade. Quanto mais me universalizo, mais me apego ao meu território, como mecanismo de defesa perante o inevitável.

No fim da Guerra Fria surgem algumas alterações no conceito Cooperação para o Desenvolvimento e no seu *modus operandi*. A forma de atuação política e perspectiva de intervenção são alteradas. O aumento das situações de conflito e de crise humanitária faz surgir novas áreas para a cooperação: a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a diplomacia preventiva, a reabilitação pós-conflito e os processos de reconciliação, os refugiados e as migrações, entre outros.

Na década de 1990, verificou-se uma redução do fluxo de ajuda pública ao desenvolvimento, que é substituído pelo investimento externo direto. Percebe-se nesse período a necessidade de articulação entre doadores e receptores da cooperação, no apoio às estratégias nacionais de redução da pobreza e a capacidade das pessoas é enfatizada. Pode-se afirmar que nesse período importantes conceitos como Desenvolvimento Humano, Luta contra a Pobreza e Promoção da Cidadania são promovidos.

Ainda na década de 1990 foram introduzidos, na sequência de iniciativas sobre o meio ambiente iniciadas em 1972, alguns índices fundamentais para a elaboração e planejamento de políticas públicas como o índice de desenvolvimento humano (IDH), que passou a medir não só o crescimento econômico, mas sobretudo os benefícios desse crescimento e Índice de Pobreza Humana (IPH). É também nesse período que as ONGS emergem em maior número. Esses novos atores das relações internacionais revelam-se mais eficazes na prestação da ajuda do que as agências bilaterais, sobretudo na área da Ajuda Humanitária.

As agências de desenvolvimento foram criadas por alguns países com o objetivo de colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos povos dos países da periferia capitalista, por meio da redução da pobreza e do alcance do desenvolvimento. É importante salientar que a cooperação internacional não é uma atividade de todos os países ricos. Somente alguns deles têm mostrado vocação para atuar nessa esfera, seja através de Organismos Internacionais (OI) ou ONGS. Alemanha, Suécia, Holanda e Itália são exemplos notórios da utilização da cooperação internacional.

Considerando-se este contexto global e o papel da cooperação internacional no desenvolvimento, torna-se relevante estudar a participação dos diferentes atores neste processo, a exemplo das agências de cooperação e das ONGS. Nesta dissertação, toma-se como exemplo o Programa Ribeira Azul (PRA) por ser um Programa governamental com envolvimento de uma ONG internacional como agente de intervenção de uma área que continua sendo receptora de imigrantes de baixa renda.

A origem do Programa Ribeira Azul é o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social dos Novos Alagados desenvolvido com objetivo de melhorar as condições de vida dos moradores dessa região. O PRA visa garantir aos residentes dessa área de Salvador acesso sustentável à infraestrutura básica e serviços essenciais por meio de melhorias físicas e de natureza social e ambiental.

Para atingir tal objetivo, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental para traçar as diretrizes das ações a serem executadas pelo Programa em seu conjunto. Nesse sentido, foi criado um componente denominado Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS) para desenvolver ações estratégicas de cunho social e coordenar os investimentos em curso na região a fim de otimizar os resultados.

A escolha de uma experiência de cooperação internacional na Bahia que pudesse responder a problemática da pesquisa exigiu que se fizesse uma busca diversificada. Após uma série de visitas e entrevistas exploratórias com pesquisadores, professores, funcionários de órgãos públicos e integrantes de organizações não-governamentais (ONGs), encontrou-se o Programa Ribeira Azul, considerado pela comunidade internacional como um dos mais importantes programas de intervenção para urbanização de favelas do mundo.

O estudo então deverá confirmar ou negar as observações iniciais, configurando uma hipótese sobre a eficiência da cooperação. O estudo se organiza em oito capítulos. O primeiro capítulo, intitulado Introdução, procura dar uma visão global do trabalho. O segundo capítulo refere-se à contextualização da cooperação internacional. O terceiro capítulo trata da cooperação institucionalizada do Brasil, com destaque para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). No quarto capítulo é feita uma análise da cooperação internacional do Brasil. O quinto capítulo destaca o papel das organizações não-governamentais (ONGs) como ator da cooperação internacional e sua importância na promoção do desenvolvimento. O sexto capítulo trata da atuação da cooperação internacional na Bahia. No sétimo será apresentado o estudo de caso do Programa Ribeira Azul, mostrando o campo de atuação e resultados. No oitavo e último capítulo, encontram-se as considerações finais e as recomendações que são formuladas a partir deste trabalho de investigação.

O trabalho ora apresentado foi feito a partir de uma pesquisa científica realizada com base em pesquisa documental e de metodologia de análise de conteúdo. Por ser um tema relevante, despertou o interesse por parte da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

(SEAIN), PNUD e Fundação Avsi, que deram total apoio e disponibilizaram algumas informações e documentos para a sua elaboração.

Dado a sua importância, o estudo sobre a cooperação internacional, no mundo contemporâneo, viabiliza o entendimento dos mecanismos que os organismos internacionais, instituições governamentais e não-governamentais e os Estados possuem para apoiar o desenvolvimento, contribuindo para um mundo mais equitativo e próspero. Nessa pesquisa a principal motivação foi estudar a Cooperação Internacional com vistas a oferecer contribuições práticas decorrentes desse conhecimento, identificando benefícios, entraves e resultados para a promoção do desenvolvimento. Portanto, considerando a visibilidade que o tema cooperação internacional obteve nas últimas décadas e a crescente participação dos organismos internacionais de cooperação na busca de soluções para problemas relacionados à pobreza, bem como a carência de estudos que avaliem a participação desses organismos, acredita-se que este estudo seja pertinente, tanto para o universo acadêmico quanto para as organizações internacionais.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Este capítulo tem por finalidade contextualizar a cooperação internacional, apresentando sua origem, conceitos, modalidades, mudança de paradigma e seus principais protagonistas. Nessa primeira parte do trabalho são discutidos os aspectos gerais sobre o sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento e as suas estratégias de participação.

2.1 CONCEITUAÇÃO

A atividade definida como cooperação internacional tem sido perseguida pela sociedade desde que os gregos iniciaram sua reflexão política. No período renascentista, a “Razão de Estado” prevalece e as ideias de cooperação são alteradas pelos filósofos modernos, Maquiavel e Hobbes, que desfizeram a ilusão de um Estado universal e colocaram os fundamentos políticos do Estado moderno. Desde então, foram necessários vários séculos de conflitos e duas guerras mundiais para que a ideia de cooperação começasse a ganhar força e se transformasse em ação efetiva.

A Segunda Guerra Mundial marca o nascimento de uma nova perspectiva de cooperação internacional. Com o deslocamento das áreas de tensão mundial e as mudanças no próprio relacionamento internacional, o tema desenvolvimento e a cooperação internacional se convertem em alvo de debates globais. Os governos passam a dar maior atenção ao nível de desenvolvimento econômico e social, sobretudo às questões relacionadas à melhoria das condições de vida das populações.

Desde então, a cooperação internacional tem se constituído em um importante instrumento de promoção das relações internacionais e de apoio ao desenvolvimento. Por meio de acordos, programas e projetos os países transferem para outros atores, recursos, experiências e conhecimentos científicos ou tecnológicos nas mais diversas áreas. Trata-se de um mecanismo através do qual os organismos internacionais, empresas e instituições governamentais e não-governamentais transferem e recebem conhecimentos técnicos, recursos, fazem capacitação de pessoas e financiam projetos.

Para Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (1994), a cooperação propriamente dita ocorre somente quando os países desenvolvidos trabalham na promoção do desenvolvimento dos países mais atrasados, como argumenta no texto a seguir:

A cooperação entre Estados desenvolvidos e Estados em via de desenvolvimento, visando ao progresso destes, ocorre de duas maneiras: os Estados ricos agem caridosamente para com os pobres, caracterizando ajuda ou assistência; ou os Estados trabalham em empreendimento comum objetivando o desenvolvimento dos mais atrasados, resultando em cooperação propriamente dita. (MEDEIROS, 1994, p.278).

Não existe uma definição satisfatória de cooperação internacional. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial ela tem sido objeto de debate, visto que são as prioridades e estratégias dos países que definem a forma de cooperar com outros estados. Contudo a definição de cooperação tem sido moldada ao pensamento e valores políticos dominantes, prevalecendo uma visão de relacionamento entre os estados ricos e os estados pobres.

Tradicionalmente o termo “cooperação internacional” tem sido utilizado para indicar uma modalidade de relação entre países, podendo ser estabelecida somente para coordenar interesses, colaboração, formação de alianças, ou refere-se a relações entre atores de países diferentes, envolvendo, ajuda humanitária, doações, empréstimos, assistência técnica, intercâmbio de técnicas, tecnologias e conhecimento, ou a realização de atividades e pesquisas conjuntas.

Na década de 1940, com o lançamento do Plano Marshall, criou-se a expectativa de que os grandes fluxos de capitais poderiam dar conta de problemas localizados de desenvolvimento. Entre os anos 1950 e 1960, havia a esperança de que grandes projetos de tecnologia e infraestrutura levariam os países a um maior desenvolvimento, ocorrendo um efeito quase imediato do “*trickle down*” (AGHION; BOLTON, 199&)¹ (propagações dos benefícios em infraestrutura que rebateriam nas camadas mais pobres).

Na década de 1970, houve uma mudança de foco e a pobreza passa a ocupar o centro da discussão acerca do desenvolvimento. Nesse período, prevalecia a lógica de que o desenvolvimento só ocorre através do preenchimento das necessidades básicas da população, como a erradicação da fome, por exemplo, efeito “*trickle up*” (investimento feito nas camadas mais pobres da população irá refletir em benefícios, através da demanda por produtos com maior valor agregado, rebatendo para cima).

Autores como Amorim e Soares (apud MARCOVITCH, 1994) concordam sobre a noção de cooperação internacional como instrumento para estabelecer relação entre nações. Enquanto para Degnbol-Martinussen e Poul Engberg (1999), a cooperação é um processo que

¹ Theory of Trickle-Down Growth and Development de Philippe Aghion e Patrick Bolton artigo publicado em 1997 na The Review of Economic Studies Disponível em: <http://www.restud.com> .

envolve atores com motivos, interesses, objetivos e estratégias próprias e não tem como seu único objetivo o que lhe é próprio.

Para Boettcher (1974), a cooperação é vista como uma ação consciente entre atores qualificados objetivando um determinado fim. Cooperação é a atuação consciente de unidades econômicas (pessoas naturais ou jurídicas) em direção a um fim comum; as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordos.

Com o passar do tempo, o conceito de cooperação internacional evolui e passa a se vincular a outras questões tais como: segurança, pobreza, economia e ecologia. Mariano Valderrama (1993, p.12) analisa essa questão, ressaltando a mudança de paradigma.

Hoje o conceito de cooperação se diluiu e já não se associa ao desenvolvimento. Os paradigmas e modelos de desenvolvimento implícitos na cooperação dos anos 60 e 70 entram em crise. A noção de cooperação se vincula agora a conceitos diversos: estabilização econômica, segurança, pobreza, ecologia, etc.

De modo geral, a Cooperação Internacional é utilizada como meio para solucionar problemas de caráter social, econômico, cultural ou humanitário, bem como para estimular o respeito aos direitos humanos fundamentais além de logicamente refletir os pontos de vista dos ofertantes. Esses aspectos estão presentes art. 1º da Carta de São Francisco, que trata dos propósitos e princípios da ONU, destacada abaixo:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ONU-BRASIL, 2007, p.1).

No quadro da política externa brasileira, até o regresso liberal dos anos noventa, a cooperação foi muito utilizada no discurso político orientado para promover a união do Terceiro Mundo. Possuía um conceito tão complexo que, por vezes, era confundida com a noção de política exterior. Ocupou um espaço muito amplo na linguagem diplomática. O Brasil percebe a importância da “transferência de conhecimento”, para o desenvolvimento autossustentado e a cooperação internacional, passa, cada vez mais, a integrar-se à política exterior brasileira.

A evolução da cooperação no âmbito internacional impulsionou o Brasil a desenvolver um sistema autônomo de Cooperação Técnica Internacional (CTI). Em 1987, foi criado no Ministério das Relações Exteriores (MRE) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para desempenhar o papel de órgão central do sistema de cooperação técnica internacional do Brasil. Para órgãos e entidades que têm interesse em obter apoio financeiro para projetos de

cooperação² junto aos organismos financeiros multilaterais e às agências governamentais estrangeiras foi criada a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o intuito de formular diretrizes, planejar e coordenar as políticas e ações de negociação e captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras, destinados a programas e projetos do setor público.

A cooperação para o desenvolvimento abrange diversas áreas temáticas como: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Comunitário; Desenvolvimento Rural; Saneamento Básico; Capacitação; Saúde; Micro-Crédito; Segurança Alimentar; Educação; Gênero; Ambiente e Desenvolvimento; Direitos Humanos; Cidadania; *Lobby e Advocacy* em torno das políticas para o desenvolvimento. Tal pluralidade de temas torna impossível reduzir a cooperação a um único padrão.

Especificamente, a contribuição da cooperação internacional para o desenvolvimento local pode se manifestar de diversas formas tais como: apoio financeiro, científico e tecnológico, apoio para o desenvolvimento e através da transferência de *expertise, know how*. No entanto, nem todas as formas de cooperação são bem vindas, pois podem provocar o desmantelamento ou inviabilizar o desenvolvimento local, como por exemplo, se os recursos vierem disputar com a indústria local ou caso ocorram conflitos de interesse e a cooperação seja utilizada como elemento de sustentação política. Nesses casos, a cooperação poderá prejudicar o desenvolvimento, promovendo mais dependência dos países recebedores.

2.2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO

Na Grécia, segundo Amorim (apud MARCOVITCH, 1994), Platão vai buscar uma legislação que vise à paz e não à guerra e propicie uma vida feliz e não o predomínio de um Estado sobre o outro, contrariando a ideia hobbesiana de que “todos os Estados estão constantemente envolvidos numa incessante luta, uns contra os outros [...], pois a paz [...] não passa de uma palavra.” (AMORIM apud MARCOVITCH, 1994, p.35). A cooperação que se

² De acordo com o Decreto n.º 3.502 de 12 de junho de 2000, o exame e a avaliação de projetos e programas passíveis de financiamento externo, bem como doações de organismos financeiros internacionais bilaterais e multilaterais e agências governamentais estrangeiras, são realizadas no Governo Federal pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX).

apresenta implicitamente em Platão é aquela capaz de impedir a guerra entre os gregos. Amorim (apud MARCOVITCH, 1994) ainda ressalta que, foi somente no século XX, mais precisamente após a Primeira Guerra Mundial que a cooperação ganhou força e se traduziu em ação. Os Tratados³ de Dumbarton Oaks (1944), São Francisco (1945), Bretton Woods (1944) e Havana (1928) fazem parte deste processo.

Em 1919, a conferência de Paz de Versalhes aprovou a criação da Liga das Nações, atendendo à proposta do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson. Sua principal missão seria agir como mediadora em casos de conflitos internacionais procurando preservar a paz mundial – foi uma tentativa fracassada. Após a Segunda Guerra Mundial, no lugar da Liga das Nações foi criada a ONU para promover a cooperação internacional e assegurar a paz mundial, instituindo-se a cooperação pela resolução nº. 200 de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ONU nasceu no cenário pós II Guerra Mundial, onde havia necessidade de evitar que o nacionalismo provocasse uma terceira guerra mundial. Os protagonistas eram os principais Estados nacionais preocupados com a estabilidade e a segurança.

Em São Francisco, representantes de 50 nações mundiais encontraram-se para elaborar a Carta das Nações Unidas, dando origem a uma nova era no Direito Internacional Público. Com o objetivo de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento através da cooperação internacional foi criada em 24 de outubro de 1945. Atualmente, quase todas as nações do mundo (192 países), são membros das Nações Unidas.

Até meados do século XX, o sistema internacional funcionou através de relações interestatais. Com a criação da ONU ao fim da II Grande Guerra Mundial foi desenvolvido um aparato institucional para proporcionar uma maior interação entre nações ricas e pobres com o objetivo da transferência de recursos para o desenvolvimento. A Cooperação Internacional Econômica e Social está presente no capítulo IX, Artigo 55, da carta das Nações Unidas, conforme segue:

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;

³ Tratados (ou convenções internacionais) são a manifestação expressa e escrita do acordo de vontades entre dois ou mais Estados soberanos. Consistem, portanto, no ato jurídico praticado por duas ou mais pessoas internacionais, por meio do qual manifestam sua vontade sobre determinada matéria (CRETELLA JÚNIOR; CRETELLA NETO, 2002, p.15).

b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e

c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

E complementa tal disposição com Artigo 56:

Para a realização dos propósitos enumerados no Artigo 55, todos os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente.

De acordo com o texto da carta, os temas estabilidade e segurança eram as maiores preocupações da época e foram os principais motivos para a criação da ONU. É importante notar que um dos motivos para a insegurança e instabilidade estava na assimetria entre os países diante da existência dos desequilíbrios de desenvolvimento entre as nações.

A criação da ONU, pelas mais variadas e óbvias razões, tais como a preocupação com a potencial conflagração de novos e muito mais destrutivos conflitos internacionais, correspondeu ao desenvolvimento de uma concepção ética das relações internacionais que, ainda que não hegemônica, revelava uma nítida percepção ou consciência dos problemas relativos à assimetria nos relacionamentos entre países componentes do sistema internacional. Essa, inclusive, foi a tônica que engendrou a figura da cooperação internacional na Carta das Nações Unidas, em seus artigos 55 e 56. (RACY, 2007, p.83).

A ONU é composta de seis órgãos principais: Cinco deles se encontram na sede da Organização em Nova Iorque: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Secretariado, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Administração Fiduciária. Apenas o Tribunal Internacional de Justiça tem sede em Haia, na Holanda.



Figura 1 - Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se realizam as sessões com o intuito de facilitar a cooperação entre os diversos países do mundo

A Assembleia Geral é o lugar em que são debatidos assuntos econômicos, políticos e sociais e são adotadas resoluções. É uma espécie de parlamento, onde todos os Estados Membros participam, com direito a um voto. As decisões sobre questões, como a segurança e paz internacional ou admissão de novos membros são tomadas por maioria de dois terços. Outras questões são decididas por maioria simples. Atualmente, mais de 180 temas estão sendo examinados pela Assembleia, entre eles estão: a proteção ao meio ambiente, os conflitos na África, a consolidação de novas democracias etc.

O Conselho Econômico e Social coordena os trabalhos econômicos e sociais das Nações Unidas. Atua como foro central para examinar as questões internacionais de caráter econômico e social, bem como para formular recomendações normativas e fomento da cooperação internacional para o desenvolvimento. Também realiza consultas com as ONGs mantendo assim um vínculo entre as Nações Unidas e a Sociedade Civil. 54 membros integram o Conselho Econômico e Social eleitos pela Assembleia Geral por período de três anos.

As Agências especializadas são Organismos intergovernamentais especializados e autônomos, que se integram ao Sistema das Nações Unidas, vinculados mediante acordos especiais, através do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Dentre eles: Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial (BIRD); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para Irineu Strenger (1998), as Nações Unidas são a única organização mundial de cooperação institucionalizada entre países que têm vocação universal e ainda atuam nas relações internacionais contemporâneas, como argumenta no texto abaixo:

As Nações Unidas são o único fenômeno de organização institucional da cooperação entre Estados, em matéria de política, de competência geral e vocação universal, da qual emanam a presença e ação na vida contemporânea das relações internacionais. (STRENGER, 1998, p.64).

Segundo Soares (apud MARCOVITCH, 1994), enquanto nos séculos anteriores à Segunda Guerra Mundial a regra dos Estados era de não estabelecer as relações internacionais, a partir da criação do sistema das Nações Unidas as regras passam a servir como incentivo à cooperação entre os países.

Para outros autores, como Degnbol-Martinussen e Poul Engberg (1999), o marco da cooperação no âmbito da assistência ao desenvolvimento foi em 1947, com o Plano Marshall⁴. Os Estados Unidos decidem investir US\$ 14 bilhões nos países da Europa Ocidental a fim de barrar a expansão comunista e assegurar sua própria hegemonia política na região. A cooperação financeira internacional serviu como plano de expansão norte-americana através do Plano Marshall.

Para coordenar as ações do Plano Marshall foi criada em 1948 a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OEEC). Em 1961, transformou-se na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵ contando hoje com 30 membros da Europa, América do Norte, Ásia e Oceania

A OCDE está estruturada em diversos Diretórios, subdivididos em Comitês que atuam principalmente na área social e econômica, abordando temas como macroeconomia, comércio, desenvolvimento, educação, ciência e inovação.

Os países mais ricos do mundo e que fazem parte da OCDE ainda não cumprem medida acertada há três décadas de destinar 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento. Hoje, na Europa, são apenas quatro os países que chegam a mais de 0,7% - a Holanda, a Suécia, a Noruega e Luxemburgo. Os outros estão entre 0,3% ou 0,5%.

Segundo Alexandre Tiphagnee, o apoio dos países mais ricos ao desenvolvimento precisa ser complementado com a criação de taxas internacionais que regulem os efeitos da globalização. Para Tiphagnee (2006, p.1) os 0,7% é uma ajuda importante, mas “apenas isso não vai ser suficiente para regular os efeitos negativos da globalização”. O sistema de taxas é interessante porque pode atuar sobre os efeitos negativos financeiros, sociais e ambientais.

No âmbito da cooperação para o desenvolvimento, até o início da década de 1950, a ajuda internacional foi muito utilizada com objetivos econômicos ou ideológicos, conforme destaca Amado Luiz Cervo (1994, p.42), “até o início dos anos cinquenta, o conceito de ‘ajuda’ ou ‘assistência’, para diminuir os efeitos da pobreza, possibilitou a utilização da

⁴ O Plano Marshall, anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, foi um projeto de recuperação econômica dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Em contrapartida, o mercado europeu evitaria impor qualquer restrição à atividade das empresas norte-americanas. A distribuição dos US\$ 14 bilhões foi realizada por meio da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OEEC), fundada em Paris, em 1948.

⁵ Os países membros da OCDE são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

cooperação para fins econômicos ou ideológicos, em detrimento da cooperação entre as partes.”

As transformações no cenário mundial criaram um novo perfil da sociedade internacional, composta agora por atores como as organizações supra, multi ou transnacionais. Para Joaquim Carlos Racy (2007) diante desse novo panorama, a cooperação internacional passa a se desenvolver segundo duas perspectivas.

A primeira, com caráter assistencialista, se referia a ações desenvolvidas por estados ricos, visando a ajuda a estados pobres para superação de problemas básicos. A segunda perspectiva ensejou a institucionalização da cooperação técnica centrando-se no desenvolvimento de projetos voltados, de fato, para o desenvolvimento de países mais pobres. (RACY, 2007, p. 84).

Nos anos 1950 e 1960, com as teorias desenvolvimentistas, supôs-se que o crescimento econômico podia ser ilimitado e que a acumulação de capital era o motor de crescimento. Nesse período em que predomina o pensamento keynesiano, cujo papel central do estado é defendido, a cooperação foi utilizada como instrumento dependente das estratégias econômicas.

A desaceleração do ritmo de crescimento e a recessão econômica dos anos 1970 fizeram com que os problemas estruturais da África e da dívida externa dos países da América Latina ficassem em evidência. A década de 1980 foi de crise em diversos países concomitante com o neoliberalismo de Reagan e Thatcher. A sociedade civil, através das ONGs e outros movimentos da sociedade, preocupada com o aumento das desigualdades e da pobreza no mundo passa a se manifestar. Também, é nesse período que são criadas as políticas de ajustamento estrutural patrocinadas pelo FMI.

Os paradigmas e modelos de desenvolvimento definidos nos anos 1950 e 1960 entram em crise, pois as receitas defendidas pelas correntes neoliberais, que acreditavam no crescimento econômico como o caminho para o desenvolvimento e combate à pobreza não tiveram êxito. Durante essas décadas, o Brasil mesmo apresentando um quadro de desigualdade e de pobreza estava movido por um acelerado processo de industrialização.

Nesse contexto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶ recebeu a incumbência de prestar aos países em desenvolvimento assistência para construir capacidades destinadas à autossustentação. Em atendimento as prioridades nacionais de desenvolvimento econômico, o PNUD atuou como fonte financiadora de projeto e catalisador de assistência técnica internacional para o Brasil, na construção de setores de infraestrutura

⁶ O PNDU foi definido pela Resolução 2.688 da Assembleia Geral, promovido pela ONU, em 1970.

básica e de alta tecnologia. Também contribuiu no treinamento de técnicos brasileiros que puderam transmitir seus novos conhecimentos a países da África e América Latina.

Assim, a assistência técnica internacional evolui para a cooperação técnica internacional e é criada uma nova modalidade: a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), na qual os países em desenvolvimento como o Brasil, poderiam utilizar melhor suas capacidades e estabelecer uma cooperação horizontal. Carlos Lopes ressalta a importância da cooperação técnica para desenvolvimento e sua forma de atuação.

Ao longo de cinquenta anos, a CT tem sido usada como instrumento de cooperação para o desenvolvimento, a fim de melhorar as capacidades humana e institucional, e utilizando, para tanto, transferência, adaptação e o uso de habilidades, conhecimento e tecnologia. (LOPES, 2005, p.61).

Nos anos de 1970, a noção de cooperação se vincula a outros conceitos tais como: de pobreza, ecologia, estabilização econômica, segurança e habitação. Esses novos temas passam a ser discutidos nos encontros promovidos pelas Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. Na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano⁷, os organismos internacionais passaram a considerar o fato de que algumas situações como guerra, crise econômica, eleições, dentre as experiências ou fenômenos ocorridos em determinados países, acabam refletindo nos demais, podendo até mesmo comprometer a qualidade de vida em seus mais variados aspectos.

Como resultado da Conferência da ONU sobre Assentamento Humano, realizada em 1976 em Vancouver no Canadá, foi estabelecido o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)⁸ com objetivo de conseguir que todo ser humano tenha uma habitação adequada e promover o desenvolvimento urbano sustentável. A qualidade de vida torna-se uma referência da cooperação pública e da privada.

A cooperação econômica, científica, política, cultural cresce consideravelmente, mas é nos anos de 1980 que atinge seu apogeu, quando foram criadas as melhores condições para o desempenho da cooperação internacional com certo tipo de países em vias de desenvolvimento, enquanto enfrenta dificuldades insuperáveis em nações submetidas a situação de violência.

Com o fim da Guerra Fria, os atores da cooperação – Estados, Instituições de *Bretton Woods*, agências vinculadas às Nações Unidas, ONGs etc. – observam a necessidade de

⁷ Conferência realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia. Participaram do evento representantes de aproximadamente 113 nações, 90% dos quais pertenciam ao grupo dos países em desenvolvimento.

⁸ A sede do UN-HABITAT é em Nairóbi, no Quênia.

mudança da forma de atuação e perspectivas de intervenção e ação política. O crescimento de situações de conflito, bem como de crises humanitárias fazem emergir novas áreas para a cooperação e algumas alterações no conceito de cooperação para o desenvolvimento.

Nos anos 90, o grande número de receptores, o aumento de situações que necessitavam de assistência e o decréscimo dos fluxos da ajuda para o desenvolvimento fizeram com que ocorresse uma maior exigência por mais eficácia e eficiência na gestão dos escassos recursos da cooperação. Nessa década, foi realizada uma série de “Conferências Globais das Nações Unidas, que está encapsulado na Declaração do Milênio e nos Objetivos de desenvolvimento do Milênio, cujo foco se dirige às consequências de desenvolvimento humano.” (LOPES, 2005, p.142-143). Abordando temas globais como meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento social, gênero etc., tais conferências serviram de fórum de debates na busca de novas propostas e soluções para problemas mundiais, mobilizando governos, autarquias, ONGs e sociedade civil. Foi a partir das Conferências da Década de 1990 que a ONU produziu uma série de prioridades na agenda internacional, materializadas nos Objetivos do Milênio - *Millennium Development Goals*⁹.

A agência da ONU responsável em promover o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável dos assentamentos humanos é o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) que se soma ao PNUD e coopera com órgãos especializados. Sua missão é coordenar as atividades relativas aos assentamentos humanos dentro do sistema ONU, facilitar a troca de experiências e informações sobre moradia e desenvolvimento urbano-ambiental em nível mundial, prestar assistência técnica aos governos nacionais e autoridades locais, bem como assessorá-los no que tange às políticas públicas de combate à pobreza urbana. Observe-se que esses programas interagem na esfera nacional, em programas nacionais avalizados pelos países.

UN-Habitat atua por meio de projetos referentes a melhoramento de favelas e assentamentos precários, planejamento e gestão urbano-ambiental, mobilidade urbana, reconstrução de países devastados por desastres naturais e guerras, desenvolvimento econômico local, desenvolvimento de estratégias e políticas habitacionais, desenvolvimento

⁹ Após analisar os maiores problemas mundiais, a ONU estabeleceu em 2000, 8 Objetivos do Milênio. Até 2015, os Estados-Membros assumiram o compromisso de: 1 Acabar com a fome e a miséria; 2. Educação de qualidade para todos; 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Ver mais detalhes no site do PNUD <http://www.pnud.org.br/odm/>

urbano e políticas públicas, bem como em projetos ligados às questões de infraestrutura, tais como: água e saneamento e gestão de resíduos sólidos.

Em 1996, foi realizada a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos (HABITA II) em Istambul, onde foi aprovado um plano mundial com diretrizes em nível de políticas e os compromissos dos Governos na melhoria das condições de vida habitacionais. Nesse mesmo ano, foi estabelecido o Escritório Regional para América Latina e o Caribe do UN-Habitat (ROLAC) a fim de fortalecer os laços de cooperação com os governos nacionais e subnacionais da região no combate à pobreza urbana, através da prestação de assistência técnica, gestão do conhecimento, *advocacy* das normas para a sustentabilidade urbana e ajuda na construção de parcerias estratégicas.

A cooperação para promoção do desenvolvimento econômico-social dos países do terceiro mundo faz parte do discurso político de um grande número de nações mas de ações de poucos. Mas, afinal, qual é o interesse dos organismos e países em estabelecer a cooperação internacional? Quais os motivos que levam os atores internacionais a praticar a cooperação? Quais as vantagens dos doadores da cooperação internacional? Verifica-se a necessidade de uma análise dos fundamentos políticos dessas ações que entretanto excedem o escopo deste estudo.

As razões que justificam a cooperação internacional variam segundo o tempo e os atores envolvidos. Em determinados momentos da história, a preocupação com a segurança era mais evidente; em outras ocasiões, questões relacionadas ao meio ambiente e direitos humanos ganharam maior destaque na agenda internacional. Os motivos e interesses que envolvem um processo de cooperação internacional podem ser morais e humanitários, políticos ou econômicos. Todavia os motivos e argumentos para a cooperação quase sempre estão relacionados a questões políticas, de segurança nacional e de interesses comerciais.

Na perspectiva do receptor, é a ausência de *know how* e *expertises* locais para implantação de projetos que faz com que se busque a cooperação financeira ou tecnológica para o fomento do desenvolvimento local. O apoio pode ser bem vindo ou não; vai depender da contrapartida exigida pelo doador. Dependendo do volume e forma, a cooperação poderá provocar uma dependência política e econômica significativa do receptor. Na ótica do doador, a cooperação é um mecanismo de sustentação política.

Na cooperação internacional com caráter assistencialista¹⁰, às vezes denominada de assistência técnica, um país é somente receptor de conhecimentos e o outro exclusivamente fornecedor destes. É obvio que ao invés de ajudar a suplantar os problemas e as condições de subdesenvolvimento ocorre um aprofundamento dessas condições na medida em que os laços de dependência são reforçados.

Jacques Marcovitch (1994) analisa a questão da cooperação versus a competitividade e propõe um sistema que permita conciliar esses dois extremos.

Nos campos socioeconômico, tecnológico e ambiental, percebem-se avenidas de cooperação internacional, cooperação que decorre do engajamento de protagonistas sociais e das instituições. Desse engajamento pode resultar um sistema de cooperação, estruturado pelo governo, mas que transcenda seus limites. Sistema que busque uma estratégia, métodos de gestão e capacidade de negociação, capazes de conciliar competição e cooperação. (MARCOVITCH, 1994, p.13).

John Degenbol–Martinussen e Poul Engberg (1999) fizeram um esquema que apresenta a lógica da relação entre doadores e receptores (ver Figura 8). Segundo esses autores, há um desequilíbrio na relação entre doadores e receptores, pois é o doador que decide o que o receptor precisa. Os países doadores geralmente possuem uma agenda definida, que está baseada em sua estratégia de política externa e em condições impostas para cooperação.

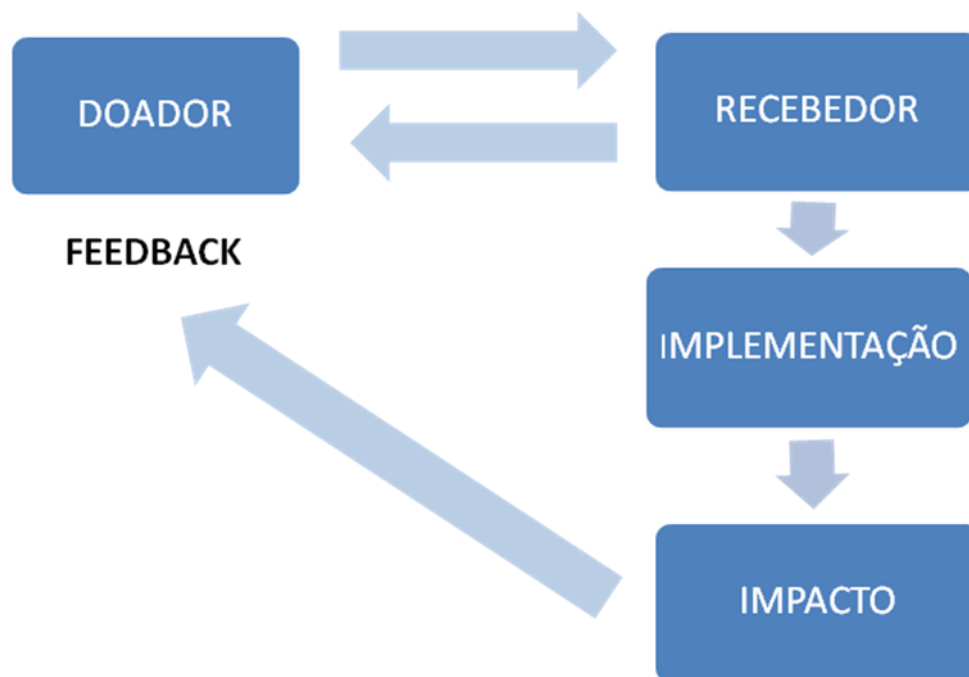


Figura 2 – Processo de Cooperação
Fonte: Degenbol–Martinussen e Engberg (1999).

¹⁰ É preciso distinguir assistência de assistencialismo, que é a forma perversa da assistência.

Baseada em critérios de solidariedade, igualdade, eficácia, interesse mútuo, sustentabilidade e co-responsabilidade, a cooperação internacional geralmente visa à erradicação da pobreza, do desemprego e da exclusão social; a busca do desenvolvimento sustentável e o aumento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países menos desenvolvidos.

2.3 MODALIDADES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Existem vários critérios que permitem classificar as modalidades de cooperação internacional. Há três grandes eixos na cooperação internacional: a cooperação multilateral, gerida por organizações internacionais, a governamental, entre dois ou mais países e com diferenças substanciais em cada caso, e a não-governamental, relação de parceria entre fundações e instituições não-governamentais de diferentes países.

No Brasil, a cooperação é desenvolvida segundo duas vertentes: a cooperação horizontal e a cooperação recebida do exterior. A cooperação horizontal refere-se à cooperação técnica praticada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento, através da qual é promovido o estreitamento das relações políticas e econômicas. A cooperação recebida do exterior envolve as cooperações técnicas bilateral e multilateral, objetivando a internalização de conhecimentos técnicos disponibilizados por organismos internacionais (cooperação multilateral) e por países mais desenvolvidos (cooperação bilateral).

De acordo com a bibliografia estudada, é possível classificar a cooperação, segundo o conhecimento, quanto a sua abrangência política, podendo-se também levar em conta a origem dos recursos dos países remetentes e a natureza das relações estabelecidas entre os Estados parceiros.

1) Quanto ao fluxo de conhecimento

A Cooperação pode ser classificada como: Cooperação recebida, ou seja, quando uma necessidade ou demanda interna é atendida; Cooperação prestada, na qual se atende as necessidades e demandas externas; e Cooperação mútua que consiste no intercâmbio de conhecimentos e produtos, beneficiando ambos os lados.

2) Quanto à natureza das relações estabelecidas entre os Estados remetentes e os recebedores

A Cooperação bilateral ocorre entre governos e instituições de dois países. Tem como objetivo a transferência de tecnologia (consultorias de alto nível, capacitação e treinamento) e absorção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A Cooperação Multilateral é desenvolvida entre países e os organismos internacionais. No Brasil, o instrumento regulador da Cooperação Multilateral é o Acordo Básico de Assistência Técnica, de 29 de dezembro de 1964, assinado entre o Brasil e as Nações Unidas. Qualquer iniciativa dessa modalidade de cooperação – trate-se de um programa, projeto, atividade, evento, missão, etc. – deve estar respaldada por acordo internacional entre o Governo e o organismo internacional. A aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade oferece o caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional.

3) Quanto ao caráter técnico assistencial, científico e financeiro

- a) Cooperação Técnica – transferência de tecnologias, conhecimentos e experiências, de aplicação prática, em bases não comerciais.
- b) Cooperação Científica e Tecnológica – intercâmbio de informações e de documentação científica e tecnológica, fomento à pesquisa científica, intercâmbio de cientistas, pesquisadores, etc.
- c) Cooperação Financeira – concessão em condições privilegiadas, de recursos financeiros de um país para outro.
- d) Cooperação Educacional – formação de recursos humanos por meio de bolsas de estudo, ou disponibilização de vagas em centros de estudo.

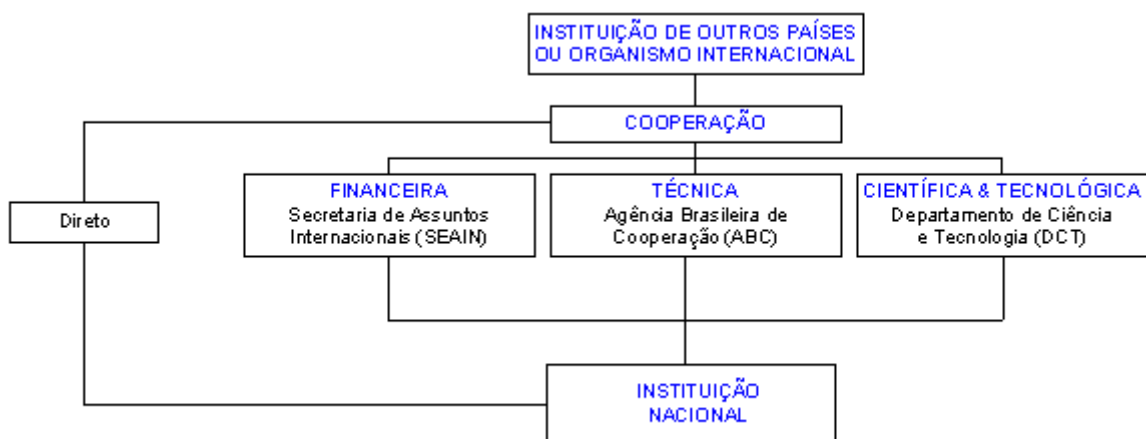


Figura 3 – Esquema da Cooperação Técnica, Científica & Tecnológica e Financeira Internacional

Fonte: Governo do Estado de São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente – Fontes de Cooperação – Cooperação Internacional (SÃO PAULO, 2007).

2.4 MUDANÇAS NO PANORAMA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O processo da globalização se inscreve na internacionalização da economia mundial e não está limitada apenas ao comércio e investimento. As mudanças significativas, como a revolução dos meios de comunicação e transporte, provocaram o deslocamento das coisas, pessoas e ideias, alterando nossa noção de espaço e tempo.

O termo globalização tem se convertido nos últimos anos em uma expressão de uso corrente para indicar a existência de uma forte interdependência, sobretudo econômica, entre os países, além de caracterizar e explicar as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas na esfera econômica mundial, tais como a liberalização comercial, a expansão mundial da produção, do consumo e da inversão de bens, serviços, capital e tecnologia (DIAS, 2004). Distingue-se do conceito manejado por Chesnais (1996) de mundialização do capital, que se refere ao movimento do capital financeiro.

Cabe ressaltar que a globalização é um fenômeno bastante antigo, pois remonta ao século XVI, período em que as grandes navegações proporcionaram a interligação das metrópoles com as terras conquistadas e permitiu a expansão da economia europeia, representando o início do desenvolvimento da sociedade global. A evolução do capitalismo e a busca por riquezas naturais fizeram com que o escambo entre as colônias e metrópoles evoluísse para um sistema mais amplo, através das negociações internacionais para obter vantagens e benefícios (BORTATO, 2004).

Para Chesnais (1996), a recessão de 1974-1975 pode ser considerada o marco histórico da "mundialização do capital"¹¹. Foi a partir daí que o capital procurou, de todas as formas, desfazer as amarras das relações sociais, regulamentações e leis existentes. O capital sai das suas fronteiras nacionais em direção a outros mercados.

É na década de 1970 que se dá uma nova orientação ao processo de internacionalização capitalista, com maior mobilidade, o capital passa a ter liberdade para se desenvolver e para se movimentar em âmbito internacional de um país ou continente para outro. Contudo esse fenômeno ocorreu de modo bastante desigual, com repercussões desfavoráveis para as economias menos desenvolvidas, gerando efeitos desastrosos por meio da concentração de renda, do abismo entre ricos e pobres e aumento do número de excluídos.

¹¹ “Nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação.” (CHESNAIS, 1996, p. 13).

A mundialização do capital emerge com o crescimento intensivo e exponencial do capitalismo mundial, isto é, a passagem do intercâmbio internacional à internacionalização da produção, provoca uma transformação nas convicções íntimas, nas técnicas, nas relações sociais e nos padrões comportamentais e mentais até então vigentes.

Para François Chesnais (1996) estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou o funcionamento do capitalismo. Sobre como a mundialização deve ser pensada comenta: “A mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”. (CHESNAIS, 1996, p. 32).

De acordo a Lopes (2005), a globalização é um fenômeno multidimensional que se inscreve na internacionalização da economia mundial, caracterizada por novos desafios e da acentuação da polarização e heterogeneidade. Para o autor, entender o mundo globalizado implica em aceitar a ideia de uma civilização humana diversa e plural que se modifica em ritmo acelerado. Somente a compreensão das sociedades em sua complexidade e a aceitação do multiculturalismo permite o enfrentamento de questões provocadas pela globalização (LOPES, 2005).

A globalização impôs uma maior integração e liberalização da economia mundial. Aliado à crise fiscal dos estados nacionais, a reestruturação do sistema interestatal passou a ser fundamental para superar a crise econômica global. Nesse contexto, os países mais desenvolvidos estruturaram o G-7, composto pelos países industrializados (Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, França, Inglaterra e Itália) para assegurar a coordenação global em suas políticas econômicas.

A integração da economia mundial é um dos principais fatores responsáveis pela constituição dos diversos blocos econômicos em várias partes do globo. Na atualidade, estão constituídos como blocos econômicos a União Europeia, o Nafta, a Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) a Comunidade de Estados Independentes (CEI), o MERCOSUL, o Pacto Andino e o Comesa — Mercado Comum dos Países do Leste e Sul da África.

Com aprofundamento da globalização, algumas mudanças significativas ocorreram na agenda internacional. Surgem novos temas globais como a preservação do meio ambiente, a fome, a AIDS e as relações de gênero. Ocorre também uma maior participação das ONGS no

monitoramento e na intervenção direta nas instituições multilaterais, modificam o padrão de cooperação pré-existente.

As relações de cooperação internacional, a partir da década de 1990, passaram por uma significativa reconfiguração, seja através da intensificação dos mecanismos de diálogo e articulação com os recebedores, ou pelas exigências e controles sobre o desempenho das organizações apoiadas.

Sobre a transição no sistema de cooperação técnica e desenvolvimento, Gaetani (2005) apresentou um esquema acerca da fragilização institucional do sistema de cooperação vigente, conforme Figura 4

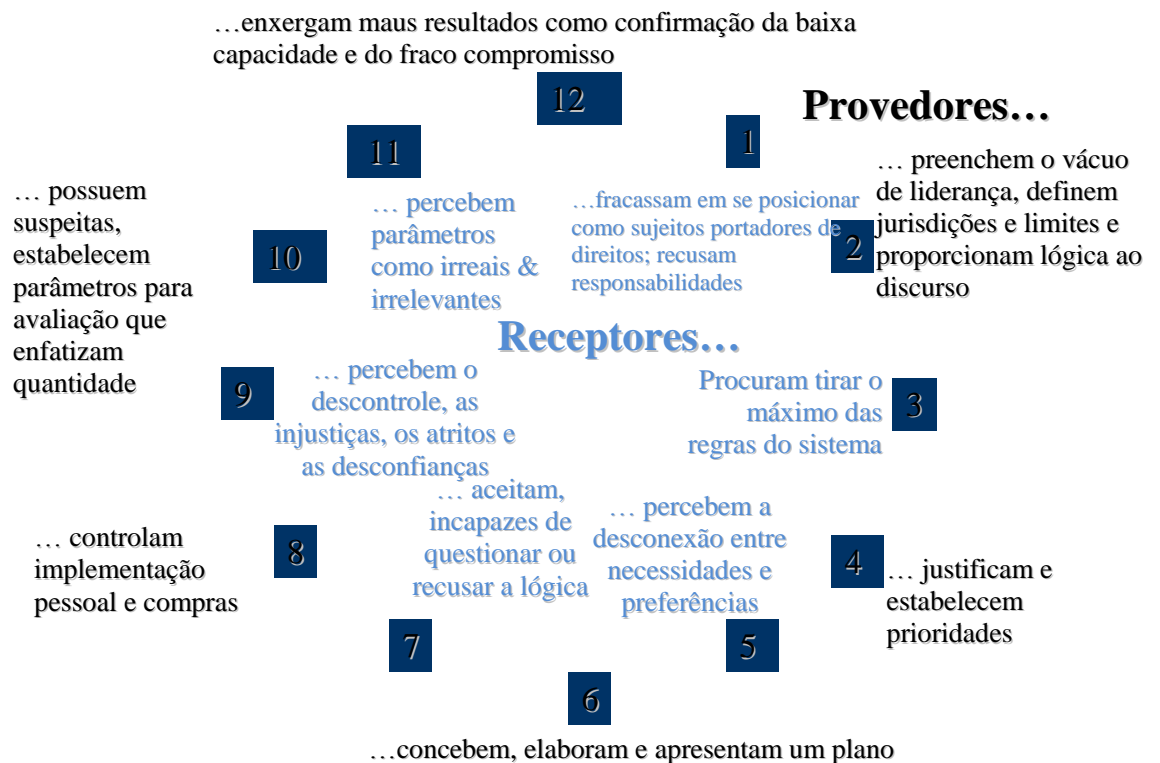


Figura 4 - Ciclos viciados de fragilização institucional
Fonte: Gaetani (2005).

Nesse ciclo de fragilização proposto por Gaetani (2005), os recebedores atuam de forma passiva, não se posicionam como sujeitos e recusam responsabilidades. Além disso, percebem a desconexão entre necessidades e preferências e acham os parâmetros estabelecidos pelo doador impossíveis de alcançar. Já os doadores, elaboram e apresentam um

plano, estabelecem prioridades, fazem o controle e enxergam a falta de resultados como confirmação da pouca capacidade e compromisso por parte do receptor.

Na década de 1990, ocorreu uma mudança substancial no comportamento dos países doadores, com novas abordagens de programação que tentavam devolver a responsabilidade de tomada de decisão, gerenciamento e implementação dos projetos de cooperação para os países receptores.

Desde então, a cooperação para desenvolvimento vem sofrendo profundas mudanças na forma de atuação, de análise e seleção de parceiros das agências de cooperação, bem como na forma de envolvimento dos países receptores e ONGS. Domingos Armani (2008, p.1) comenta sobre algumas mudanças na atuação das ONGS brasileiras no texto abaixo.

Algumas das mudanças mais decisivas para as ONGs brasileiras advieram das profundas transformações no campo da cooperação internacional ao desenvolvimento, especialmente na Europa na década de 90. Ocorrências como a redução da cooperação governamental ao desenvolvimento, declínio das contribuições do público em geral, questionamento da eficácia da cooperação ao desenvolvimento, aumento do desemprego e dos problemas sociais, etc., levaram as agências de cooperação europeias a (i) um profundo processo de reestruturação institucional, que redefiniu sua identidade, sua imagem pública e fortaleceu vantagens comparativas e competências na captação de recursos, dando mais ênfase ao trabalho de *'lobby'* e *'advocacy'*, (ii) maior dependência de recursos governamentais, (iii) realinhamento dos recursos, favorecendo a África e a Europa do Leste e reduzindo o apoio à América Latina, (iv) redução do número de organizações apoiadas no Brasil e maior rigor na seleção de novos parceiros, (v) concentração temática e regional no caso do Brasil, (vi) maiores exigências em questões de eficiência organizacional e desenvolvimento institucional, especialmente nas áreas de planejamento, avaliação, monitoramento, gestão e *'accountability'* e, por fim, (vii) ampliação das oportunidades de parcerias não-financeiras com as organizações apoiadas.

Para Maria Conceição da Costa (2004)¹², apesar das agências de cooperação dos países ricos ainda centralizarem as decisões, a antiga postura intervencionista foi substituída por um padrão de intervenção mais “democrático” como a participação de atores locais e a descentralização dos investimentos, conforme destaca.

Recentemente, nas últimas duas décadas, a cooperação assentada em bases institucionais vem incorporando novos atores. A ação destas agências, se muitas vezes interventora e centralizadora, começou a ser repensada de tal maneira que todas elas passaram a mudar sua maneira de trabalhar, de analisar propostas, de envolver os pesquisadores e técnicos dos países receptores. Este ‘novo’ tipo de colaboração tem sido estendido aos países menos desenvolvidos e envolve, muitas vezes, instituições como as organizações não-governamentais. As razões para esta mudança não advêm apenas das críticas, mas do fato de a divisão de trabalho e de

¹² Socióloga e professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp.

poder no mundo também terem mudado. Novas questões passaram a estar na agenda das agências financiadoras como, por exemplo, abordagens que privilegiam a questão de gênero, o impacto da reestruturação produtiva nas economias dependentes, a questão do meio ambiente e recursos naturais, efeitos sócio-econômicos de novas tecnologias, enfim, o impacto de uma abordagem ‘antiga’ com uma nova roupagem, ou seja, globalização, entre outros temas que foram surgindo e sendo incorporados. (COSTA, 2004, p.1).

Apesar de a cooperação técnica ter evoluído para um padrão mais democrático, ainda é preciso desenvolver novos modelos para lidar com as assimetrias entre doadores e receptores. Um dos obstáculos é a resistência a novas abordagens sobre a natureza do desenvolvimento, condições para uma efetiva cooperação para o desenvolvimento, a relação de assistência, desenvolvimento de capacidades e conhecimento. É preciso mudar essas premissas para que seja possível construir um novo paradigma, conforme sugerido no Fórum Desafios à Gestão na Cooperação Internacional realizado em 2005.

	PARADIGMA ATUAL	NOVO PARADIGMA
A natureza do desenvolvimento	Melhoria nas condições sociais e econômicas	Transformação social inclui a construção das “capacidades certas”
Condições para uma efetiva cooperação para o desenvolvimento	Boas políticas públicas que podem ser prescritas de fora	Boas políticas públicas precisam ser cultivadas em casa
O relacionamento assimétrico entre financiadores e recebedores	Deveria ser entendido em dentro de um espírito de parceria e respeito mútuo	Deveria ser enfrentado como problema através de medidas contrabalançadoras
Desenvolvimento de Capacidades	Desenvolvimento de Recursos Humanos combinado com instituições fortes	Três camadas de capacidades imbricadas: individuais, institucionais e sociais
Aquisição de conhecimento	Conhecimento pode ser transferido	Conhecimento tem que ser adquirido e co-produzido
As formas mais importantes de conhecimento	Conhecimento desenvolvido no Norte e exportado para o Sul	Conhecimento local combinado com conhecimento adquirido de outros países – no Sul e no Norte

Quadro 1 – Um novo paradigma para o desenvolvimento de capacidades

Fonte: Gaetani (2005).

A cooperação para desenvolvimento é um sistema em transição. O antigo modelo já não é capaz de atuar de forma pró-ativa frente a um mundo em transformação caracterizado por um fluxo de informação mais intenso e rápido. Os mecanismos decisórios das Nações Unidas precisam ser rediscutidos e reformados. Além disso, a sociedade civil, a mídia e a opinião pública estão se tornando mais fortes e cobrando resultados.

Desde o início do século XXI novos modelos de cooperação têm sido propostos. Cavalcanti (2008, p.1) defende um modelo de cooperação mais participativo e humano, envolvendo o Estado e a sociedade civil.

O desenvolvimento, no entanto, é um processo complexo e um dos seus maiores desafios é a extensão de capacidades humanas, o empoderamento dos cidadãos e a apropriação local. A ausência de apropriação contaminou diversos projetos de cooperação técnica e financeira, especialmente os empréstimos para ajustes estruturais. Após fortes críticas à sua atuação, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional reviram os programas de ajuste estrutural implementados verticalmente, com vistas a adotar um processo mais participativo junto à população local com o objetivo de reduzir os alarmantes índices de pobreza. Não há como mitigar a exclusão social, resultado de um desenvolvimento assimétrico e, por vezes, idealmente importado, sem que o Estado e a sociedade transformem a sua mentalidade e se apropriem da dinâmica desse processo, por intermédio do fortalecimento de uma cooperação mais humana.

Já Gaetani (2005) sugere uma mudança de paradigma, no qual provedores e receptores da cooperação tenham papel mais ativo e com maior o poder de realização. Neste ciclo virtuoso de empoderamento (figura 6), os provedores da cooperação além de apoiar os esforços nacionais, ajudam a melhorar os parâmetros para avaliação e assumem riscos. Já os receptores concebem e apresentam planos, controlam pessoal e compras e assumem responsabilidades.



Figura 5 - O ciclo virtuoso do empoderamento
Fonte: Gaetani (2005).

Outro fator que exerce uma influencia considerável na transformação no modelo da cooperação é o crescimento econômico global. Nos últimos anos, a diferença entre países ricos e pobres diminuiu devido ao rápido crescimento econômico registrado desde 2002 pelos países em desenvolvimento e em transição. Apenas entre 2003 e 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita cresceu 3,7% na América Latina e Caribe (4,3% apenas na América do Sul), 3% na África e 6,2% na Ásia. Nas economias em transição, o aumento foi de 9,7% entre os asiáticos e de 7,3% entre os europeus. Nos países desenvolvidos, a média foi de 1,9% (UNCTAD, 2008).

Em 2004, o crescimento econômico global atingiu 3,8%. Os países em desenvolvimento ultrapassaram os países de alta renda e os ganhos foram generalizados. Todas as regiões em desenvolvimento cresceram mais em 2004 do que a média na última década.

Tabela 1 - Tendências e Perspectivas do Crescimento Global e Regional

	2003	2004e	2005f	2006f	2007f
Mundo	2,5	3,8	3,1	3,1	3,2
Alta renda	1,9	3,2	2,4	2,6	2,6
Países da OCDE	1,8	3,1	2,3	2,5	2,6
Área do Euro	0,5	1,8	1,2	2,2	2,6
Japão	1,4	2,6	0,8	1,9	1,9
Estados Unidos	3,0	4,4	3,9	3,0	2,6
País em desenvolvimento	5,3	6,6	5,7	5,2	5,4
Leste Asiático e Pacífico	8,0	8,3	7,4	6,9	7,2
Europa e Ásia Central	5,9	6,8	5,5	4,9	5,0
América Latina e Caribe	1,7	5,7	4,3	3,7	3,7
Oriente Médio e Norte da África	5,8	5,1	4,9	4,3	4,3
Sul da Ásia	7,8	6,6	6,2	6,4	6,7
África Subsaariana	3,4	3,8	4,1	4,0	4,1
Países em desenvolvimento					
Exclusive países em transição	5,2	6,7	5,7	5,3	5,5
Exclusive a China e a Índia	3,9	5,8	4,8	4,4	4,4

Fonte: Banco Mundial (2008).

Para 2009 algumas mudanças foram anunciadas pelo CAD/OCDE. Países que sobem para a categoria de “países de renda média alta” (3.256 - 10.065 U\$): destacam-se alguns que,

antes, eram “países de renda média baixa”: Brasil, Cuba, Fiji, Jamaica, Cazaquistão, Sérvia, Montenegro e Suriname. “Países de renda baixa” que passam a “países de renda média baixa”: destacam-se Nicarágua, Moldávia, Mongólia, Índia, República do Congo e Camarões.

No mundo da globalização, há fortes indícios de que o mercado é uma referência necessária para o crescimento econômico, fator essencial para a redução da pobreza. Mas as diferenças de escala e composição do mercado são essenciais e nem sempre podem ser superadas. Nesse sentido, ainda existem muitos países em desenvolvimento que não possuem as capacidades básicas para usufruir das oportunidades de mercado.

As políticas adotadas pelos principais organismos internacionais consideram o crescimento econômico como única forma de alcance do desenvolvimento dos países pobres. Além disso, eles acreditam que a melhor maneira de incentivar o crescimento das economias nacionais é integrá-las no livre mercado global através da promoção de reformas que criem ambientes propícios para tanto. Todavia as regras estabelecidas pelos organismos de cooperação multilateral relativas à abertura de suas economias para o mercado global são diferentes para países ricos e pobres. Enquanto os ricos adotam políticas protecionistas e de subsídios que beneficiam seus setores menos competitivos, os pobres são constantemente pressionados para abrirem suas economias. Daí a existência de conflitos na OMC e na UNCTAD.

Atualmente, o debate sobre a cooperação técnica suscita indagações sobre a adequação dos instrumentos tradicionais (doação de equipamentos, capacitação e treinamento de técnicos locais) aos novos propósitos (desenvolvimento de capacidades para promoção do desenvolvimento endógeno). Nessa nova perspectiva, o indivíduo, a organização e até mesmo o ambiente político a que pertence é levado em consideração. De modo geral, nas propostas de mudança apresentadas, os beneficiários da cooperação passam a ser responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, por meio de maior conscientização sobre os custos e participação nas decisões e uma visão mais global da cooperação internacional

A complexidade de temas diversos aumentou a necessidade dos países de promover maior cooperação internacional. As cidades têm desempenhado um papel relevante no cenário internacional devido às transformações geradas tanto pela integração econômica em escala mundial quanto pelo crescimento urbano mundial acelerado.

2.5 COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA: O PAPEL POLÍTICO DAS CIDADES

No final dos anos 1990 a projeção das cidades no cenário mundial ganha maior relevo. Em 1996, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos – Habitat II, em Istambul, as cidades entram definitivamente na agenda internacional. Desde então as discussões sobre o desenvolvimento sustentável das cidades e habitação passam a envolver não somente os atores tradicionais da relações internacionais como também as cidades e autoridades locais.

No Brasil, base do artigo 182 do Estatuto da Cidade de 1998, o município é o principal ente federativo responsável pela promoção da política urbana e pela garantia do bem-estar de seus habitantes fazendo com que a propriedade urbana cumpra sua função social. A lei do Estatuto das Cidades torna necessário a elaboração do Plano de Diretor (PDDU)¹³ para servir como o instrumento básico da política urbana municipal, conduzindo as cidades a buscarem cooperação.

Com a redução do papel dos estados nacionais e a diminuição de sua capacidade para atendimento das demandas da população, os estados passam a delegar cada vez mais atribuições e responsabilidades às cidades. Dessa forma, as cidades passaram a reivindicar maior participação nas decisões globais, em função de serem os atores mais afetados pelos efeitos da globalização.

Os organismos internacionais e as agências de cooperação percebem a importância das cidades nas ações de cooperação internacional para o desenvolvimento e estreitaram suas relações com as cidades visando criar bases para novas parcerias, orientadas aos problemas das populações locais. O intercâmbio de experiências ao nível das administrações urbanas tornaram-se um forte argumento de cooperação, é nesse contexto que a cooperação internacional descentralizada ganha espaço.

A cooperação descentralizada pode ser entendida como formas de cooperação e ação internacional estabelecidas entre entidades territoriais e entes federativos, bem como os respectivos atores da sociedade civil, no intuito de reforçar os laços dos países parceiros, e em

¹³ O Plano Diretor é instrumento obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes; para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; para aqueles que se situem em áreas de interesse turístico; ou para aqueles situados em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental a aplicabilidade dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

consonância com as Políticas Externas conduzidas pelos Governos Nacionais. Vicente Trevas (2004, p.1) tece comentários acerca da cooperação entre as cidades no texto abaixo.

O Governo brasileiro entende que a cooperação entre as cidades constitui fator essencial, seja porque funcionam como catalisadores e canais de intercâmbio de experiências e informações, seja porque podem promover o fortalecimento da capacidade gerencial dos governos locais, ou, ainda, porque servem de instância de debate a respeito dos novos desafios a serem enfrentados pelas sociedades diante do processo de globalização em curso.

Podemos considerar como ações de cooperação descentralizada:

- a) Envio, por parte dos governos locais de peritos, consultores e pessoal técnico e/ou administrativo;
- b) Recrutamento no local de atuação de peritos, consultores e pessoal de suporte;
- c) Atividades de entidades públicas ou privadas fixadas no território ou vinculadas aos parceiros territoriais (Universidades, Câmaras de Comércio, Sindicatos, institutos, agências, empresas, organizações não-governamentais, entre outros);
- d) Envio de bens e serviços necessários à realização das ações acordadas;
- e) Concessão de bolsas de estudo;
- f) Participação financeira em programas e projetos de desenvolvimento de organismos internacionais.

Nos últimos anos, foram promovidos no Brasil alguns encontros da Cooperação Internacional Descentralizada nos quais temas como desenvolvimento urbano, cooperação científica, luta contra a pobreza e desigualdades sociais, cultura, desenvolvimento sustentável, entre outros foram discutidos, a exemplo do *Primeiro Encontro da Cooperação Internacional Descentralizada/Federativa franco-brasileira*, realizado em 2006 e o *Workshop “Cooperação Internacional e rede de cidades”*, em 2004.

Vale destacar que a atuação das cidades no âmbito internacional deve sempre respeitar o direito internacional expresso nos acordos, tratados e convenções firmados pelo Estado. Esse esclarecimento é relevante quando se pensa nos limites e nas potencialidades da cooperação descentralizada local. É através da capacidade de articulação, organização, grau de relacionamento com seus governos centrais, limitações jurídicas e constitucionais que as cidades se deparam com uma série de obstáculos e oportunidades, que darão os contornos da cooperação.

Grande parte das cidades que decidem lançar mão da cooperação internacional o fazem em busca de recursos financeiros de preferência não-reembolsáveis¹⁴. Nos últimos anos, alguns programas de cooperação foram criados além de novas linhas de desenvolvimento e financiamento especificamente para as cidades. Esses recursos exigem o preenchimento de uma série de requisitos altamente complexos e detalhados para que o projeto apresentado receba a subvenção.

Programas como o URB-AL¹⁵, da Comissão Europeia, destinam recursos diretamente para cidades da América Latina e Europa. O Programa foi criado em 1995 no âmbito da União Europeia. A base jurídica do programa é o Regulamento (CEE) n.º443/92 do Conselho, de 25 de fevereiro de 1992, relativo à ajuda financeira e técnica e à cooperação econômica com os países em desenvolvimento da América Latina e Ásia.

O URB-AL favorece um intercâmbio de experiência e a transferência recíproca de conhecimentos e de “*know how*” sobre diversos temas de interesse mútuo. Esse programa tem dimensão regional e está organizado em 14 redes de cooperação entre autarquias locais, constituídas segundo uma base temática com vistas a resolver problemas concretos de desenvolvimento urbano local.

Apesar da busca de recursos ser o principal objetivo das cidades que almejam a cooperação descentralizada, seus benefícios são mais amplos. Os caminhos percorridos para elaboração de um projeto de cooperação internacional requer dos municípios uma adequação de procedimentos e normas. Para captar recursos internacionais, os governos envolvidos acabam capacitando seus funcionários e desenvolvendo novas técnicas de abordagem do problema, permitindo que a equipe envolvida aprenda a trabalhar com temas transversais (gênero, juventude, raça) ou intersetorias. É o princípio do “*learning by doing*”- termo bastante utilizado nos projetos de cooperação técnica – que poderia ser traduzido por “aprender fazendo.” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2008).

Segundo Trevas (2004), o fomento da cooperação internacional descentralizada com vistas a inclusão social e a redução das desigualdades dependem de um processo de concertação política e de coordenação entre os vários campos do governo.

¹⁴ Recursos financeiros a fundo perdido, ou seja, o município recebe o recurso diretamente sem precisar dar nada em troca.

¹⁵ *Urbal Regional Airda Programme* é um programa horizontal de cooperação descentralizada da Comissão Europeia de intercâmbio entre cidades da União Europeia e da América Latina. Mais detalhes ver site http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/index_en.htm

Para a promoção da cooperação descentralizada, ou federativa, são necessários processos de concertação e coordenação entre as diferentes esferas de governo, de forma a potencializar as prioridades da inclusão social os objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento e redução das desigualdades. (TREVAS, 2004, p.1).

Afinal, para que serve a cooperação internacional no âmbito das cidades e como ela pode ser utilizada na promoção das relações internacionais desses atores. Para o Coordenador Geral no Brasil da Aliança de Cidades Giorgio Romano a cooperação serve para:

- a) Melhorar os serviços públicos graças ao intercâmbio de experiências e ao acesso a melhores técnicas desenvolvidas em outros países;
- b) Capacitar o corpo técnico administrativo e os ocupantes dos cargos eletivos;
- c) Acessar fontes de financiamento e cooperação técnica;
- d) Promover tolerância e entendimento intercultural;
- e) Fomentar o desenvolvimento econômico, o comércio e a atração de investimento e de turismo;
- f) Dotar o governo local de visibilidade internacional e fortalecer sua capacidade negociadora (ROMANO, 2007).

As cidades têm procurado participar de forma mais ativa no cenário mundial atuando como novos atores das relações internacionais. Nos últimos anos, algumas cidades brasileiras criaram departamentos ou secretarias de relações internacionais, voltados a cooperação internacional, captação de recursos e intercâmbio de experiências. O município de São Paulo criou, em 2001, a Secretaria Municipal de Relações Internacionais para atuar na definição, coordenação e implementação das relações internacionais da Prefeitura de São Paulo. Em 2005, foi criada na cidade de Salvador uma Secretaria com o objetivo de atrair investimentos e recursos da cooperação internacional para o município denominada SECRI - Relações Internacionais.

De modo geral, a criação dessas Secretarias visam projetar as cidades no cenário internacional através do estabelecimento de contatos e parcerias com organismos internacionais, bem como atrair investimentos estrangeiros para o desenvolvimento da cidade, seguindo a tendência mundial de internacionalização dos municípios. A realização ou participação em encontros, seminários e congressos possibilita que funcionários municipais e prefeitos troquem algumas práticas e busquem soluções para enfrentar problemas de natureza comum.

No que diz respeito à sustentabilidade das ações da cooperação internacional descentralizada, uma das dúvidas recorrentes é como manter os resultados produzidos por determinado programa ou projeto após sua conclusão. Essa é uma dificuldade com que as cidades que decidem atuar internacionalmente vão se deparar. Contudo a cooperação internacional descentralizada possibilita aos municípios captar recursos e conseguir melhorias advindas de projetos internacionais, obrigando os atores locais a se preparem para discutir sobre os seus próprios rumos.

Portanto, com uma participação ativa nas relações internacionais, as cidades acabam criando uma agenda própria de temas sobre o desenvolvimento, envolvendo atores locais e transformando a cooperação internacional num vasto campo de poder por meio dos quais ideias e valores tidos como universais ganham feições locais.

3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL INSTITUCIONALIZADA DO BRASIL

Este capítulo versa sobre a institucionalização da cooperação técnica do Brasil enquanto elo da relação interestatal. Aqui serão apresentados os órgãos responsáveis pela cooperação internacional do Brasil, as formas de cooperar e as diretrizes do Governo brasileiro.

3.1 A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DO BRASIL

A cooperação técnica internacional (CTI) é considerada pelo Governo brasileiro como um instrumento de política externa e como mecanismo de apoio à promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que promove o adensamento de suas relações - políticas, comerciais e econômicas - com os diversos atores internacionais e a transferência de conhecimentos e técnicas em caráter não comercial.

A CTI desperta o interesse de diversos atores, incluindo setores governamentais, ONG's e a sociedade civil, por possibilitar rápido acesso a tecnologias, conhecimentos, informações e capacitação. O conceito de “parceria para o desenvolvimento”, adotado pelo Brasil, consolida a ideia de que a relação de cooperação acarreta, a ambos os lados, compartilhar esforços e benefícios. As iniciativas propostas são avaliadas à luz do impacto e do alcance sobre as comunidades receptoras. Esse procedimento implica aprimorar mecanismos de negociação, avaliação e gestão dos projetos, a fim de enquadrá-los às prioridades nacionais.

A institucionalização da cooperação técnica no Brasil ocorreu como uma reação à oferta internacional de ajuda aos países do Hemisfério Sul, suscitada após a Segunda Guerra Mundial. Em 1969, foi instituído o Sistema Interministerial de Cooperação Internacional do Brasil, cujo órgão central era a Subsecretaria de Cooperação Técnica e Econômica Internacional – SUBIN, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Em decorrência da extinção da SUBIN, o Sistema foi dividido: para a cooperação técnica foi instituída a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), enquanto a cooperação financeira foi confiada à Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN).

A SUBIN, além de coordenar a cooperação técnica recebida de outros países e de organismos internacionais mantinha programa de cooperação financeira com instituições nacionais, como forma de garantir que os órgãos brasileiros envolvidos nos projetos com

parceiros internacionais dariam sua contrapartida (recursos humanos, materiais e financeiros próprios).

Na década de 1970 cresce a identificação do Brasil com os países do Sul especialmente com os da América Latina e África, em virtude de interesses econômicos, geopolíticos e culturais, sobretudo por conta do desejo de uma transferência mais rápida de tecnologia dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos. Acrescenta-se a esse fato a independência das ex-colônias portuguesas na África, quando técnicos brasileiros são para lá enviados, inclusive para ensinar o português. Desde então, a SUBIN passa a responder por solicitações de “ajuda”, utilizando, para isso, o corpo técnico responsável pela coordenação da cooperação recebida.

Mesmo havendo interesse do governo brasileiro em assinar acordos de cooperação técnica com países do Sul, faltava um arcabouço institucional que atendesse primordialmente aos interesses internacionais do governo brasileiro por meio da cooperação técnica prestada. Além disso, o sistema vigente dava indícios de pouca efetividade no tratamento e negociação de projetos com os países desenvolvidos do Norte.

Visando uma maior institucionalização da cooperação brasileira com vistas a apontar objetivos, diretrizes e prioridades da cooperação técnica, concernentes com os planos de desenvolvimento do Governo do Brasil foi estruturado, em 1986, um Grupo de Trabalho, formado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da SUBIN e do Instituto de Planejamento (IPLAN). Em setembro de 1987, por meio do Decreto nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)¹⁶, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Em 1996, a ABC foi integrada à Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, por meio do Decreto nº 2070/96, passando a constituir-se em órgão da Administração Direta, encarregado de coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Integrando a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a ABC operacionaliza a política de CTI segundo a política

¹⁶ A Fundação Alexandre de Gusmão é uma fundação vinculada ao Itamaraty. Instituída em 1971, que atua na discussão e a divulgação de questões ligadas às relações internacionais e à política externa brasileira, promovendo debates sobre temas prioritários para o Brasil através de estudos e pesquisas, realização de foros de discussão, bem como a publicação de obras tais como a *Resenha de Política Exterior do Brasil*, que reúne documentos diplomáticos publicados pelo Itamaraty, a série "*Cadernos do IPRI*" que é uma coleção de monografias sobre a política exterior brasileira e a cena internacional contemporânea, "Política exterior do Brasil" e *A palavra do Brasil nas Nações Unidas*, que reúne os pronunciamentos brasileiros nas sessões de abertura da Assembleia Geral da ONU.

externa e prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo.

O Brasil vem trabalhando em parceria com países amigos e organismos internacionais há cerca de quatro décadas. Os projetos de cooperação técnica vêm produzindo benefícios em importantes setores como transportes, energia, mineração, meio ambiente, agricultura, educação e saúde, o que permitiu construir instituições mais sólidas, aptas a desempenhar suas funções em nível superior de excelência. (ABC, 2007, p.1).

A criação da ABC representou a institucionalização de uma nova abordagem da cooperação técnica do Brasil. Justificava-se, dessa forma, a transferência, para o Ministério das Relações Exteriores, das competências até então atribuídas à SUBIN. A Agência Brasileira de Cooperação, integrante da estrutura do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) é o setor do Governo Federal responsável pela negociação, coordenação, implementação e acompanhamento de todos os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais.

A ABC constitui-se no braço executivo da política de cooperação técnica do MRE visando definir, estruturar e operacionalizar os programas e projetos de cooperação técnica desenvolvidos pelo Brasil. Nesse sentido, interage com instituições e os órgãos setoriais governamentais e representantes de outros países e organismos internacionais.

Os principais organismos que mantêm programas de cooperação técnica no Brasil são aqueles vinculados ao sistema das Nações Unidas e ao sistema interamericano. Esses programas de cooperação têm sido instrumentais para apoiar iniciativas inovadoras e estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Os principais temas atendidos por essas parcerias são:

- a) Programas de geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais;
- b) Programas de combate à pobreza e Proteção ao meio ambiente;
- c) Educação;
- d) Saúde;
- e) Administração pública (planejamento, gestão e avaliação);
- f) Agricultura;
- g) Indústria;
- h) Comércio exterior;

- i) Desenvolvimento social (incluindo crianças/jovens, trabalho, equidade de gênero, direitos humanos e minorias);
- j) Fontes de energia renovável;
- k) Aplicação das ciências da informação;
- l) Transportes;
- m) Desenvolvimento regional.

As principais atividades desenvolvidas pela ABC são:

- a) Negociação de marcos de programação e demais instrumentos de planejamento para balizar a implementação de programas de cooperação técnica com organismos internacionais e agências de desenvolvimento de países parceiros;
- b) Interação com órgãos governamentais sobre linhas de ação contempladas nos programas de cooperação técnica com organismos internacionais e agências de desenvolvimento de países parceiros;
- c) Análise da adequação dos projetos às prioridades, planos e programas nacionais de desenvolvimento (em articulação com áreas competentes do Governo Federal), bem como aos programas negociados com os organismos internacionais e agências de desenvolvimento de países parceiros;
- d) Verificação da adequação dos projetos aos parâmetros de elegibilidade observados pela ABC, bem como da qualidade das propostas dos projetos, a partir de uma metodologia padronizada de enquadramento técnico;
- e) Acompanhamento das atividades dos projetos, verificando o alcance dos resultados e dos objetivos almejados;
- f) Concepção de manuais e instrumentos padronizados para elaboração, negociação e execução de procedimentos pode requerer, conforme o caso, processo de negociação com agentes externos cooperantes multilaterais e bilaterais;
- g) Elaboração de análise sobre perfil da cooperação técnica do Brasil desenvolvida em parceria com organismos internacionais e agências de desenvolvimento de países parceiros;

- h) Disseminação de informação sobre a natureza, potencialidade e procedimentos afetos à cooperação técnica internacional;
- i) Promoção de atividades de capacitação de recursos humanos e de instituições brasileiras quanto aos procedimentos técnicos e de administração aplicáveis aos programas e projetos de cooperação técnica internacional.

No Brasil, a cooperação técnica é desenvolvida segundo duas vertentes: a cooperação horizontal, refere-se à cooperação técnica implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento; e a cooperação recebida do exterior destinada à internalização de conhecimentos técnicos disponibilizados por organismos internacionais (cooperação multilateral) e por países mais desenvolvidos (cooperação bilateral).

Desde sua criação a Agência Brasileira de Cooperação distribui seus esforços entre a Cooperação Técnica Recebida Bilateral (CTRB), a Cooperação Técnica Recebida Multilateral (CTRM) e a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

3.2 COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA BILATERAL

A cooperação técnica recebida bilateral é desenvolvida com países industrializados, cujo objetivo principal é a transferência de tecnologia e a absorção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento de países em desenvolvimento. No Brasil, configura-se como um instrumento auxiliar do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países, que atualmente tem evoluído para uma pluralização e maior verticalidade.

De modo geral, os países parceiros definem suas prioridades de acordo com suas próprias políticas de cooperação para o desenvolvimento. As agências internacionais de desenvolvimento, dos governos estrangeiros, atuam no Brasil vinculado às Embaixadas de seus países. Em função disso não possuem personalidade jurídica própria no país.

Os programas e projetos de cooperação técnica são estruturados com base em atividades de consultoria, treinamentos, seminários e eventos de capacitação e disseminação de informações. Essas atividades são pagas diretamente pelas agências de desenvolvimento

dos países parceiros, não envolve a entrada de recursos financeiros externo nem a alocação de recursos pelas instituições nacionais.

Os recursos aportados pelas fontes externas bilaterais são a fundo perdido e correspondem, em média, a 50% do valor da cooperação solicitada. Os principais parceiros da cooperação bilateral são: Japão, Alemanha, Itália, França, Canadá, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, conforme a Figura 6.

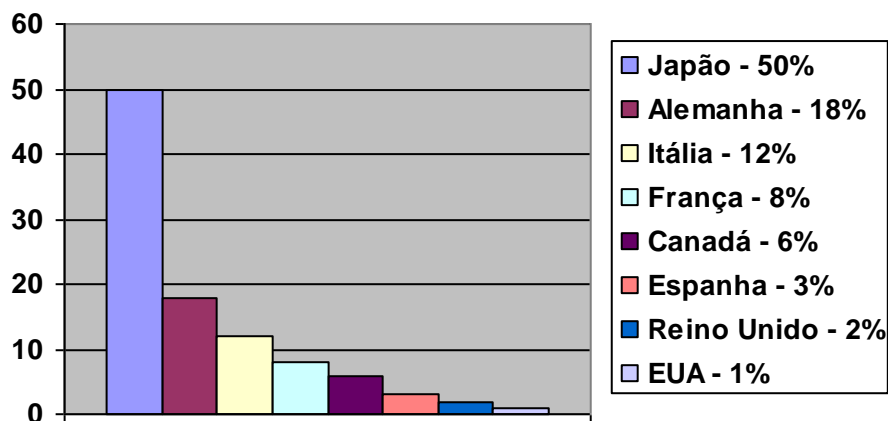


Figura 6 - Alocação de recursos por fontes bilaterais – dezembro/2006
Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2007).

As agências de cooperação ou de desenvolvimento dos países ricos dedicam-se à cooperação técnica e transferência de tecnologia através de seus próprios programas de cooperação e linhas de financiamento de projetos. Dentre as principais agências podemos citar.

- a) Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).
- b) Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA).
- c) Agência Espanhola para Cooperação Internacional (AECI).
- d) *Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement em Cooperation (IDR) e Center de Coopération Internationale in Recherche Agronomique pour le Développement (CIDRAD).*
- e) Direção Geral de Cooperação para Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores Italiano (DGCS).
- f) Agência Internacional de Cooperação Japonesa (JICA).
- g) Departamento para Desenvolvimento Internacional do Governo britânico (DFID).

Conforme se observa na Figura 7 a seguir, o número de propostas apresentadas à ABC atingiram um volume de 444 propostas em 2006, sendo 295 projetos - caracterizados por maior prazo de execução (média de 3 a 5 anos) e contemplam atividades de consultoria de curto e longo prazo, treinamentos e equipamentos e 149 atividades - ações de menor porte, pontuais, contemplando alguns dos elementos de um projeto, como uma consultoria específica, um treinamento, um seminário etc. As 444 propostas apresentadas estão distribuídas nas seguintes situações: 160 em execução, 28 em negociação, 16 em implantação, 79 concluídas, 36 em análise, 44 negadas, e 31 canceladas.

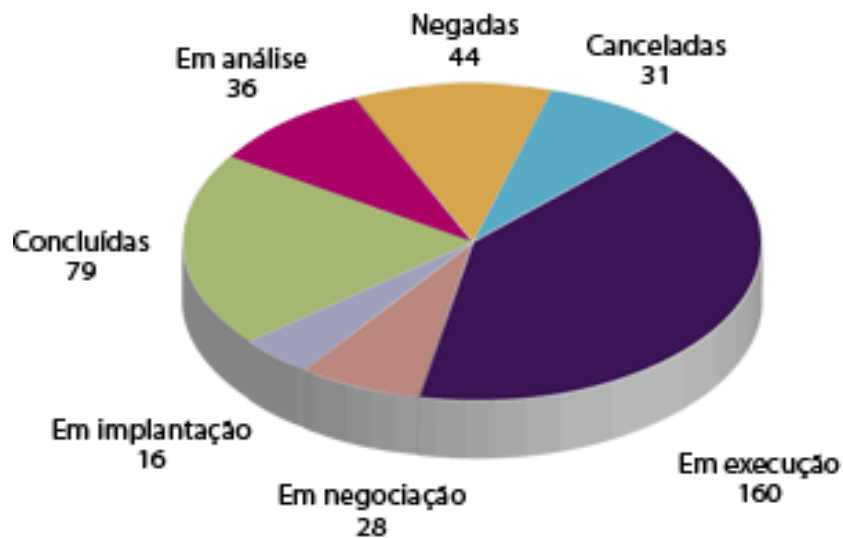


Figura 7 - Propostas apresentadas a ABC
Fonte: ABC (2008a).

No que se refere ao número total de propostas e atividades apresentadas, distribuídas pelas fontes bilaterais no ano de 2006, de acordo com a Figura 11, o Canadá lidera com 196 propostas, seguido pela Alemanha - 70 propostas; Japão - 68 propostas; França - 34 propostas Itália - 30 propostas; Estados Unidos - 24 propostas; Espanha - 18 propostas e Reino Unido - 4 propostas.

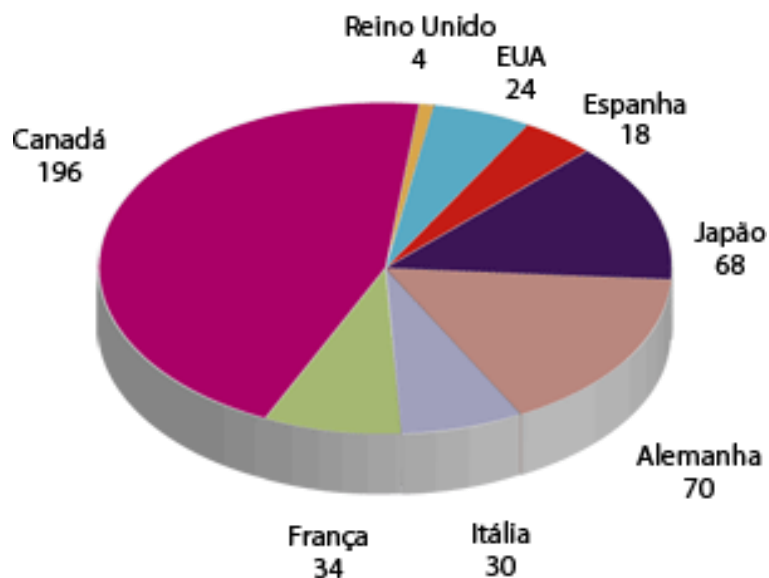


Figura 8 - Propostas distribuídas pelas fontes bilaterais - 2006
Fonte: ABC (2008a).

Quanto à distribuição geográfica dos projetos em execução (103), observa-se que a região Nordeste concentra o maior número de propostas (23), seguido pela região Norte (21), Centro-Oeste (7), Sudeste (12), Sul (6) e Nacional (31) (ver Figura 9).

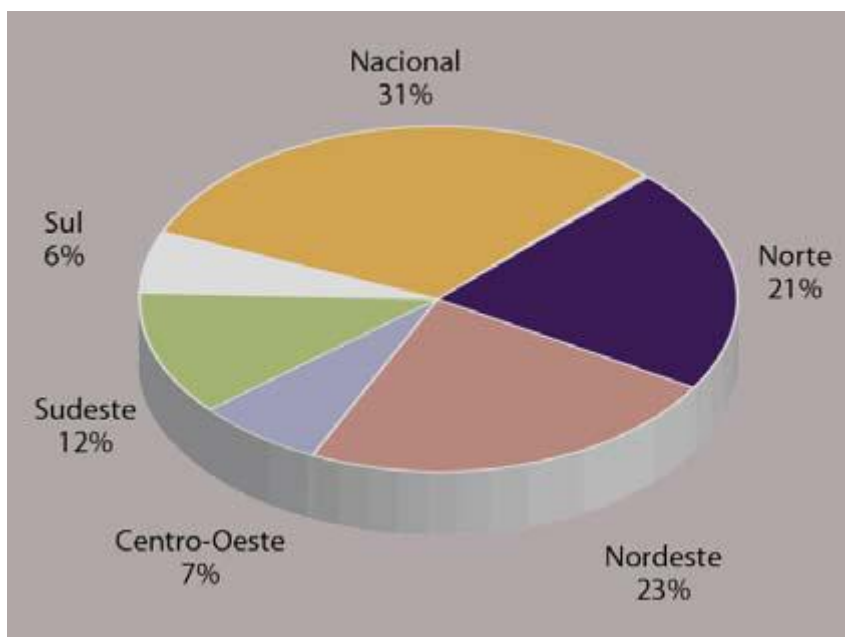


Figura 9 - Distribuição geográfica dos projetos em execução - 2006
Fonte: ABC (2008a).

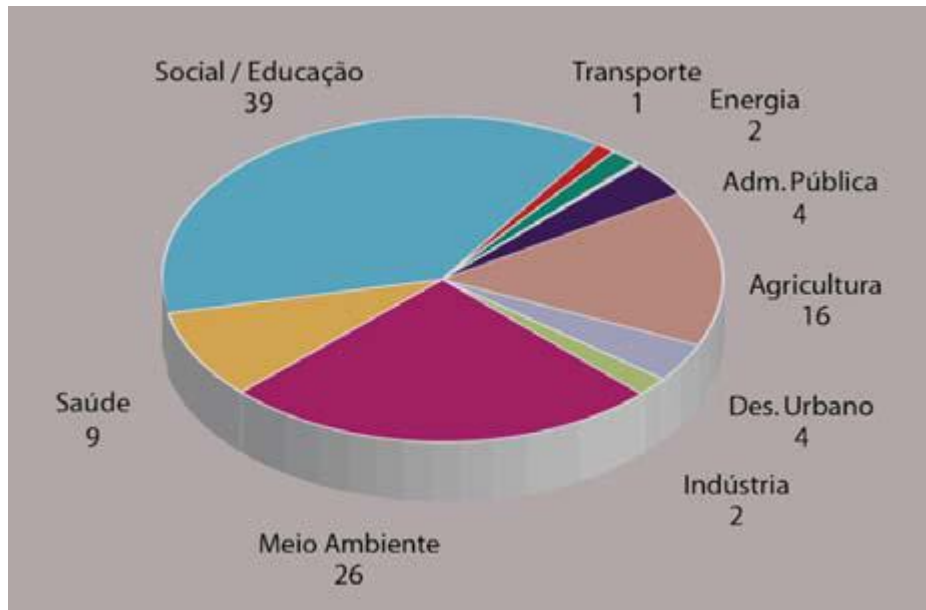


Figura 10 - Distribuição dos projetos por área temática - 2006
Fonte: ABC (2008a).

3.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA MULTILATERAL

A Cooperação Recebida Multilateral (CGRM) é desenvolvida entre o Brasil e os Organismos Internacionais que integram as Nações Unidas e o Sistema Interamericano, bem como com a União Europeia com o objetivo de transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Na perspectiva oficial do Brasil, a relação entre o Governo e os organismos internacionais, no âmbito dos programas multilaterais, se dá através do atendimento dos interesses do governo brasileiro no limite dos mandatos dos organismos internacionais. Qualquer iniciativa de cooperação técnica – seja um programa, projeto, missão ou evento- só poderá ser concretizada se respaldada por acordo internacional estabelecido entre o Brasil e um organismo internacional. Logicamente isso não exclui o fato de que os governos usem a cooperação como base para iniciar negócios tal como se vê com as visitas de presidentes.

De acordo aos dados fornecidos pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em julho de 2008, os projetos por fonte do Brasil somam US\$ 11.765.031 e estão distribuídos da seguinte forma: BID com 48,2%, BIRD 36,8%, *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC) com 6,5% e *Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola* (FIDA) 0,7% conforme Figura 11 e Tabela 2.

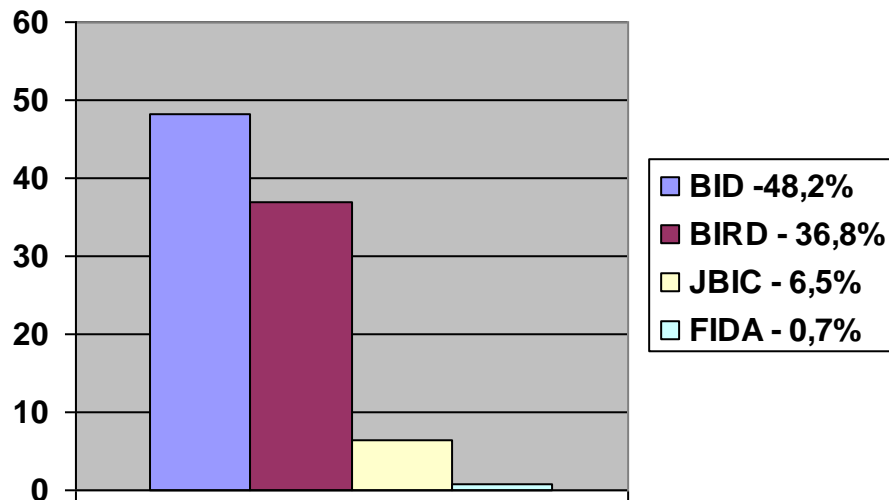


Figura 11 – Distribuição dos Projetos por fonte – julho de 2008
 Fonte: SEAIN (BRASIL, 2008).

Tabela 2 – Distribuição dos Projetos – Áreas e Valor do empréstimo – julho de 2008

Áreas	Valor do empréstimo
Agricultura	78.155
Arranjo produtivo local	10.000
Crédito	1.934.000
Cultura	82.500
Desenvolvimento científico e tecnológico	33.000
Desenvolvimento integrado	67.600
Desenvolvimento rural	652.688
Desenvolvimento social	1.675.200
Desenvolvimento urbano	510.798
Educação	660.105
Energia	12.120
Habitação	291.500
Meio ambiente	96.740
Recursos hídricos	210.800
Reforma do estado/fortalecimento institucional	648.010
Saneamento	1.330.856
Saúde	321.444
Transportes	2.900.515
Turismo	249.000
Total de operações	11.765.031

Fonte: SEAIN (BRASIL, 2008).

Segundo dados da ABC, no ano de 2007 a Coordenação de Cooperação Técnica Multilateral (CGRM) participou diretamente na aprovação e/ou revisão de 417 instrumentos de cooperação técnica internacional e pelo acompanhamento de 430 projetos. Dados preliminares indicam que o desembolso realizado por estes programas e projetos é de aproximadamente US\$ 380 milhões. Conforme as Tabelas 3, 4 e 5, a seguir:

Tabela 3 - Atos Internacionais de Aprovados em 2007

Instrumentos de cooperação multilateral aprovados em 2007	Quant.
Ajustes Complementares	16
Memorandos de Entendimento	04
Termos de Cooperação	01
Documentos de Projeto	44
Revisões/Emendas de projetos analisadas e aprovadas	352
Marcos Programáticos	-
Total	417

Fonte: ABC (2007a).

Nota: (-) sem informação.

Os 417 instrumentos de cooperação multilateral aprovados em 2007 estavam divididos da seguinte forma: 16 ajustes complementares; 04 memorando de entendimento; 01 termo de cooperação; 44 documentos de projeto e 352 foram analisados e aprovados pela ABC.

Tabela 4 - Número de Projetos implementados em 2007

Unidade da ABC	Projetos e Atividades	Total
CGRM	Projetos em execução (tramitação via ABC)	300
	Projetos em execução (ação descentralizada)	130
Total		430

Fonte: ABC (2007a).

Como se vê na Tabela 4, no ano de 2007 a Cooperação Multilateral Recebida (CGRM) implementou 430 Projetos, destes 300 foram via ABC e 130 através de ação descentralizada.

Tabela 5 - Estimativa de recursos mobilizados em 2007

Origem dos recursos	Valor em US\$:
Recursos dos organismos internacionais	40.769.000,00
Recursos de contrapartida nacional	340.696.000,00
Total estimado para 2007:	381.465.000,00

Fonte: ABC (2007b).

Em 2007 a ABC estimava mobilizar cerca de US\$ 380 milhões para os programas de Cooperação Multilateral Recebida (CGRM), aproximadamente 90% corresponde a recursos nacionais, conforme dados da Tabela 5.

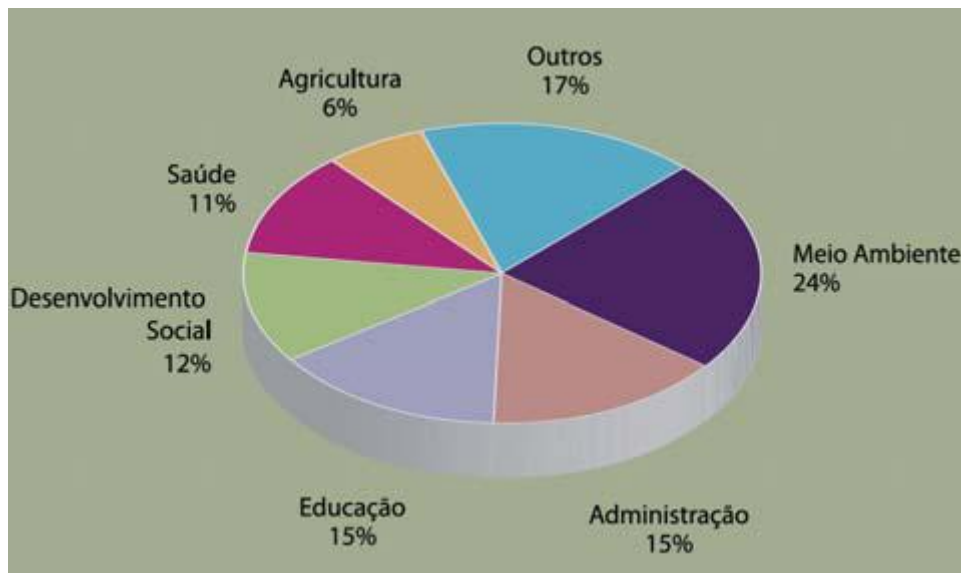


Figura12 – Distribuição dos Projetos por setor
Fonte: ABC (2008a).

Os projetos de Cooperação Recebida Multilateral (CGRM) em execução concentram-se nos setores de meio ambiente (24%), administração (15%), educação (15%), desenvolvimento social (12%), saúde (11%) e agricultura (6%) totalizando 83%. Outros setores não descritos como desenvolvimento urbano está dentro de outros (17%).

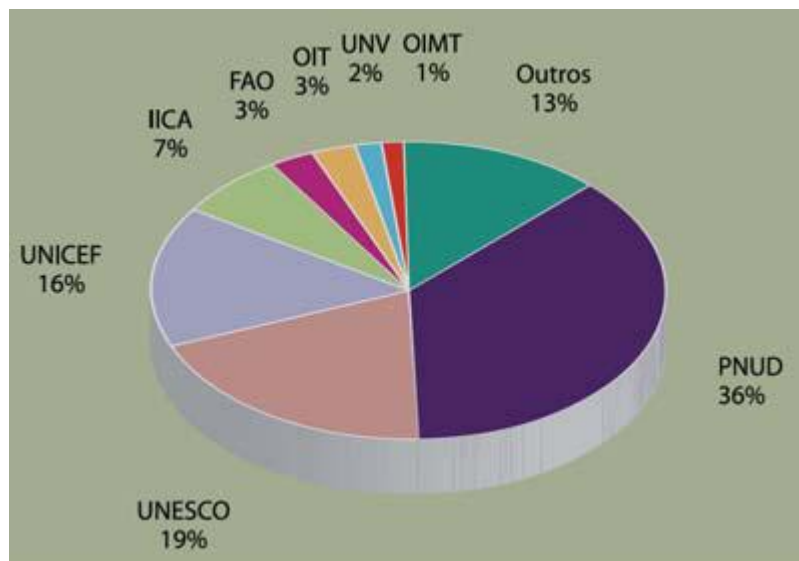


Figura 13 – Distribuição dos Projetos por Organismos Internacionais
Fonte: ABC (2008a).

Na Figura 13 observa-se que a CGRM desenvolve-se, basicamente, junto aos Organismos Internacionais que integram as Nações Unidas e o Sistema Interamericano, bem como junto à União Europeia. O PNUD (36%) é o Organismo que mais contribui com projetos de cooperação seguidos pela UNESCO (19%) e UNICEF (16%).

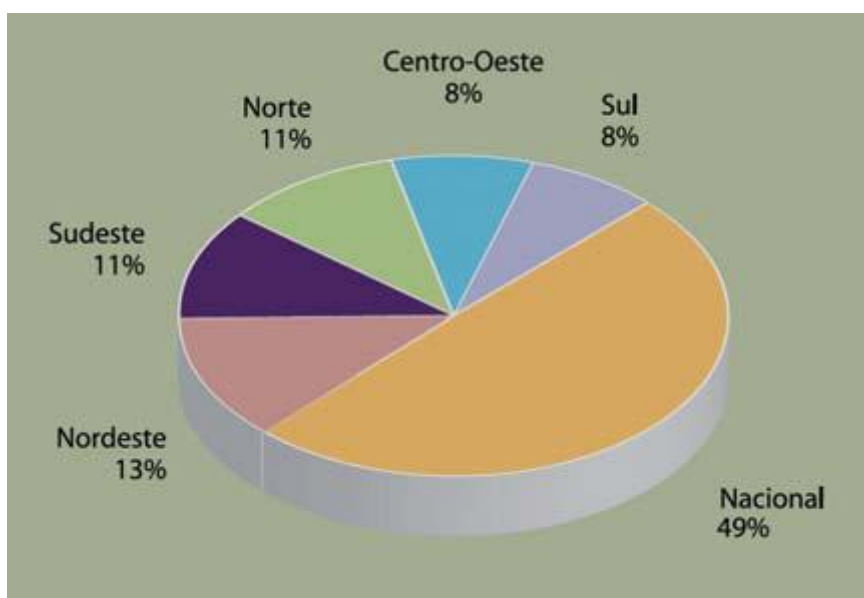


Figura 14 - Projetos em execução por área geográfica
Fonte: ABC (2008a).

Segundo ABC, os futuros projetos de cooperação técnica com organismos internacionais devem reduzir progressivamente seu escopo de atividades, ao mesmo tempo

em que passariam a ser estimuladas novas parcerias com as agências multilaterais para a implementação de projetos de cooperação Sul-Sul na modalidade triangular.

A CGRM atuou na identificação de parcerias triangulares de cooperação envolvendo o Brasil e organismos internacionais em benefício de países em desenvolvimento. A assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) visando combater a fome e a desnutrição, fomentar a agricultura familiar, promover o desenvolvimento agrário e a sanidade animal e vegetal em países da América Latina e Caribe (abril/2007), bem como a iniciativa de cooperação triangular Brasil-OIT para a ampliação do Programa de Combate ao Trabalho Infantil (IPEC) em benefício do Haiti (dezembro/2007) são alguns exemplos da modalidade triangular de cooperação.

Entretanto as atividades de acompanhamento dos projetos de cooperação técnica em execução junto a organismos internacionais mantiveram-se, em 2007, abaixo das metas traçadas no Plano de Trabalho da ABC. Isso se deve ao fato de que 2007 testemunhou a saída de diversos funcionários da CGRM, sem que novos servidores fossem transferidos a título de compensação. Apesar de o volume de trabalho em 2007, referente aos maiores programas da carteira multilateral, haver sido similar a 2006 – quadro em parte resultante dos esforços da CGRM em promover uma mudança no perfil da cooperação multilateral no Brasil – o crescente envolvimento desta Coordenação Geral em iniciativas de cooperação Sul-Sul triangular e participação em eventos de organismos internacionais de natureza econômica exigiu esforço adicional de sua equipe técnica. Ainda em 2007, a CGRM colaborou na consolidação final do módulo técnico do sistema de Informações da ABC - Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (ABC/SIGAP).

3.4 COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Dada sua posição intermediária de desenvolvimento e a ascensão de sua economia, o Brasil, além de receptor, passou a ser fornecedor de cooperação. Por esse motivo, o Governo brasileiro criou a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD) visando transferir conhecimentos técnicos e experiência do Brasil, em bases não comerciais principalmente para diversos países da América Latina, Haiti, a países da África e já em outras partes do mundo. É importante salientar que nos últimos anos

a presença brasileira se faz em países europeus e nos EUA com a presença de empresas como a Braskem, Gerdau etc.

A política externa do Brasil destaca a importância da cooperação Sul-Sul no contexto das relações internacionais. Nesse sentido, a cooperação entre países em desenvolvimento funciona como opção estratégica de parceria, servindo para assegurar presença positiva e crescente do Brasil em países e regiões de interesse prioritário para a política exterior brasileira.

A cooperação entre países em desenvolvimento prestada pelo Brasil se faz pela transferência de experiências e conhecimentos, consultorias, treinamentos e a eventual doação de equipamentos. Seguindo orientações governamentais, as ações da Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) estão concentradas nas seguintes prioridades:

- a) Compromissos assumidos em viagens do Presidente da República e do Chanceler;
- b) Países da América do Sul;
- c) Haiti;
- d) Países da África, em especial os *Palops*, e Timor-Leste;
- e) Demais países da América Latina e Caribe;
- f) Apoio à CPLP;
- g) Incremento das iniciativas de cooperação triangular com países desenvolvidos (através de suas respectivas agências) e organismos internacionais.

Os custos dos projetos de cooperação técnica são divididos entre as instituições brasileiras e suas contrapartes dos países parceiros, a remuneração dos especialistas brasileiros é normalmente coberta pelo Brasil, através das instituições técnicas nacionais envolvidas na execução do projeto. Outros custos dos projetos como despesas de viagens, de treinamentos e material didático, eventualmente podem ser cobertos pelo lado brasileiro.

A Cooperação Triangular Sul-Sul (CSS) é outra modalidade de cooperação que nos últimos anos tem sido prioridade crescente na política externa do Brasil. Esse modelo de cooperação visa promover o desenvolvimento de países do Sul através da troca de conhecimentos e experiências. A Cooperação Triangular, ou Triangulação “é a modalidade de Cooperação Técnica na qual dois países implementam ações conjuntas com o objetivo de prover capacitação profissional, fortalecimento institucional e intercâmbio técnico para um terceiro”. (ABC, 2007).

O Brasil tem atuado cada vez mais no campo da Cooperação Sul-Sul através da participação em missões de paz e de projetos de cooperação a países pobres como destaca o texto abaixo.

As iniciativas de cooperação por parte do Brasil, sejam através de sua participação em missões de paz, sejam através das ações e projetos de cooperação, têm-se manifestado em direções e áreas diversas. A nova política externa brasileira une o país a instituições e a outros países, compelidos por propósitos semelhantes e pelos mesmos valores e princípios, através de iniciativas de cooperação conjuntas em direção aos países mais necessitados. (VERENHITACH; DEITOS; SEITENFUS, 2007, p.2).

Um exemplo da CSS é o *Japan-Brazil Partnership Program* (JBPP), operacionalizado pela ABC e pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA) em que instituições brasileiras, com apoio do Japão realizam projetos de cooperação triangular endereçados aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Timor-Leste.

O órgão responsável pela coordenação de programas de cooperação técnica negociados entre o Brasil e países em desenvolvimento é a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Para viabilizar a participação do Brasil em processos de cooperação com países da América Latina, Caribe, África e Ásia são estabelecidas parcerias com outros órgãos públicos e instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto de Tecnologia em Fármacos/FIOCRUZ (FARMANGUINHOS), Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além de organizações não-governamentais.

As ações ou propostas de projeto de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, submetidas à ABC devem seguir roteiros específicos (ver ANEXO F). Trata-se do principal instrumento para a avaliação das condições de implementação dos trabalhos previstos pelas instituições dos países parceiros e deve conter as seguintes informações:

- a) as instituições proponentes;
- b) o objetivo do trabalho a ser desenvolvido, os problemas existentes que motivam sua implementação e a importância de sua solução para o país parceiro, o quadro institucional local, as políticas e os programas nacionais em curso no país, na área considerada;

- c) o planejamento do projeto que se pretende desenvolver, abrangendo os resultados a serem alcançados, as atividades a serem desenvolvidas, o cronograma de sua execução, a cooperação técnica solicitada e o orçamento do projeto.

Os projetos de cooperação dos órgãos ou entidades do setor público que necessitam de financiamento externo de organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito devem submeter seus projetos à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX). O acesso à COFIEEX faz-se por intermédio da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme o Manual de Financiamentos Externos contendo o roteiro básico a ser seguido pelo postulante, desde a apresentação da carta-consulta até a assinatura (Ciclo de Projetos-Resumo) e documentos legais (Legislação) referentes à contratação do empréstimo externo. Quando a proposta se tratar de Cooperação financeira não reembolsável, o postulante deverá apresentar termo de referência da proposta, conforme roteiro elaborado pela COFIEEX (BRASIL, 2006).

4 ANÁLISE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Com o objetivo de avaliar o impacto histórico da experiência brasileira de CTI sobre o desenvolvimento do país fez-se um levantamento de documentos e bibliografia, utilizando múltiplas fontes oficiais de evidência, visando aferir significância dos resultados. Através de uma revisão de teoria, procura-se estabelecer uma ferramenta de análise para desempenho sem a pretensão de chegar a respostas técnicas específicas. Os resultados revestem-se assim de um caráter colaborativo.

De acordo com Amado Luiz Cervo (2008), foi durante o período de apogeu do sistema internacional de cooperação, que vai dos fins dos anos de 1960 ao início dos anos 1980 que houve um melhor aproveitamento das iniciativas de cooperação e desenvolvimento dos agentes envolvidos por conta das seguintes condições:

- a) Inserção racional da CTI na política exterior;
- b) Flexibilidade para aceitar fins próprios e não-próprios definidos para a CTI pelos países avançados;
- c) Montagem de um sistema nacional articulado de gerência da cooperação técnica;
- d) Implantação de agências internas bem preparadas em termos de recursos humanos e equipamentos para cooperar;
- e) Filosofia desenvolvimentista a impregnar a opinião.

Enquanto nos anos 1970 e 1980 os projetos de cooperação envolviam basicamente viagens de peritos e treinamento ou assessorias visando aperfeiçoar a capacidade operacional das agências brasileiras. A partir de 1980 o Brasil altera seu perfil ao passar de receptor de assistência do Norte a prestador de cooperação aos países em desenvolvimento do Sul. Como o Brasil já havia avançado muito no domínio do conhecimento técnico, através da cooperação internacional vai atrás do avanço tecnológico.

Para Amado Luiz Cervo (2008), com concepção de um sistema de cooperação eficiente, o Brasil pode colher bons resultados para o desenvolvimento do país, conforme destaca.

Os fatores internos responsáveis pelo êxito da CTI do Brasil foram a criação de um sistema nacional eficiente e racional para absorver a cooperação e a elevada capacidade de atração exercida sobre os agentes externos. Os resultados foram relevantes para o desenvolvimento brasileiro nas mais variadas áreas básicas de atividades, na medida em que afetavam as condições de vida da população. Em particular, com a CTI, ampliou-se enormemente a quantidade, a variedade e a

qualidade dos alimentos produzidos e comercializados; melhorou a capacitação profissional no campo e na cidade e a prestação de serviços pôde estender-se a novas camadas da população. (CERVO, 1994, p.47).

Os principais organismos que mantêm programas de cooperação técnica no Brasil são aqueles vinculados ao sistema das Nações Unidas e ao sistema interamericano. Visando criar uma agenda para que a ONU possa ajudar o Brasil a enfrentar seus principais desafios de desenvolvimento foi elaborado pela equipe das Nações Unidas no País (UNCT) o Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) 2007 – 2011. Nesse documento foram listadas as cinco prioridades das Nações Unidas para o período de 2007 a 2011. São elas:

- a) Resultado do UNDAF 1: Populações excluídas e vulneráveis com direito a serviços públicos assegurado;
- b) Resultado do UNDAF 2: Desigualdades de gênero e raça/etnia reduzidas, considerando o impacto de heterogeneidades territoriais;
- c) Resultado do UNDAF 3: Violência reduzida, promovendo a paz, a conciliação e a justiça;
- d) Resultado do UNDAF 4: Políticas e gestão públicas eficazes, transparentes e participativas asseguradas, como mecanismos de promoção e exigibilidades dos direitos humanos;
- e) Resultado do UNDAF 5: Uso eficiente dos recursos disponíveis garantido para a promoção do desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável.

Para apoiar as estratégias do UNDAF no período de cinco anos, estima-se mobilizar um montante de US\$217.801.253,00. Cerca de 69,6% do total serão gastos no resultado UNDAF 1, 1,43% no resultado do UNDAF 2, 10,2% no resultado do UNDAF 3, 8,1% no resultado do UNDAF4 e 7,9% no resultado do UNDAF 5. Os recursos financeiros estimados necessários para consecução de cada resultado UNDAF são apresentados na matriz de resultados em anexo.

A União Europeia e os seus Estados-Membros aplicam em torno de 35 bilhões de euros por ano para cooperação, cerca de 55% de toda a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em nível mundial. A Comissão Europeia (CE) é responsável pela gestão de 20% desses recursos, aproximadamente 7 bilhões de euros por ano. Os 80% restantes são geridos

pelos Estados-Membros e por outras instituições comunitárias. No Brasil, a CE beneficia principalmente os seguintes programas:

- a) Meio Ambiente e Florestas (12 projetos em execução com um valor total de 40,5 milhões de euros);
- b) Co-financiamento com ONGs (21 projetos em execução com um valor total de 16,8 milhões de euros);
- c) Democracia e Direitos Humanos (9 projetos em execução com um valor total de 1,2 milhões euros);
- d) VI Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (participação de entidades brasileiras em muitos projetos ainda ativos);
- e) Erasmus Mundus (43 bolsas de estudo concedidas a estudantes brasileiros no ano letivo de 2006/2007).

De acordo com a atual diretriz do Governo brasileiro para cooperação técnica internacional divulgada pela CTRM, a cooperação triangular ganha incentivo: “os futuros projetos de cooperação técnica com organismos internacionais deveriam reduzir progressivamente seu escopo de atividades, ao mesmo tempo em que passariam a ser estimuladas novas parcerias com as agências multilaterais para a implementação de projetos de cooperação Sul-Sul na modalidade triangular”. (BRASIL, 2007a, p.2).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), atualmente o Brasil empenha cerca de 22 milhões de dólares em projetos de cooperação Sul-Sul. A definição dos países beneficiados e projetos esta em conformidade com a política externa em andamento. “São 119 projetos em execução, através da ABC, em direção à América Latina, em particular à América do Sul. Em termos de América Central e Caribe, as atenções voltam-se especialmente ao Haiti”. (BRASIL, 2007a, p.2).

Das ações de cooperação brasileira na América Central e Caribe, o Haiti é receptor de um montante de US\$ 2.751.928,02, o que representa 77,14% das ações de cooperação com esse continente. Dentre os projetos de cooperação triangular, destacam-se: a cooperação técnica em matéria eleitoral, os projetos para o desenvolvimento da agricultura e recursos hídricos e florestais do país, o projeto de combate à Violência de Gênero, o projeto triangular de Vacinação e Imunização realizado em parceria com o Canadá ,o Projeto de Manejo de

Dejetos Sólidos que mereceu, em 2006, prêmio instituído pelas Nações Unidas, por representar um modelo de cooperação entre países em desenvolvimento.

A cooperação Sul-Sul utiliza a capacitação profissional, fortalecimento institucional e intercâmbio técnico como meios para cooperar com terceiros países. Essa modalidade de cooperação internacional não requer, necessariamente, uma doação em dinheiro dos países envolvidos (BRASIL, 2007d, p.2). O Brasil é um exemplo de que a cooperação pode partir de países sem muitos recursos financeiros a doar, e que através de uma estratégia triangular podem operacionalizar diversos projetos de cooperação.

De acordo com o PNUD (2008, p.1)

O Brasil foi o principal articulador da criação do G-20 nas negociações de liberalização de comércio da Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio. Também se destaca no esforço para universalizar o acesso a medicamentos para a Aids. O país é pró-ativo e inovador na promoção de parcerias globais usando a Cooperação Sul-Sul como veículo.

Um dos Objetivos do Milênio (ODMs) é estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Segundo o *3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs*, o Brasil tem se destacado nessa área, pois através dos acordos de cooperação Sul-Sul tem contribuído para acelerar o desenvolvimento de países da América do Sul, Ásia e África. Além disso, o Brasil tem atuado na promoção da estabilidade em países como Haiti e Timor Leste e ajuda os países pobres, como os africanos, renegociando dívidas atrasadas. Segundo o documento, “os descontos concedidos a países em desenvolvimento que deviam para o Brasil somaram US\$ 1,25 bilhão”. (BRASIL, 2007c).

O Brasil passou de um país em desenvolvimento para uma das 10 maiores economias do mundo. Atualmente a cooperação concentra-se em temas de interesse global (ex: a mudança climática) e em fomentar a cooperação sul-sul. Algumas propostas de cooperação têm sido feitas pelos estudiosos desse assunto. Milani (2008) propõe para a cooperação brasileira o seguinte:

- a) Incentivar a participação de atores associativos, de fundações, de universidades na definição das agendas da cooperação brasileira: trazer o sentido do “contraditório” para a política de cooperação.
- b) Promover a capacitação de entidades subnacionais (sobretudo Municípios) com vistas a garantir a descentralização mais efetiva da agenda e dos benefícios – sem perder de vista o papel central de Regulação do Itamaraty/ABC.

- c) Incentivar a pesquisa na área por meio de editais, redes de pesquisa nacionais e internacionais, bolsas para jovens pesquisadores, estágios de estudos e pesquisas na ABC.

Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (SIAFI) , em 2008, o Brasil gastou R\$ 637,8 milhões para aperfeiçoar a gestão das políticas internacionais e, principalmente, para garantir a participação em organismos internacionais a título de cooperação internacional. O programa do governo federal de "Gestão da Participação em Organismos Internacionais" foi o que mais repassou verba para o exterior no valor de R\$ 435,6 milhões com contribuições à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), à Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem).

Dos R\$ 637,8 milhões gastos em 2008, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi órgão público que mais gastou, totalizando R\$ 370,5 milhões de seus recursos voltados para a manutenção de pactos internacionais. Para o MRE, a participação do Brasil nessas organizações é fundamental, pois fomenta a integração entre os países membros e isso faz com que ocorra uma maior promoção do fluxo comercial. A ideia é promover uma relação de trocas e interesses mútuos entre partes.

Em 2009, a verba para as ações do programa de "Gestão da Participação em Organismos Internacionais" foi reduzida, o Orçamento Geral da União (OGU) autorizou um montante de R\$ 171,2 milhões. O maior programa de cooperação internacional passa a ser o de "Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros com valor previsto de R\$ 319,3 milhões. Esse programa comportará, agora, as ações referentes à integralização do Brasil com o mundo e será administrado unicamente pelo Ministério do Planejamento.

5 O PAPEL DAS ONGS NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo serão enfocados, inicialmente, os aspectos conceituais e contextuais das Organizações Não-Governamentais. Em seguida, e apresentam-se o surgimento e a consolidação das ONGs como atores da cooperação internacional no Brasil e a sua transformação em um fenômeno institucional específico, com características próprias e autônomas em relação a outros atores sociais.

Tradicionalmente, o Estado se caracteriza como o principal ator e responsável para o desenvolvimento. Todavia as profundas mudanças nos padrões da tecnologia, mudanças econômicas e ecológicas têm provocado a quebra do monopólio do Estado como agente do desenvolvimento. Temas considerados “globais” afetam o bem-estar econômico e social dos indivíduos de outras sociedades além das fronteiras nacionais.

A explosão demográfica, desequilíbrio ecológico e migrações internacionais tornaram inviável a busca de soluções unilaterais estatais para esses problemas, pois essas questões escapam ao controle e manipulação política exclusiva dos centros estatais.

Apesar de cada Estado ser o principal responsável pelo seu próprio desenvolvimento, não é o único protagonista. Atualmente existem poucos países capazes de promover uma política geral sem apoio. Nesse sentido, o desenvolvimento requer uma cooperação internacional e a participação de outros atores.

A partir da segunda Guerra Mundial, os impactos do processo de crescimento econômico na sociedade começam a ser discutidos. Porém foi somente na década de 90, conhecida como década das Conferências, que o tema desenvolvimento passa a ser amplamente debatido. Nesse período, cresce a participação de delegados das ONGs nas “conferências sociais globais”, como na Rio 92, em que participaram cerca de vinte mil delegados e na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, com participação de duas mil ONGs.

Graças aos esforços da comunidade internacional, foi possível a criação de uma cultura do desenvolvimento, que tem como princípio fundamental a dignidade e valor da pessoa humana. “O desenvolvimento deve estar centrado no ser humano e, portanto, nas gerações futuras”. Essa nova percepção faz com que o desenvolvimento, que antes se limitava a transferências de recursos, conhecimentos e competências dos países ricos para os países

pobres, passe a ter uma noção mais ampla, englobando todas as atividades humanas. “Temos o dever de transmitir às gerações futuras não um mundo em ruínas, mas um mundo em desenvolvimento”. (Agenda para o Desenvolvimento)

Nas últimas décadas a cooperação internacional vem tomando novos contornos com o pleno desenvolvimento da cooperação não governamental. As Organizações Internacionais Não-Governamentais vêm ganhando legitimidade, tendo grande aceitação como interlocutora das relações internacionais.

5.1 EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS COMO ATORES INTERNACIONAIS

A participação solidária e a ajuda mútua, com propósito de solucionar problemas comuns, não são fenômenos novos. Surgiu antes mesmo do Estado, a partir dos núcleos de assistência religiosa, cuja lógica era filantrópica. Após a Reforma Protestante, surgiu a proposta do voluntariado.

Para Ricardo Seitenfus (2003), até o início do século XX, o sistema das relações internacionais era composto somente por Estados e corporações transnacionais. As profundas modificações ocorridas no cenário internacional contemporâneo, aliados ao grau de maturidade e participação da sociedade, fizeram surgir as Organizações Não-Governamentais (ONGs). “Passamos então de um modelo de interação sociopolítico baseada no Estado para um modelo marcado pelo globalismo.” (SEITENFUS, 2003, p.48).

A participação ativa de cidadãos e de organismos não estatais na promoção de causas como a preservação do meio ambiente e defesa dos direitos humanos, nas últimas décadas, aumentou de forma significativa a complexidade do relacionamento entre o Governo e a sociedade. Nesse sentido, homens e mulheres passaram a oferecer ajuda a atores mais frágeis e vulneráveis mudando a dinâmica das relações internacionais.

A propagação dessas organizações de pessoas deu origem ao termo organização Não-Governamental (ONG) (em inglês grafa-se NGO, *Non Governmental Organizations*). As Nações Unidas, nos termos do parágrafo 7 da resolução 1296 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), reconhecem publicamente, em 1950, as ONGs como organizações internacionais não criadas pela via de acordos internacionais. O termo ONG refere-se a toda organização que não pertence ou que não está vinculada a nenhuma instância de governo, em qualquer nível.

A caracterização das ONGs como ‘aquilo que não é governo’ revela a dificuldade dos Estados em apreender a verdadeira natureza de um fenômeno que tem suas raízes em ‘outro lugar’ que a esfera estatal, com uma história, valores e modos de atuação originais. (OLIVEIRA, 1999, p.52).

As ONGs têm sua origem na II Guerra Mundial, quando houve uma mobilização das Igrejas para apoiar setores da população europeia que, por consequência do conflito, se encontravam em estado de extrema carência. Após a finalização do processo de recuperação europeia, as ONGs passaram a captar recursos financeiros para incentivar e apoiar ações voltadas para o atendimento de grupos carentes dos países do Sul. Nas esferas das NNUU passaram a promover mecanismos indiretos de emprego para jovens qualificados dos países europeus, especialmente de holandeses, belgas e suecos.

O interessante no fenômeno do surgimento das ONGs é que por estar vinculado ao grau de amadurecimento e participação ativa da sociedade, elas surgem na Europa Ocidental e no Canadá. Os países do Sul apresentam-se não como sujeito do processo mas como objeto de solidariedade e dos interesses representados por essas entidades, como a democracia cristã.

Enquanto atores globais, as ONGs se expandiram rapidamente. Em 1914 existiam trezentas e trinta, em 1939 seu número subiu para setecentos e trinta e, em 1980 alcançavam um impressionante total de seis mil (JACOBSON, 1989). Essa expansão do número de atores transnacionais ocorreu principalmente por conta da modernização tecnológica e do desenvolvimento dos meios de comunicação, que juntamente com outros fatores permitiram o desenvolvimento de instituições com capacidade de atuar através das fronteiras nacionais e multiplicidade de culturas.

Segundo Pascal Boniface (2001), o aumento significativo das organizações não-governamentais é resultado da mundialização, da importância crescente da mídia da afirmação do papel dos indivíduos nas relações internacionais. “Criadas por indivíduos ou movimentos sociais, as ONG intervêm em todos os setores da vida internacional. Existem hoje mais de vinte e cinco mil no mundo.” (BONIFACE, 2001, p.36).

No século XX, ocorreu uma explosão de criação das ONGs, principalmente nas décadas de 80 e 90. Com a redemocratização, a sociedade amplia-se sua presença, então uma nova designação, aplicada ao conjunto de organizações sem fins lucrativos – o terceiro setor.

Só nas democracias criam-se condições para que esse setor se amplie e para que o segundo setor (as empresas) também assuma sua parte na responsabilidade coletiva de criar uma vida social de melhor qualidade e as agências governamentais (primeiro setor) possam cooperar e aprender com experiências ricas, mas de pequena escala. (CARDOSO, 2004, p.1).

O Terceiro setor pode ser compreendido como um espaço mobilizador de ações, recursos e reflexões. Estão igualmente incluídos como agentes as associações de classes e gênero, sindicatos, entidades religiosas, ONGs, movimentos sociais, sociedades civis que, fora do âmbito do governo, atuam em prol de causas coletivas.

A partir da década de 90, verificou-se um crescimento do espaço de atuação do Terceiro Setor, principalmente nas áreas abandonadas pelo primeiro e segundo setores. O crescimento vertiginoso e, ao mesmo tempo, heterogêneo e articulado das ONGs, os movimentos sociais e as associações civis comprovam esse fortalecimento e apontam para a consolidação de uma sociedade civil global com poder de intervenção transnacional. (MENDONÇA; GÓIS, 2002, p.211-219).

Para a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais¹⁷ (ABONG), as ONGs se caracterizam por serem instituições sem fins lucrativos, pois os rendimentos obtidos através dos projetos de autossustentação são revertidos para outros projetos; por atuarem na busca de soluções para os problemas estruturais da sociedade, de vários campos: sociais, culturais, econômicos e políticos e acima de tudo por estarem ligadas à sociedade ou comunidade através de atos de solidariedade. Logicamente isso não exclui a remuneração por serviços prestados.

De acordo com Salamon e Anheier (apud SCHERER-WARREN, 1996), as ONGs são organizações formais, planejadas e estruturadas organizacionalmente, de caráter privado, compondo um novo setor separado do governo e do mercado, porém com fins públicos, não visando ao lucro, portanto, distinguindo-se das empresas, sendo auto-governadas a partir de diretrizes e regulamentos próprios e possuindo participação voluntária de alguns membros.

As ONGs têm um relevante papel no debate sobre as políticas para a erradicação da pobreza e superação das desigualdades sociais, bem como no respeito aos direitos humanos. Articuladas aos grupos de base e aos movimentos sociais, constituíram-se em importantes atores do processo democrático. Um exemplo de ONG é o movimento ecológico “*Greenpeace*” e o “*Americas Watch*” que funciona como um observador de violações aos direitos humanos.

No artigo “ONGs e cooperação internacional: entre a dependência e a busca pela sustentabilidade” Mendonça; Araújo (2005) destacam as mudanças de comportamento das organizações não-governamentais e seu papel na promoção do desenvolvimento.

¹⁷ Foi criada em 1991 com a proposta de representar ONGs brasileiras junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil. Atualmente conta com mais de 270 associadas nas mais diversas áreas de atuação, como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia.

Os papéis e relacionamentos das ONGs e seus doadores vêm a cada dia se modificando, alternando-se entre processos de colaboração / parceria e cooptação, dependência e busca de sustentabilidade. Tais relações também têm redefinido campos de atuação das ONGs no que diz respeito à formulação e implementação de políticas para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento. (MENDONÇA; ARAÚJO, 2005).

Geralmente, a estratégia de pressão política utilizadas pelas ONGs a fim de influenciar as decisões e também o rumo da política se realize através da sensibilização da opinião pública, ação direta e sobretudo sincronia com a mídia nacional e internacional. Esses atores também possuem uma grande capacidade de coordenar e desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável.

Através da presença direta, pesquisa e mobilização da opinião pública, o *Greenpeace* influenciou o Protocolo de Madri, que congelou por cinquenta anos a prospecção mineral na Antártida. ONG de alcance transnacional, o *Greenpeace* é o único ator não estatal que tem uma base de operações científicas na Antártida e o único que participa com direito a voz nas reuniões do Tratado Atlântico.

As ONGs vêm atuando como canalizadoras de recursos para implementação de projetos locais sociais ou ambientais nos países mais pobres ou em desenvolvimento. De acordo a pesquisa feita pela *Johns Hopkins University*, em 1995, o terceiro setor movimentou mais de US\$1 trilhão em investimentos no mundo. Através da cooperação para o desenvolvimento, diversas ONGs têm apoiado regiões, países e comunidades em dificuldades.

5.2 ONG's NO BRASIL

A partir da segunda metade da década de 60, época marcada pela ditadura militar, é que a expressão não-governamental passa significar rejeição às formas tradicionais de poder, dando origem a um discurso próprio de existência a partir da negação da atuação do Estado.

Segundo Landim (1993), na década de 60, com o início do regime militar, as atividades desenvolvidas pelas ONGs, como assessoria a trabalhadores urbanos e rurais não eram bem vistas pelas instâncias governamentais, principalmente por questionarem a ordem vigente. Por isso, no Brasil, devido ao caráter de suas ações as ONGs não tinham acesso aos recursos públicos, o que dificultou a viabilização de suas atividades de cunho social e efetivação.

As ONGs não eram geradoras de recursos financeiros próprios, pois desenvolviam suas atividades de cunho social sem fins lucrativos e para que houvesse continuidade de suas atividades era necessário buscar financiamento. Nesse contexto, os exilados políticos tiveram um importante papel, pois passaram a estabelecer contatos com pessoas que trabalhavam nas agências de cooperação no exterior, muitas delas ligadas às igrejas, com as quais conseguiam intermediar a relação de apoio financeiro e político.

No Brasil, a base de sustentação material das ONGs foram as agências de cooperação internacional, que juntas trabalharam contra o regime autoritário. No topo da agenda desses países, o tema predominante era a democratização. Logo, os recursos da cooperação internacional investidos no Brasil durante esses períodos estavam voltados ao fortalecimento da sociedade civil e à promoção da democracia.

Átila P. Roque (2008), Coordenador do Programa de Políticas Públicas e Globalização do Ibase, afirma que “a presença da cooperação internacional não-governamental no Brasil é um fenômeno dos anos 70 e 80” e que o apoio da cooperação internacional às entidades da sociedade civil e aos movimentos sociais ocorreu somente após o golpe militar de 1964.

De acordo a publicação do *Fórum Mídia & Educação Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária* (CENPEC, 2001), é nos anos 70 que as organizações não-governamentais brasileiras, conectadas a movimentos sociais e à luta pela democratização da sociedade, começam a ganhar espaço buscando respostas para questões emergentes no cenário nacional e internacional.

Quanto às características do apoio recebido da cooperação europeia pelo Brasil e alguns países da América Latina, o principal aspecto é o caráter essencialmente político. Isso decorre do próprio perfil das ONGs europeias, que nos anos 60 e 70 passam a valorizar as mudanças estruturais, deixando para trás uma perspectiva emergencial. Por outro lado, a orientação brasileira para a cooperação internacional tinha um viés predominantemente econômico devido à visão “desenvolvimentista” desse período.

Além disso, as políticas oficiais de algumas ONGs europeias – como por exemplo, Oxfam (Inglaterra), Novib (Holanda), CCFD (França) – passaram a ser questionadas pela sua base social de apoio, composta de associações de consumidores, sindicatos, partidos políticos, provocando uma mudança de foco da ação dessas instituições.

Na década de 70, observa-se o aumento dos financiamentos internacionais para as ONGs do Brasil por parte de organizações multinacionais e agências de cooperação internacional, gerando o que Van Rooy (1998) classificou como “Indústria da

Ajuda”. Esta trouxe algumas questões que ainda permanecem sem solução para muitas ONGs brasileiras, como a dependência de recursos externos. (MENDONÇA; ARAÚJO, 2005).

Inicialmente, as ONGs se desenvolveram a partir dos trabalhos de educação popular junto às comunidades e aproveitando as oportunidades que surgiram junto com as políticas do controle demográfico da proteção ao ambiente e dos direitos das mulheres, desde do início dos anos 1970 . Com o processo de abertura política, abriram-se os caminhos para a afirmação de identidade dessas organizações, que se transformaram num fenômeno institucional específico, com características próprias e autônomas em relação a outros atores sociais. As ONGs vão redefinindo seu papel e construindo seu discurso de autonomia numa conjuntura de reorganização da sociedade civil. Dessa rearticulação, surgiu em 1990 a Associação Brasileira das ONGs - a ABONG.

A autonomia conquistada credenciou o terceiro setor fomentar um diálogo com outros atores sociais, a saber: o Estado e o Mercado. Por se tratar de instituições desprovidas de uma origem partidária, ou mesmo ideológica, as ONGs têm conseguido significativa contribuição financeira às pesquisas e projetos, tornando-se interlocutoras ideais de governos e empresas na medida em que não mais representam ameaças a estes.

Todavia mesmo se autonomizando e buscando sua própria identidade e sustentação, as ONGs criaram uma estrutura, uma espécie de pequena empresa, onde a cooperação internacional acabou se transformando em mercadoria. Para se adequarem às mudanças no cenário da cooperação internacional também tiveram que reduzir seus custos, gastos, programas e até mesmo profissionais.

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi um marco da participação da sociedade civil, no debate acerca de temas importantes para o desenvolvimento humano. Mais de 4000 representantes e integrantes participaram, firmando mais de 30 tratados, como forma de demonstrar que organizações da sociedade estavam prontas para estabelecer compromissos, os quais deveriam também ser adotados pelos governos e empresas.

Alguns desses tratados correspondem a temas da Agenda 21¹⁸ global e a outros acordos internacionais firmados pelos países na Rio-92, como por exemplo: o Compromisso

¹⁸ É um conjunto de ações e programas negociados pelos representantes de mais de 170 países participantes do Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em junho de 1992, para viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países. A agenda 21 reúne ações em vários campos do desenvolvimento social, econômico e institucional, tendo como princípio a sustentabilidade ambiental.

Ético das ONGs para uma Atitude e Conduta Ecológica Global; Tratado de Cooperação e Compartilhamento de Recursos entre ONGs; Tratado dos Modelos Econômicos Alternativos; Tratado sobre Empresas Transnacionais (ETNs): regulamentação democrática da sua conduta; Tratado Alternativo Sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável; Tratado sobre a Dívida Externa; Tratado sobre Agricultura Sustentável; Tratado sobre as Zonas Áridas e Semi-áridas; Declaração do Rio de Janeiro, dentre outros.

Utilizando como referência o estudo realizado pela *Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop)* (RODRIGUEZ S., 1994), aponta mudanças no quadro da cooperação entre ONG's brasileiras e do Cone Sul com seus parceiros do Norte. Há uma maior permeabilidade das agências aos critérios eficientistas prevalentes no ambiente da cooperação, bem como a uma maior capacitação e profissionalismo por parte das organizações:

- a) exigência de resultados quantificáveis, concretos, claramente explicitados (20,4%);
- b) exigência de avaliação do impacto dos projetos (16,3%);
- c) maior controle por parte das agências sobre o destino específico dos recursos (14,2%);
- d) exigência de uma melhor gestão administrativa e financeira (10,2%);
- e) tendência ao financiamento de projetos específicos, mais do que o apoio ao projeto institucional global (8,1%).

Além disso, nos atuais acordos de cooperação, os temas relacionados com a produção tendem ter maior importância que os educativos ou os de conscientização. Há uma tendência a priorizar temas centrais como meio ambiente, migrações, drogas etc. No caso do Brasil, questões relacionadas à exclusão, cidadania e solidariedade estão nos conteúdos da cooperação.

O relatório dessa relevante pesquisa aponta pontos positivos, na relação de cooperação entre agências e organizações não-governamentais como mudanças de posição das agências frente às ONGs: de simples agências de financiamento para parceiros ou contrapartes, maior discussão e consulta sobre os conteúdos da cooperação, dando lugar à formulação de plataformas comuns e ao enfoque de parceria.

De acordo com Wolfgang Kaiser¹⁹, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas ONGs brasileiras, provocadas tanto pelas mudanças no âmbito interno quanto externo, na maior parte estes processos foram aproveitados de uma maneira que assegurou uma renovação institucional e uma atuação em favor dos setores com os quais tradicionalmente estão relacionados. “As ONGs brasileiras passaram por um ou por vários processos que implicaram um autoquestionamento da sua identidade, do seu perfil de trabalho, da sua atuação na sociedade e dos seus formatos institucionais.” (ABONG, 2000, p.2).

Em 1995, foi realizada uma pesquisa coordenada por Michael Bailey e Leilah Landim envolvendo cerca de 41 agências não-governamentais de cooperação internacional atuantes no Brasil. Os temas prioritários da atuação no Brasil foram o desenvolvimento sustentável rural, questões de gênero e/ou saúde reprodutiva e meio ambiente. Democracia, cidadania, políticas públicas e educação também são destacadas.

Segundo levantamento coordenado por Bailey e Landim (1995), que pesquisaram 41 agências não-governamentais de cooperação internacional atuantes no Brasil, o pequeno produtor é o principal público das agências de cooperação brasileiras, representando 73%, seguido pelos moradores rurais/pescadores com 70,3% da preferência, Tabela 6.

Tabela 6 - População-alvo das agências de cooperação não-governamentais / Brasil em 1995

	Número de Agências ⁽¹⁾	% de agências
Pequenos produtores	27	73,0
Moradores rurais/pescadores	26	70,3
Moradores da periferia urbana	25	67,6
Mulheres	23	62,2
Crianças / Adolescentes	23	62,2
Índios	20	54,1
Assalariados rurais	18	48,6
Negros	14	37,8
Assalariados urbanos	13	35,1
Moradores de rua	12	32,4
População em geral	3	8,1
Terceira idade	13	35,1
Outros		

Fonte: Bailey e Landim (1995).

Notas: ⁽¹⁾ 37 casos válidos.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 7, com relação às parcerias das agências, as ONGs se destacam com 91,9 % da preferência, também estão em primeiro lugar quando se pede uma indicação prioritária das agências. Esse resultado reflete a realidade brasileira, na qual as organizações não-governamentais são atores relevantes do processo

¹⁹ Responsável para o Programa Brasil/La Plata no Departamento América Latina da Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (EZE) - Associação Protestante de Cooperação e Desenvolvimento. Ação Educativa.

democrático e no debate sobre políticas para a superação das desigualdades sociais, tão marcantes no Brasil.

Tabela 7 - Parceiros no Brasil das agências de cooperação não-governamentais em 1995

	Número de Agências ⁽¹⁾	% de agências
ONGs	34	91,9
Grupos de base	29	78,4
Entidades representativas	28	75,7
Organizações de Igreja	23	62,2
Universidades	6	16,2
Outros parceiros	4	10,0

Fonte: Bailey e Landim (1995).

Notas: ⁽¹⁾ 37 casos válidos.

Visando construir uma base de dados sobre o terceiro setor no Brasil para servir como referência nacional e internacional de consulta, o Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com apoio da Fundação Salvador Arena e da Fundação Orsa desenvolveu o projeto “O Mapa do Terceiro Setor”. É importante destacar que os dados referem-se somente ao conjunto de 4.589 unidades cadastradas até junho de 2005, no site do Mapa do 3º Setor (www.mapa.org.br) não contemplando todas as organizações existentes no Brasil.

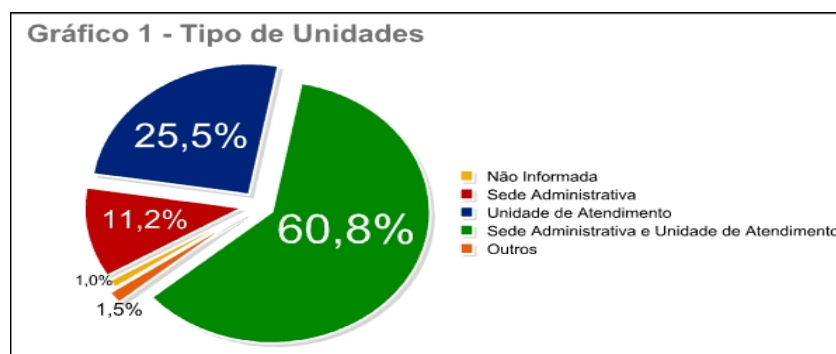


Figura 15 - Unidades Cadastradas até junho de 2005

Fonte: Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2008).

Observa-se no Mapa do 3º Setor uma concentração de organizações em alguns Estados, como São Paulo e Pará.

Tabela 8- Distribuição do número de cadastro por Estado

Estado	Quantidade
SP	1784
PA	1554
PR	415
MG	225
RJ	160
BA	60
ES	55
RS	41
DF	40
SC	38
PE	37
GO	35
CE	32
RN	24
MS	19
TO	11
MT	11
AM	9
MA	8
SE	7
PB	6
AL	5
AC	4
PI	3
RO	3
AP	3
Total	4589

Fonte: Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2008).

Das 4.589 unidades apenas 2.721 organizações apresentaram projetos, divididos nas seguintes áreas:

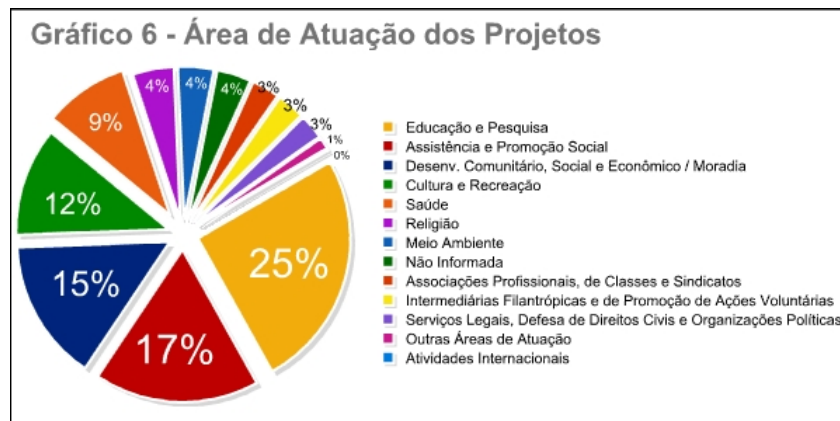


Figura 16 – Área de Atuação dos Projetos

Fonte: Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2008).

Sobre a origem dos recursos, 46% trabalham com a geração de recurso próprio, 33% contam com investimento privado e 21% recebem recurso público.

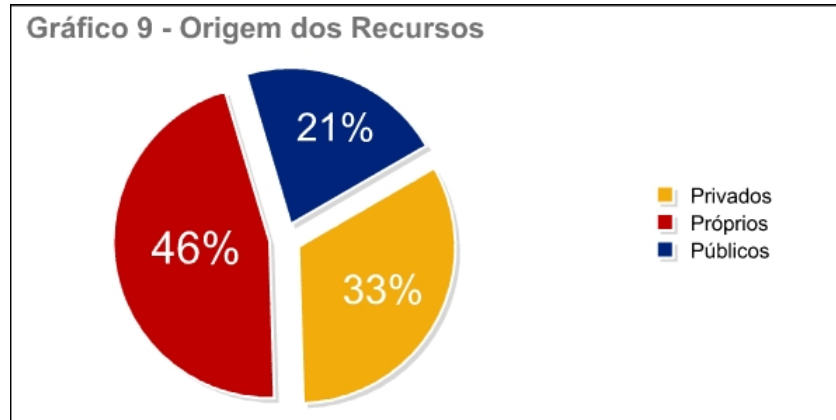


Figura 17 - Origem dos Recursos

Fonte: Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2008).

Dentre as organizações que responderam sobre a fonte de recursos, 43% utilizam a doação seja de pessoa física ou jurídica, 10% associados e apenas 1,9 recebem doações de organizações internacionais.

Tabela 10 - Descrição das fontes de recursos

Fonte de Recurso	%
Doação pessoa jurídica	29,6
Doação pessoa física	13,8
Associados	10,4
Eventos	9,9
Geração de renda (venda de produtos e serviços)	9,1
Campanhas	8,1
Convênios e subvenções governamentais	6,7
Convênios e subvenções de empresas	2,7
Aplicações financeiras	2,4
Doação de organizações filantrópicas	2,4
Doação de organizações internacionais	1,9
Outros	1,6
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio (aluguel)	1,3

Fonte: Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2008).

No Brasil, as ONGs nasceram a partir dos anos 70, tanto conectadas a movimentos sociais e à luta pela democratização da sociedade, quanto como respostas às questões regionais e locais oriundas do processo de construção da cidadania do país.

É nesse contexto marcado pela abertura de novos canais de comunicação entre a sociedade e o Estado, bem como pela articulação de atores locais que a Associação Voluntária para o Serviço Internacional (atualmente Fundação Avsi) inicia seus trabalhos no Brasil. O surgimento e a multiplicação das ONGs se confundem com a história da chamada educação popular, cujos personagens fundadores foram professores, religiosos, e trabalhadores sociais que haviam participado dos projetos de educação e desenvolvimento comunitário apoiados pela Igreja Católica.

Criada na Itália em 1972, a Fundação Avsi é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, que tem como princípio a doutrina social da Igreja Católica. Atualmente a Avsi atua por meio de organismos da sociedade civil realizando projetos de cooperação para o desenvolvimento em cerca de 30 países no mundo. Além de financiar projetos, presta uma cooperação técnica. Isso permite conhecer melhor a realidade local e auxiliar nos projetos com alternativas, soluções e hipóteses.

Em 1973, a Avsi foi reconhecida pelo Ministério de Assuntos Exteriores da Itália como Organização Não-Governamental de Cooperação Internacional, o que lhe permite receber financiamentos do governo italiano para a realização de projetos de desenvolvimento dentro dos acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos. A Avsi também adere a uma associação chamada Companhia das Obras, que reúne quase vinte mil empresas, está credenciada no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) e trabalha com agências e programas das Nações Unidas (Unicef, PNUD, FAO, entre outros) e organismos de cooperação internacional (Banco Mundial, BID, Cooperação Holandesa, OIT).

Outra importante fonte de recursos da fundação são as doações que recebe periodicamente de famílias que apoiam a instituição a distância. Conforme destaca o texto abaixo.

Cerca de 60% dos fundos e dos recursos da Fundação Avsi são oriundos de doadores privados e famílias que apoiam o trabalho da ONG, entre elas existem cerca de 27.000 adoções a distância, ou seja, doações constantes e periódicas de famílias para apoiar crianças e adolescentes em estruturas educativas em várias cidades do mundo. (FONTANA, 2005, p. 36).

Na Itália, assim como em toda a Europa, é comum que vários serviços sociais sejam geridos pelo terceiro setor. A Avsi é uma entidade dedicada à cooperação técnica e

econômica entre as nações, que são abastecidas com recursos de diversas procedências, sendo mais da metade oriundos de projetos privados.

No Brasil, a Fundação Avsi atua na melhoria da infraestrutura urbana e da legalização de áreas das favelas principalmente em parceria com a Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM)²⁰, ONG brasileira que compartilha o mesmo método e setores de atuação. Paralelamente, dedica-se à construção de equipamentos comunitários: creches, escolas para a educação infantil, postos de saúde, pequenas agências que facilitam a inserção dos pais no mercado de trabalho etc.

O objetivo fundamental da Fundação Avsi no Brasil é realizar intervenção em áreas de favelas, com o propósito de contribuir para reduzir a pobreza. A intervenção da Fundação Avsi em algumas das metrópoles brasileiras apresenta inovações importantes diante do fenômeno das favelas. Em vez de tentar remover as favelas para áreas distantes, como se fazia no passado, os técnicos defendem que na favela há um patrimônio da comunidade que merece ser respeitado. O problema que se coloca então é o da adequação da favela a normas de urbanismo, resolvendo os problemas que surgem levando sempre em consideração as opiniões dos moradores e de suas associações. Dentre os projetos desenvolvidos no Brasil, destaca-se o Programa Ribeira Azul, que será apresentado no capítulo 7.

²⁰ Fundada em 1986, a Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM) é uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos que atua através de projetos e prestação de serviços sociais, voltados à redução da pobreza de populações residentes em áreas que concentram pobreza e degradação humana, social e física. Tem o intuito de contribuir com a promoção e o desenvolvimento integral da pessoa humana nos âmbitos econômicos, social, físico-ambiental, cultural, educativo e formativo (CDM, 2008).

6 COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA BAHIA

Este capítulo não tem por objetivo apresentar um diagnóstico do Estado da Bahia no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Procurou-se apenas caracterizar a situação econômica e social atual da Bahia e apresentar as ações do atual governo do estado com vistas a integrar a Bahia no cenário internacional através das atividades de cooperação.

A evolução econômica do Estado da Bahia é muito parecida com a do Brasil cuja principal marca são as desigualdades sociais e regionais que se acumularam desde o descobrimento do país. A história econômica da Bahia apresentou duas fases distintas: a primeira corresponde à fase de economia primário-exportadora, que vai do período colonial até 1970 e a segunda, a partir de 1970, que é a fase de economia industrial inaugurada com a implantação da indústria petroquímica ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose e, mais recentemente, pela indústria automobilística.

Segundo Fernando Pedrão (2002), desde a década de 1970, as transformações da sociedade resultaram em mudanças nos “mecanismos de formação de capital e de moradia nas cidades, que tornaram imperativo um retorno aos fundamentos sociais e econômicos da análise urbana”. A exclusão social e desemprego foram agravados nesse período levando a um novo relacionamento entre a sociedade civil e o Estado.

Nesse contexto, a ação direta do Estado foi intensificada por meio da reforma urbana com efeitos na organização espacial da cidade. A abertura de eixos de expansão com destaque para a construção do centro administrativo da Bahia e do centro industrial de Aratu levaram a uma maior distribuição da população na Região Metropolitana de Salvador (RMS) “com a indução de efeitos no povoamento e na ocupação do subúrbio ferroviário”. (PEDRÃO, 1998).

O processo de industrialização do Estado da Bahia ocorreu tardiamente, com uma defasagem de cerca de 40 anos em relação ao que ocorreu em São Paulo. Concentrou-se na Região Metropolitana de Salvador devido fundamentalmente à ação do governo federal e as vantagens econômicas em relação às demais regiões do país. Então, a RMS tornou-se a mais desenvolvida do Estado da Bahia por possuir um percentual extremamente elevado dos investimentos industriais, tanto em função da representatividade do setor petroquímico quanto pelo novo vetor de expansão metal-mecânico.

Nos últimos anos, a economia da Bahia vem crescendo. Além da boa conjuntura econômica nacional, a política de atração de Indústrias pode ser considerado um dos fatores

desse crescimento. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que a economia baiana apresentou uma expansão favorável no Produto Interno Bruto (PIB). Em 2004, alcançou o patamar mais elevado dos últimos 20 anos, com o PIB 9,2%, ficando pouco mais de três pontos percentuais acima do resultado do país de 5,7%. Com esse desempenho, o PIB da Bahia atingiu a marca de R\$ 79 bilhões no período, confirmando a posição do estado como a sexta maior economia do país.

Depois de apresentar um auspicioso desempenho macroeconômico, em 2005, a economia baiana manteve uma taxa positiva de 4,8% no PIB. O bom resultado se deve especialmente ao desempenho da agricultura e indústria de transformação, que nesse mesmo período expandiram 15,9% e 4,8%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Em 2006, a economia baiana apresentou uma taxa de crescimento de 2,7%.. A soma de todas as riquezas produzidas na Bahia atingiu o patamar de R\$ 96,6 bilhões,.

Apesar deste crescimento econômico, a Bahia continua concentrada em questão de espaço e setor. Além disso, possui sérios problemas devido à falta de em conjunto de políticas governamentais que contribuam para promover o progresso econômico, o bem-estar social compartilhado por toda a população e a superação das disparidades regionais. Segundo a tese de Fernando Alcoforado (2003) os problemas existentes no Estado da Bahia são:

- a. Concentração econômica excessiva na RMS — Região Metropolitana de Salvador
- b. Baixas taxas de crescimento do PIB nas décadas de 1980 e 1990
- c. Declínio da participação no PIB do Brasil nas décadas de 1980 e 1990
- d. Regressão do desenvolvimento da região cacauceira
- e. Subdesenvolvimento da região semiárida
- f. Agravamento das condições ambientais e sociais da população.

Dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FVG) mostram que o Estado da Bahia é a quinta unidade federativa do Brasil em termos de miséria, com, 54,80% dos seus habitantes vivendo com menos de R\$ 80 por mês, passando fome. A Bahia, em termos de miséria fica atrás do Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, enquanto, no outro lado, está São Paulo, com 10,41% da população nessa situação.

No Censo Demográfico de 2000, o Brasil registrou um total de quase 170 milhões de habitantes. A Bahia, o estado mais populoso da região nordeste do país, registrou mais de 13

milhões de habitantes. A taxa de urbanização situou-se em torno de 67%, concentrando-se 23% do conjunto da população estadual na Região Metropolitana de Salvador.

Tabela 11 – Indicadores demográficos da Bahia 1980/2005

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO				TAXA DE CRESCIMENTO (a.a. %)	
	1980	1991	2000	2005	1980/1991	1991/2000
População						
Total	9.591.403	11.867.991	13.070.250	13.825.883	2,1	1,1
Urbana	4.746.157	7.016.770	8.772.348	9.198.944	3,8	2,5
Rural	4.845.246	4.851.221	4.297.902	4.626.939	0,1	-1,3
Grau de urbanização (%)	49,5	59,1	67,1	66,5		
Taxa de fecundidade total	5,7	3,3	2,3	2,2		
Esperança de vida ao nascer (anos)	59,7	65,3	70,0	71,4		
Taxa de mortalidade infantil* (em mil)	83,1	62,6	41,3	35,6		
Idade média da população total (anos)	...	24,7	26,8	28,6		

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Para integrar a Bahia no cenário internacional e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, o governo estadual busca captar recursos financeiros junto a organismos internacionais visando desenvolver programas e ações com recursos oriundos de operações de crédito ou de cooperação técnica e financeira.

Seguindo a estratégia de ampliar as relações internacionais através de organismos internacionais, em 2004, foi instalado um escritório estadual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Bahia, em parceria com outras agências da ONU para auxiliar governos estaduais e Prefeituras no combate à pobreza e à desigualdade. O escritório do PNUD em Salvador (o quinto instalado no Brasil, os outros ficam nos estados de Santa Catarina, Amazonas, Paraíba e Mato Grosso do Sul) atua na Bahia apoiando a execução de projetos, desenvolvendo pesquisas de interesse do Estado e dos Municípios, trabalhando pela mobilização de recursos, articulando parcerias (locais, nacionais e internacionais), organizando fóruns para discussão de problemas locais.

Segundo dados do PNUD, atualmente existem quatro projetos realizados no estado da Bahia. Desses projetos dois já foram encerrados e dois ainda estão em andamento, conforme Quadro 2.

PROJETO	ÁREA	ORÇAMENTO	FASE	ENTIDADE EXECUTORA
Programa de Modernização da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia	Estado da Bahia	US\$ 3.000.000	Projeto encerrado	Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ)
Projeto de Apoio à Implantação do Programa de Desenvolvimento Ambiental Águas da Bahia	Estado da Bahia	US\$ 317.466,41	Projeto encerrado	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH)
Programa de Desenvolvimento Social Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia	Salvador	US\$ 1.081.081,05	Projeto em andamento Conclusão prevista para 2011	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES
Assistência Preparatória - Programa de Implementação dos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia - NEOJIBÁ	Salvador	US\$ 370.270,00	Projeto em andamento Conclusão prevista para 2009	Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB

Quadro 2 – Projetos do PNUD no Estado da Bahia

Fonte: PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

Uma das diretrizes estratégicas do atual Governo da Bahia é integrar o estado com a economia global. Essa intenção está presente no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, no qual o Governo destina R\$ 5.150.771 para o desenvolvimento de ações do Programa: Relações e Negociações da Bahia no âmbito dos Organismos Internacionais. O objetivo do programa é promover e expandir a relação do Estado com organismos internacionais, visando à cooperação técnica, intercâmbios culturais e oportunidades de negócios.

DESCRIÇÃO	PRODUTO	QUANTIDADE
Relações e Negociações da Bahia no âmbito dos Organismos Internacionais	Acordo celebrado	15
Fomento à Cooperação Nacional e Internacional com Inserção de Ciência e Tecnologia	Protocolo firmado	18
Negociação e Contratação de Operações de Crédito junto a Agentes Nacionais e Internacionais para o Desenvolvimento da Bahia	Contrato assinado	14
Celebração de Acordos de Cooperação com Organismos Nacionais e Internacionais para aporte de Recursos Técnicos e Financeiros não Reembolsáveis	Acordo assinado	11

Quadro 3 - Ações do Programa: Relações e Negociações da Bahia no âmbito dos Organismos Internacionais

Fonte: SEPLAN (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR)

Em 2008, no âmbito da cooperação técnica, a Bahia firmou parcerias com diversas instituições para intercâmbio de experiências e conhecimentos e obteve relevante doação de recursos financeiros. Segundo dados oficiais apresentados no Relatório de Atividades de 2008, o Governo do Estado assinou alguns acordos de cooperação técnicas e financeiras com instituições multilaterais e bilaterais, conforme segue:

- a) Cooperação Técnica com a empresa pública espanhola Plataforma Logística de Zaragoza – Plaza S.A., para implantação da Plataforma Logística de Juazeiro;
- b) Cooperação Cultural com a Província de Tucumán (Argentina), para intercâmbio cultural;
- c) Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para desenvolvimento de projetos de concessões e das Parcerias Público-Privadas (PPP), para exploração de serviços públicos de infraestrutura;
- d) Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Internacional Finance Corporation (IFC), para desenvolvimento do Sistema Viário BA-093, por meio de concessão ou PPP;
- e) Acordo com a Fundação France Liberté, para a construção de um Índice (conjunto de indicadores), que seja capaz de avaliar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da sociedade baiana;

- f) Cooperação Financeira Não-Reembolsável para elaboração do Projeto Piloto de Produção de Biodiesel/Terra de Valor – Doação de US\$ 500 mil do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Fida;
- g) Cooperação Técnica com a União, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o desenvolvimento de projetos de Parceria Público-Privada.

Ainda segundo o Relatório de Atividades de 2008, encontra-se em processo de negociação outros acordos de cooperações técnicas e financeiras não-reembolsáveis com instituições multilaterais e bilaterais, tais como:

- a) Cooperação Financeira Não-Reembolsável para execução do projeto “Sisal – Melhoramento do Cultivo e Processamento de Fibras Curtas e Desenvolvimento de Produtos de Resíduos Líquidos de Alto Valor Agregado”, da SECTI – Doação de US\$ 1 milhão do Fundo Comum de *Commodities* – CFC/ONU;
- b) Cooperação Técnica e Financeira com a International Finance Corporation (IFC) / Bird , para projeto de Simplificação de Processos na Bahia;
- c) Cooperação Técnica e Financeira com a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, para a implementação do Projeto “Desenvolvimento Sustentável da Produção de Biodiesel no Estado da Bahia”;
- d) Memorando de Entendimento entre o Estado da Bahia e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – Onudi, para elaboração, implementação e avaliação de um Programa Integrado de Desenvolvimento Industrial Sustentável para o Estado da Bahia.

Os projetos realizados com recursos oriundos da cooperação financeira não-reembolsável, efetuados no período 2007/2008 apresentados na Tabela 12 somam 6.500 milhões de dólares.

Tabela 12 – Carteira de cooperação financeira não-reembolsável - Bahia 2007/2008

			Em US\$ mil	
PROJETO	DOADOR	ANO	TOTAL	
Executado/Em Execução			5.500	
Projeto Mata Branca (Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga) – Bahia	GEF/BIRD	2007	5000	
Projeto–Piloto de Produção de Biodiesel	FIDA	2008	500	
Em Negociação			1000	
Sisal – Melhoria do Cultivo e processamento de fibras curtas e Desenvolvimento	CFC	2007	1000	
TOTAL			6500	

Fonte: SEPLAN/SPF

Nos últimos anos, novos tratados e acordos bilaterais firmados com parceiros tradicionais como França, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Portugal, países do Mercosul e da América Latina, têm sido fortalecidos. Existem iniciativas em diversas áreas voltadas para cultura, turismo, segurança e habitação.

Acordos culturais, educacionais e científicos determinaram o surgimento de um crescente número de programas de intercâmbio internacional. Um exemplo dessa iniciativa foi o acordo de cooperação para intercâmbio de professores, estudantes e técnicos em programas de pós-graduação firmado entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade de Salamanca (Usal) em maio de 2009.

Em 2008, foi assinado entre a Província de Shandong, a Secretaria de Turismo (Setur) e a Bahiatursa um Protocolo de Intenções com o objetivo de aumentar a cooperação técnica entre a China e a Bahia através da promoção do desenvolvimento e o aprimoramento da atividade turística no Estado e a atração de mais turistas chineses à Bahia.

Na área da segurança pública tem o Procehdh que é um programa desenvolvido em parceria entre o Ministério Público e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o

Desenvolvimento (AECID), com o objetivo de capacitar e qualificar os agentes de segurança pública a empregarem a força para garantir a ordem sem desrespeitar o cidadão, visando diminuir a violência institucional.

Segundo dados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, atualmente existem 15 projetos em preparação ou execução na Bahia, que envolvem recursos internacionais. Destes, apenas 3 projetos são de operação não reembolsável conforme Quadro 4 dos Projetos dos estados/municípios abaixo.

PROJETO	FONTE	EMPRÉSTIMO US\$ MIL	TIPO	FASE	ÁREA TEMÁTICA
Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia - VIVER MELHOR - fase I	BIRD	49.296	Operação reembolsável	Em execução	Desenvolvimento Urbano
	EST. BA	32.864			
Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia	BID-OC	146.000	Operação reembolsável	Em execução	Transportes
	EST. BA	98.000			
Projeto de Reorganização do Sistema Estadual de Saúde da Bahia - 1ª Fase	BIRD	30.000	Operação reembolsável	Em execução	Saúde
	EST. BA	20.000			
Projeto de Combate à Pobreza Rural da Bahia - PRODUIR II - 2ª Fase	BIRD	54.350	Operação reembolsável	Em execução	Desenvolvimento Rural
	EST. BA	20.650			
Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia	BID-OC	12.000	Operação reembolsável	Em execução	Reforma do Estado/fortalecimento institucional
	EST. BA	12.000			
Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial - BA	BID-OC	10.000	Operação reembolsável	Em execução	Arranjo Produtivo Local
	EST. BA	6.667			
Programa de Desenvolvimento Ambiental - Águas da Bahia	BID-OC	10.000	Operação reembolsável	Em preparação	Meio Ambiente
	EST. BA	6.700			
Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia - FASE II - 1ª	BIRD	21.000	Operação reembolsável	Em preparação	Recursos Hídricos
	EST. BA	14.000			

PROJETO	FONTE	EMPRÉSTIMO US\$ MIL	TIPO	FASE	ÁREA TEMÁTICA
Etapa					
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias - PREMAR	BIRD EST. BA	100.000 100.000	Operação reembolsável	Em execução	Transportes
Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas Mais Carentes do Estado da Bahia-PRODECAR	EST. BA FIDA	30.000 30.000	Operação reembolsável	Em execução	Desenvolvimento Rural
Projeto Piloto de Produção de Biodiesel	FIDA	500	Operação não reembolsável	Negociação do contrato	Desenvolvimento Rural
Preparação do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos - PGRH II	WB-JG	978	Operação não reembolsável	Em execução	Recursos Hídricos
Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural - Proj. de Combate à Pobreza Rural no Interior do Estado da Bahia - PRODUZI	BIRD EST. BA	30.000 10.000	Operação reembolsável	Em preparação	Desenvolvimento Rural
Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia	BID	409.000	Operação reembolsável	Em preparação	Ajuste estrutural
Regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Salvador	CITIES ALLIANCE SEM CONTRAP.	470.000	Operação não reembolsável	Em execução	Habitação

Quadro 4 - Projetos dos estados/municípios

Fonte: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

Como demonstrado neste capítulo, nos últimos anos a Bahia tem articulado parcerias com diversas instituições e organismos internacionais visando o desenvolvimento do Estado. Existem algumas experiências de cooperação internacional que podem ser consideradas como bem sucedidas. É o caso do Programa Ribeira Azul, que será tratado no próximo capítulo.

7 O ESTUDO DE CASO: PROGRAMA RIBEIRA AZUL

Na sequência do raciocínio desenvolvido nos capítulos anteriores, constata-se que o cenário atual foi marcado pela grande influência das agências internacionais governamentais e não-governamentais de desenvolvimento no processo de formulação da agenda política e das próprias políticas públicas no Brasil.

Nesse contexto, este capítulo pretende expor a prática da cooperação internacional na promoção do Desenvolvimento da Bahia, utilizando-se como estudo de caso os financiamentos do Programa Ribeira Azul (PRA) por meio do programa PATS, sob orientação da ONG Fundação Avsi (descrita no capítulo anterior) que proporcionou a melhoria das condições de vida de muitos moradores do subúrbio da Região Metropolitana de Salvador permitindo o acesso à infraestrutura básica e serviços.

O capítulo está dividido em duas partes: Na primeira parte expõem-se os procedimentos metodológicos utilizados pela autora, os caminhos, os instrumentos, as etapas e a vivência da pesquisa de campo. A segunda parte contempla a área do estudo de caso – a caracterização geográfica, econômica e social da região do subúrbio ferroviário de Salvador. Apresenta o Programa Ribeira Azul. E finalmente, de encontro com o objetivo da pesquisa, tenta-se compreender os resultados da implantação do programa Ribeira Azul através da cooperação internacional.

7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS, INSTRUMENTOS E MÉTODO DA PESQUISA

Como já mencionado, o principal objetivo desta pesquisa é compreender como as ações da cooperação internacional podem influenciar no desenvolvimento da Bahia. Para cumprir com a proposta de trabalho, foi necessário encontrar uma situação que apresentasse as categorias contempladas para realização de um estudo de caso consistente com o propósito da pesquisa.

Procurou-se por projetos de cooperação internacional na Bahia cujo principal foco de atuação fosse a promoção do desenvolvimento urbano nas localidades onde os recursos fossem aplicados. A escolha pelo estudo de caso adequado que pudesse responder a problemática da pesquisa exigiu que se fizesse uma busca diversificada. Para tanto, foram feitas uma série de visitas e entrevistas com pesquisadores, professores, funcionários de

órgãos públicos e integrantes de organizações não-governamentais (ONGs), nas cidades de Salvador (BA) e Brasília (DF) Consultou-se Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Governo do Estado da Bahia. Além disso, outras fontes foram investigadas pela internet. Após muitas buscas, encontrou-se o PROGRAMA RIBEIRA AZUL (PRA), considerado pela comunidade internacional como um dos mais importantes programas de intervenção para urbanização de favelas do mundo.

Um estudo de caso exige o emprego dos procedimentos metodológicos como protocolo do estudo; construção de uma cadeia de evidência; estabelecimento de base de dados etc. Isso é condição necessária, porém não suficiente para o êxito da aplicação do método.

O método do estudo de caso, como todos os métodos de pesquisa, é mais apropriado para algumas situações do que para outras em pesquisa. O estudo de caso foi escolhido por ser um método útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo, e sobretudo porque a cooperação internacional para o desenvolvimento não pode ser estudada fora do contexto onde naturalmente ocorre.

Dada explicação do método escolhido para elaboração dessa pesquisa, é importante destacar quais os documentos e fontes utilizadas para a execução dessa tarefa. A maioria dos documentos oficiais referentes ao PRA foi disponibilizada pela Fundação Avsi. Outras informações foram adquiridas pela internet, nos sites da ABC, CONDER e do Banco Mundial.

Para melhor conduzir esta pesquisa foi organizado um plano de trabalho que foi constituído da seguinte forma: Primeiramente, foi feito o levantamento bibliográfico referente aos temas da pesquisa num contexto internacional, nacional, regional e local, destacando os estudos nas áreas de Geografia, Relações Internacionais, Economia e Ciências Sociais. Dentre o material analisado, encontram-se livros, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios e documentos oficiais (governo, OIs e ONGs), e entrevistas. Além disso, o auxílio de colaboradores e professores, as buscas pela internet e publicações ajudaram na realização deste trabalho. Após a obtenção deste material, procedeu-se a um fichamento, com a intenção de formar o referencial teórico a ser desenvolvido na dissertação, sistematizando as categorias que melhor se aproximavam da problemática da pesquisa e dos objetivos traçados.

7.2 PRECEDENTES DA ÁREA ESTUDADA



Figura 18 – Palafitas dos Alagados

A área denominada de Alagados localiza-se no Subúrbio Ferroviário, na península de Itapajipe. Inicialmente, a península era caracterizada pelas casas de veraneio de famílias abastadas da cidade e aldeias de pescadores. A partir de 1869, com a estruturação do primeiro trecho da ferrovia Calçada-Aratu inicia a ocupação dos manguezais em direção ao sul da península.

Em 1943, foi apresentada uma proposta de transformação de Itapajipe em uma Zona Industrial pelo Plano Urbanístico de Salvador elaborado pelo Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS). Essa expectativa acelerou o processo de invasão e ocupação da península de Itapajipe.

As terras onde ocorreram as invasões nos Alagados pertenciam à Marinha e União. O processo de invasão e ocupação da área iniciou entre 1948 e 1950, quando surgiram as primeiras ocupações sobre os manguezais dos Alagados. As palafitas, unidades habitacionais sustentadas por estacas, foram construídas por pessoas de baixa renda, a maioria delas atraídas pela possibilidade de emprego no centro industrial de Itapajipe.

A área tornou-se cada vez mais populosa, recebendo novos moradores vindos do interior do Estado da Bahia atraídos pela isenção dos custos de aluguel e transporte além do fácil acesso aos frutos do mar para alimentação. No início, as palafitas eram erguidas em áreas alagadiças entre a água do mar e a lama do manguezal construída com compensados de madeira, plástico, papelão ou qualquer outro material. Depois as habitações foram indo em

direção a terra por meio dos aterros utilizando entulho, barro e lixo modificando as estruturas das habitações por materiais mais resistentes.

Na década de 1960, ocorre o agravamento do processo de degradação da dinâmica socioeconômica local. Dentre os diversos fatores pode-se citar o fechamento de algumas indústrias, transferência da rodoviária existente nas proximidades e enfraquecimento da ferrovia em função do aumento do transporte rodoviário.

Com as implantações do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari algumas mudanças da ocupação dos espaços da cidade ocorreram. A transferência da região industrial da península de Itapajipe para os municípios de Camaçari causa uma série de transformações sociais, administrativas e econômicas na cidade. Para atender a demanda de profissionais vindos de outros estados do país (particularmente São Paulo e Rio de Janeiro), novos bairros residenciais de classe média e alta foram surgindo próximos à orla marítima.

Nos anos de 1970, as áreas menos valorizadas da cidade foram ocupadas por operários, migrantes e desempregados. A urbanização do subúrbio ferroviário ocorreu sem planejamento coordenado, ou seja, sem perfil econômico e conexão com o resto da cidade. Assim, a região dos Alagados passou a apresentar as características de uma área degradada, tornando-se a região de maior pobreza do município de Salvador.

Estima-se que cerca de 1/3 da população do município de Salvador mora em favelas, áreas de propriedade alheia, carentes de serviços públicos essenciais. Além do alto índice de população residente em assentamentos precários, a RMS destaca-se pela maior taxa de desemprego do país. Segundo a pesquisa de emprego e desemprego (PED), 22,3% da população economicamente ativa da RMS estava desempregada em dezembro de 2006, em oposição a 15,2 da média nacional. (ALIANÇAS DE CIDADES, 2008, p. 13).

No período compreendido entre 1960 e 2000, a taxa geométrica de crescimento da cidade do Salvador passou de 4,4% entre 1960 e 1970 para 4,1% entre 1970 a 1980, 3,0% entre 1980 a 1991, e 1,8% entre 1991 e 2000²¹. Isso significa que nos últimos quarenta anos Salvador quadruplicou sua população. Segundo o último Censo Demográfico, Salvador contava em 2000 com 2.443.107 habitantes.

²¹ IBGE - VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960 - Estado da Bahia. Censos Demográficos, 1970/80/91/2000 e Contagem da População, 1996, Volume 1.

Nota: Os municípios de Simões Filho, Lauro de Freitas e Vera Cruz foram criados após 1960, respectivamente em 1961, 1962, 1962. Os municípios de Dias D'Ávila e Madre de Deus foram criados após 1980, respectivamente em 1985 e 1989.

Na década de 1990, houve uma forte expansão dos subúrbios e a total ocupação da enseada do Cabrito e dos Tainheiros por palafitas habitadas por milhares de pessoas de baixa renda. Essa situação, que retrata o problema habitacional e social das grandes cidades, fez dos Alagados uma das favelas mais conhecidas do Brasil.

Em 1992, é proposto pelo governo da Bahia o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social dos Novos Alagados, um programa de melhoria das condições de vida dos moradores da região. O projeto apresentado à Cooperação Italiana foi aprovado, seguido de assinatura do Convênio nº003/93 entre Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLANTEC), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e Fundação Avsi. Os recursos do projeto foram oriundos do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália e, posteriormente, do Banco Mundial.

Novos Alagados representou o início do relacionamento entre uma organização internacional não-governamental, a Fundação Avsi, e o Governo do Estado da Bahia, através CONDER. Em 1996, o Projeto de Novos Alagados foi selecionado como uma das “Melhores Práticas” de intervenção contra a pobreza urbana na Conferência Internacional do Habitat em Istambu.

7.3 AS INTERVENÇÕES DE MELHORAMENTO URBANO NA ÁREA



Figura 19 – Intervenções físicas na área

O combate à pobreza na área dos Alagados não é um fenômeno novo. As primeiras ações do Governo da Bahia visando identificar as reais necessidades da área dos Alagados ocorreram em 1967 conforme destaca Janio Santos (2005).

As primeiras Diretrizes Estaduais, no intuito de promover efetivas transformações em Alagados foram realizadas em 1967, através da criação de uma Comissão Estadual cujo objetivo era fazer um estudo social específico sobre os moradores, a “infraestrutura” disponível e as necessidades da área. Esta Comissão atuou sob a

orientação do SAMSU (Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos). Dentre as consequências mais importantes ocorridas, tem-se a realização de um recobrimento aerofotogramétrico de Salvador, concluído ainda em 1967, e a elaboração do Plano de Recuperação dos Alagados, concluído em 1969.

A criação de uma Comissão Estadual com objetivo de realizar um estudo socioeconômico nos Alagados foi uma das primeiras ações do Governo da Bahia na área. Essa comissão foi constituída por membros do Governo Estadual, da Prefeitura Municipal e das Instituições locais (Associações de Bairro, Igreja, Centros Comunitários) e levantou dados sobre as condições de vida dos moradores tais como: indicadores de renda, alfabetização, condições das moradias, saneamento básico; além das transformações necessárias para solucionar o problema das pessoas naquele local.

A partir dessas pesquisas elaboradas pela Comissão, foi instituída a CEPRAL (Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados) com o objetivo de viabilizar transformações na área. Para executar essa tarefa, a CEPRAL buscou a articulação com instituições de outros estados (COHAB-PE, CODESCO), órgãos financiadores (BNH e a URBIS⁹) e Sub-setores da Prefeitura Municipal de Salvador com o propósito de operacionalizar as atividades.

Em 1972, foi criado um novo órgão pelo Governo da Bahia, o GEPAB, com o mesmo fim da CEPRAL, e uma nova pesquisa socioeconômica em Alagados é realizada. O funcionamento e os trabalhos elaborados pelo GEPAB levaram a criação, em 1973, da Alagados Melhoramentos S.A. (AMESA), uma empresa de capital misto criada pelo governo do estado, que viabilizou recursos financeiros para o saneamento urbano e foi responsável pela primeira intervenção consolidada na área, apresentando os primeiros resultados.

Com a AMESA, as primeiras intervenções nos Alagados foram iniciadas. A primeira medida adotada pelo órgão foi promover a urbanização do local de forma integrada com vistas à redução contínua das invasões. Esse projeto integrado apresentou problemas financeiros, estruturais e de concepção, principalmente no tocante à questão orçamentária. A promoção, simultânea, da melhoria na área dos Alagados para um total de 15.632 domicílios, com aproximadamente 78.000 habitantes (censo de 1970), revelou-se como o grande problema para o Projeto.

No período que vai do final da década de 1970 ao início da década de 1980, o Projeto dos Barracos-padrão, fruto de uma ação emergencial da AMESA, atingiu áreas da Vila Rui Barbosa, do Areal (Itapagipe), de Santa Luzia e do Joanes. A rapidez da construção de vários

barracos de madeira compensada, cobertos por telhas (barraco-padrão), representava uma economia de tempo e recursos, teoricamente o maior problema do projeto original.

Em meados da década de 1980, teve início outra intervenção na área com o Projeto Novos Alagados. A responsabilidade do planejamento e concepção urbanística do projeto ficou com a Habitação Melhoramentos S.A. (HAMESA), antiga AMESA. Seu passo inicial foi realizar uma pesquisa socioeconômica e sobre as condições de infraestrutura no local invadido. O não remanejamento da população era a principal reivindicação dos moradores da região, pois eles desejavam permanecer morando no local. Para atender essa demanda era necessário aterramento do local para a expansão do solo urbano.

O plano proposto consistia em uma ampla intervenção física de urbanização de favelas, que resultou na erradicação de todas as palafitas, por meio de aterros e da implementação de infraestrutura, como drenagem, saneamento básico e pavimentação (CARVALHO, 2002, p. 87).

Contudo, no ano de 1986, a área voltou a ser invadida pelas palafitas, só que dessa vez além da área aterrada, avançando ainda mais sobre a Baía de Todos os Santos, retornando as condições iniciais dos anos 1970, conforme matéria do Jornal A Tarde publicada em 1989.

A vida em Novos Alagados é uma demonstração do crescente empobrecimento do país. Equilibrados em toscas casas de madeira suspensas por palitos enterrados na maré que só levam seus moradores a terra através de tábuas, vive a maioria das três mil famílias da área. Convivem com a sujeira, o mau cheiro da maré, do lixo e dos esgotos. Não têm escolas, nem creches públicas (JORNAL A TARDE, 1989).



Figura 20 - Situação dos Novos Alagados em 1987

A HAMESA é extinta em 1987 e suas atividades são transferidas para a URBIS que inicia suas atividades com o plano, Viver Melhor, financiado por diversas instituições:

Governo da Bahia, CEF, União, Habitar Brasil. Em 1998, a URBIS foi absorvida pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER)²².

Em 1993 foi elaborado o Projeto de Recuperação Ambiental e de Promoção Social de Novos Alagados, que viabilizou a implementação da 1ª etapa de Novos Alagados, beneficiando aproximadamente 8.000 famílias, juntamente com o Projeto Metropolitano de Salvador do Banco Mundial e Caixa Econômica. Com recursos da cooperação italiana, foi assinado o Convênio nº003/93 entre Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - Seplantec, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder, Avsi e Fundação Dom Avelar.

A partir de 1996, o Governo da Bahia passou a realizar uma série de intervenções em Mudança, Mangueira, Baixa do Caranguejo, Península de Joanes, Baixa do Petróleo, Massaranduba e Uruguai (bairros do subúrbio ferroviário). O Programa Viver Melhor foi criado para atuar na promoção de melhorias nas condições de habitação e infraestrutura urbana dos bairros de Salvador. Contando com recursos federais, o programa realizou diversas ações de urbanização na região dos Alagados. Conforme descrito por Odair Moraes (2009).

Desenvolvido pelo Estado por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação – SRHSH e URBIS, com recursos do FGTS/Pró-Moradia 97 e do Governo Estadual que após a extinção da URBIS ficaram sob a responsabilidade da CONDER, integrando o Programa Ribeira Azul. O projeto urbanístico e de infraestrutura beneficiou as 537 famílias da comunidade com novo sistema viário e mobiliário urbano em Alagados I e 214 em Alagados II.

A 2ª etapa do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados por meio dos Convênios CONDER/ Fundação Avsi foi iniciada em 1998. Nesse período, foram elaboradas as pesquisas socioeconômicas para a montagem da *baseline* da área, os projetos técnicos para a urbanização, o plano de desenvolvimento social e ambiental da comunidade e o plano de reassentamento das 523 famílias que viviam em palafitas nesta área.

Em 1999, foi assinado um convênio de cooperação técnico-financeira entre o Governo da Bahia e a Fundação Avsi, no qual se estabelecia a reaplicação da metodologia adotada em Novos Alagados em outros bairros localizados na área, que então passou a se chamar de

²² A Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), foi criada em 1974, como empresa pública ligada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Atua como empresa de planejamento metropolitano e como órgão executor de obras. Em 1998 a CONDER passou a se chamar Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e ampliou sua área de atuação para todo o Estado. Em janeiro de 1999 a CONDER incorporou a URBIS – Habitação e Urbanismo da Bahia S/A.

Ribeira Azul. Em função da experiência exitosa da metodologia de intervenção integrada, participativa e transversal de Novos Alagados (15.000 famílias), o Governo do Estado passou a atuar com uma nova visão territorial do desenvolvimento urbano (40.000 famílias), definindo o perímetro do Programa Ribeira Azul.

7.4 O PROGRAMA RIBEIRA AZUL



Figura 21 – Área do Programa Ribeira Azul
Fonte: CONDER

A área do Programa Ribeira Azul compreende um conjunto de bairros situados entre a Praia da Penha e São João de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, constituída pelas comunidades: Alagados I; Alagados II; Alagados III; Alagados IV e V; Alagados VI; Baixa do Caranguejo; Joanes Centro-oeste; Mangueira; Novos Alagados I e II e parte de Massaranduba e Uruguai, (Figura XX) ocupando 4 km², que corresponde a 1,3% da área do município de Salvador, possui cerca de 150.000 habitantes, o que representa 6% da população atual do Município de Salvador (CONDER, 2003).

Considerada uma área com o maior grau de degradação urbana e ambiental da RMS, na região do Ribeira Azul existe uma grande concentração de vulnerabilidades sociais, como o baixo nível de escolaridade, desemprego, informalidade no trabalho, proliferação de

doenças infecto-contagiosas, situação epidemiológica de alto risco, e elevados índices de violência, caracterizando-se como um sistema urbano muito diferenciado da cidade formal.



Figura 22 – Comunidades da área do Programa Ribeira Azul

O Programa Ribeira Azul (PRA) foi elaborado pelo Governo do Estado da Bahia por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) com o propósito de melhorar as condições de vida dos moradores do subúrbio ferroviário de Salvador, permitindo o acesso à infraestrutura básica e aos serviços essenciais. Sua origem é resultado do Projeto dos Novos Alagados, que associou as melhorias físicas aos serviços sociais e contou com a participação ativa da população local.

O projeto Novos Alagados introduziu uma metodologia de redução de pobreza integrada e participativa, que previa a combinação de melhorias físicas com um forte investimento em projetos sociais [...]. Mas a principal inovação introduzida pelo Projeto Novos Alagados, executado em conjunto pela Avsi e pela

Conder, foi a aceitação por parte do poder público de um maior envolvimento da população. Foi estabelecido um canal aberto para que os moradores fossem ouvidos, opinassem e tomassem conhecimento do projeto, contribuindo com dados e informações para a definição de metas e das ações a serem priorizadas. (ALIANÇAS DE CIDADES, 2008, p. 25).

Segundo a Aliança de Cidades, o projeto Novos Alagados foi a primeira experiência de urbanização de favelas, em Salvador, com a participação efetiva da comunidade local, que passou a atuar como parceiros e atores em todo o processo de execução do programa. Através dessa nova abordagem, nesse tipo de intervenção, o morador passa a ser o foco de ação, no lugar da infraestrutura. O êxito dessa nova abordagem participativa levou a adaptação de sua metodologia para uma intervenção em larga escala, originando o Programa Ribeira Azul.



Figura 23 - Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social dos Novos Alagados

Em função do êxito do projeto Novos Alagados (15 mil moradores), a metodologia²³ foi reaplicada no PRA (150 mil moradores) com algumas adaptações e modificações para uma intervenção de grande porte. Logo, o programa representou um salto de escala em melhoramento urbano na Bahia, já que a sua área e população são bem maiores que as de Novos Alagados. Em comparação aos programas anteriores o PRA se mostrou mais eficaz, conforme destaca Janio Santos.

Se comparado aos anteriores, apresenta-se como um programa muito mais amplo, com perspectivas mais eficazes; pelo menos, na ótica do planejamento público. As estratégias utilizadas revelam, aparentemente, uma proposta mais consolidada, tendo como meta principal a erradicação das palafitas. (SANTOS, 2005).

O PRA é constituído de ações em três linhas básicas: 1. recuperação física: melhorias habitacionais (retirada dos moradores das palafitas para zonas contíguas), saneamento básico e infraestrutura urbana; 2. recuperação e preservação ambiental: programas de educação ambiental e ações de conservação dos manguezais localizados nas favelas visando o equilíbrio

²³ Metodologia de intervenção integrada, participativa e transversal - é *integrada* porque busca incluir todos os aspectos, tanto físicos quanto sociais, que compõem a intervenção; é *participativa*, pois considera todos os envolvidos no processo como participantes do planejamento e da execução das ações; é *transversal* porque procura refletir a importância dos elementos, tais como gênero e capital social, que estão presentes em todos os aspectos da intervenção.

do ecossistema; 3. Promoção social e fortalecimento da organização comunitária: estímulo à implantação de cooperativas dos moradores – tais como cooperativas de pescadores e cooperativas habitacionais, fortalecimento das escolas comunitárias, das creches, regularização fundiária, programas de alfabetização de adultos e de capacitação profissional através de cursos profissionalizantes.

Os objetivos gerais do programa são: promover a redução da pobreza urbana, a recuperação e preservação física/ambiental, elaborar estratégias para implementação de programas de redução da pobreza urbana na área do subúrbio ferroviário de Salvador. Seus objetivos específicos são promover a urbanização, a infraestrutura das áreas consolidadas e a erradicação das palafitas por meio de aterro com reassentamento das famílias; promover o desenvolvimento econômico social, o exercício da cidadania e a participação comunitária por meio da educação ambiental e sanitária e o treinamento e qualificação de mão de obra (CONDER 2003)

Para atingir tais objetivos, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental para traçar as diretrizes das ações a serem executadas. Assim, foi criado um novo componente, o Projeto de Apoio Técnico e Social, visando fornecer apoio técnico ao PRA, permitindo um salto de escala de projeto para programa. A Fundação Avsi ficou responsável pela coordenação geral do Programa, pela elaboração de estudos e projetos técnicos e, sobretudo, pela interlocução com a comunidade e demais atores envolvidos.

O Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS) contou com o seguinte arranjo institucional: uma Unidade de Gestão do Programa (UGP), constituída por uma equipe de técnicos da Conder e Avsi; um Comitê de Direcionamento Tripartite, formado por um representante das instituições (Governo do Estado da Bahia, Ministério dos Assuntos Exteriores da Itália e Aliança de Cidades) e um Comitê Consultivo Geral, constituído pelos membros do Comitê Tripartite, representante da Conder e Avsi, representante da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e representantes das comunidades.

O orçamento para realização do PRA foi de US\$ 77 milhões, sendo US\$ 36,6 milhões a participação do Banco Mundial e a contrapartida de US\$ 40,4 milhões restantes pagos pelo Governo do Estado da Bahia. Aproximadamente cinco milhões de dólares referem-se ao financiamento a fundo perdido pelo Ministério dos Assuntos Exteriores da Itália (MAE)²⁴

²⁴ O recurso oferecido pelo MAE será direcionado para financiar as ações do Projeto de Apoio *Programma di Lotta alla Povertá Urbana in Ribeira Azul: Progeto di Assistenza Tecnica e Sociale in Brasile – Delibera Comitato Direzionale n.99 del 24.07.2000* (o original está em italiano).

para implementação do PATS. A modalidade de financiamento do MAE se deu através do programa multilateral, inserido no quadro do Plano de Ação do “*Cities Alliance for Cities Without Slums*” (Aliança de Cidades para cidades sem favelas)

7.5 ANÁLISES DAS EVIDÊNCIAS



Figura 24 – Alagados 1992 - 2006

Dados da população de Novos Alagados, um dos bairros que compõem a área, revelam a seguinte situação: No início das intervenções 13.100 pessoas vivam nestes assentamentos em condições subumanas, 3.500 famílias viviam em palafitas, 45% da população economicamente ativa não possuía renda; 59% das famílias sobreviviam com apenas meio salário mínimo por mês; 13% dos domicílios em terra firme não possuem banheiro e 64% possuem estrutura sanitária incompleta; 21% da população em idade escolar abandonaram a escola e 71% se encontram em atraso escolar; 40% da população afirmam ter encontrado dificuldades no acesso ao serviço público de saúde e 20% têm a automedicação como sua única alternativa de tratamento médico. Esses dados foram extraídos do Plano de Implementação do Projeto de Apoio Técnico e Social e podem ser considerados como representativos do conjunto área do Ribeira Azul. (PATS, 2001).

Segundo a Aliança de Cidades (ALIANÇAS DE CIDADES, 2008) as ações de melhoramentos urbanos realizados com apoio do PATS tiveram os seguintes resultados:

- a) 1.268 palafitas removidas;

- b) 984 famílias transferidas para novas casas na área;
- c) 373 casas embrião construídas (191 financiadas pelo PATS);
- d) 221 casas melhoradas (101 financiadas pelo PATS);
- e) 52.643 m² de área de manguezal reconstruída ou preservada;
- f) Transferência de 3,1 km² da área do Ribeira Azul de propriedade do governo federal para o governo da Bahia repassar aos moradores;
- g) 17 km de ruas asfaltadas;
- h) Construção de vias de acesso, drenagem urbana, abastecimento de água e saneamento, aterro, construção de pista de borda e coleta de lixo.

Para avaliar os resultados do PATS, as instituições parceiras (*stakeholders*) contrataram o consultor - Giuseppe Folloni, que elaborou um relatório²⁵ visando analisar a eficácia e a eficiência na gestão do projeto. Os parâmetros utilizados foram: relevância do problema; eficácia na gestão do projeto; eficácia nos resultados e eficiência na utilização dos recursos. Conforme dados apresentados no Quadro 5.

7.5.1 Avaliação sintética dos resultados

	Objetivo 1 – Ações de melhoramento urbano e regularização fundiária	Objetivo 2 – Ações de desenvolvimento econômico e social	Objetivo 3 – Construção de capacidade institucional em programas de larga escala para a redução da pobreza e o melhoramento urbano
Relevância do problema	Alta	Alta	Alta
Eficácia na gestão do projeto	Substancial	Alta	Alta
Eficácia nos resultados	Substancial	Substancial/Alta	Substancial/Alta
eficiência no uso dos recursos	Substancial/Alta	Substancial/Alta	Substancial/Alta

Quadro 5 – Síntese da avaliação dos resultados

Fonte: Folloni (2006).

²⁵ O relatório de avaliação de resultado do programa de redução da pobreza na área do Ribeira Azul refere-se à avaliação de resultado do Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS) ao Programa Ribeira Azul (PRA) em Salvador. O PATS teve início em setembro de 2001 e foi concluído em março de 2006 e foi criado para oferecer suporte técnico e social à execução do Programa governamental de redução da pobreza urbana cidade de Salvador, na área Ribeira Azul.

Como se pode observar no Quadro 5, a relevância do problema é alta, pois o PATS e o PRA representam um programa integrado de intervenção de urbanização de favelas que pode servir como parâmetro e favorecer a aprendizagem para outros projetos em nível mundial. Além disso, no Estado da Bahia o PRA representou o primeiro “salto de escala”, passando de projeto (Novos Alagados) para programa (PRA).

De modo geral, a eficácia na gestão do projeto foi muito boa. A aplicação da abordagem participativa permitiu a troca de experiências com membros da comunidade e a construção de capacidades de cooperação interinstitucional. As ações de melhoramento urbano e regularização fundiária tiveram uma avaliação menos satisfatória, pois alguns dos problemas não puderam ser enfrentados no âmbito do PATS.

Quanto à eficácia dos resultados alcançados com projeto, os objetivos de desenvolvimento social foram considerados muito bons. O grau de satisfação da população beneficiada é elevado e já se vislumbra um novo dinamismo entre os atores. Em relação à parceria entre as diversas instituições envolvidas no projeto, os resultados são excelentes.

Com relação à eficiência no uso dos recursos a avaliação foi muito boa. O projeto teve um considerável aumento de recursos em moeda local devido a ganhos como o câmbio. Isso causou um incremento de trabalho e permitiu que as atividades fossem gerenciadas com certa tranquilidade. As despesas de administração e gestão do projeto resultam corresponder perfeitamente aos parâmetros padronizados (equivalentes a 10% dos recursos totais).

Portanto, de modo geral, os objetivos diretos do PRA foram alcançados, exceto as ações de melhoramento urbano e regularização fundiária, pois os complexos procedimentos relativos aos títulos de posse foram adiados para seu desenvolvimento no Programa Viver Melhor II.

A seguir, serão apresentadas algumas melhorias em infraestrutura, desenvolvimento econômico e social, preservação do meio ambiente e participação comunitária proporcionadas pelo programa, conforme dados apresentados no relatório de resultado do PATS (FOLLONI, 2006).

7.5.2 Melhorias em infraestrutura básica

As melhorias em infraestrutura básica foram significativas, no período de execução do PATS (2001-2006). Houve avanços na coleta de lixo que era de 50% em 2000 passou para 80% em 2006, e na ligação à rede de esgoto saltando de 21% em 2000 para 84% em 2006.

Tabela 13 – Novos Alagados: Serviços públicos regulares de 2000 e 2006

SERVIÇOS	2000	2006
Coleta de lixo	50%	80%
Ligação à rede hídrica	37%	71%
Ligação à rede elétrica	72%	88%
Ligação à rede de esgoto	21%	84%
Residências sem sanitários	31%	3%

Fonte: Relatório de Avaliação de Resultados do Pats, 2006.

A Tabela 13 apresenta os principais avanços ocorridos durante a realização do PATS. O número de ligações à energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta do lixo cresceu em todas as comunidades, já tendo ultrapassado 70-80%. Outro dado relevante é que as residências sem serviços higiênico quase que desapareceram.

7.5.3 Desenvolvimento econômico e social

Com o Programa Ribeira Azul pôde-se constatar que a busca de soluções para o problema urbano requer não apenas a intervenção física no espaço da cidade, mas também a participação da população envolvida. Uma das inovações do PATS foi o fortalecimento das associações que atuavam na região. Durante o período de execução do projeto foram realizadas diversas ações visando ao fortalecimento e à capacitação dos membros de cerca de 70 associações da área.

7.5.4 Preservação do meio ambiente

A poluição dos rios e manguezais foram reduzidos já que o hábito de lançar o lixo no mar diminuiu consideravelmente. Nas comunidades Alagados V e Novos Alagados 2ª etapa desapareceu completamente. A presença constante de uma equipe social que realizava programas de educação sanitária e ambiental foram considerados como vitais para redução da poluição dos rios e revitalização dos manguezais.

7.5.5 Participação comunitária

A forma inovadora com que a comunidade participou do PRA foi reconhecida pela classe política do Estado da Bahia. O significado da participação ficou mais claro não só para as instituições parceiras envolvidas no projeto como também para os próprios moradores, gerando mudanças culturais, de mentalidade e de comportamento, tanto em nível político quanto entre as pessoas da comunidade. O sentimento comum de governança do projeto tornou-se o traço característico da mentalidade e do modo de agir de todos os atores.

Apesar dos avanços obtidos com o PRA relativos à redução da pobreza urbana, na área do subúrbio ferroviário de Salvador, existem dúvidas sobre a sustentabilidade dos resultados alcançados, caso as secretarias municipais e empresas gerenciadoras dos serviços públicos não realizem a manutenção e o fornecimento de serviços urbanos na área.

Alguns pontos destacados no Projeto de Assistência Técnica e Social (PATS) ao PRA que torna essa experiência de cooperação internacional original, ou seja, diferente das outras iniciativas de cooperação existentes são:

- a) Importância da parceria. O envolvimento de um conjunto de atores formado por entes do governo com o mesmo objetivo. Isso foi possível porque foram criados alguns instrumentos para que essa parceria se consolidasse. Com a criação do Comitê Tripartite, foi possível que esses atores se encontrassem periodicamente. Isso destaca a importância de ter parceiros aliados e engajados visando alcançar os objetivos propostos.
- b) Desenvolvimento integrado. Esgoto, água e moradia são elementos importantes, mas não é processo de desenvolvimento. É muito mais que isso. É preciso capacitar e gerar emprego para as pessoas, sobretudo criar condições para uma perspectiva de um futuro melhor.
- c) A riqueza da sociedade civil. Existência de associações de bairro que contribuem para o desenvolvimento de pessoas através da sua atuação com creches, escolas, cursos profissionalizantes etc. Um programa social tem que reconhecer essa riqueza e ajudar as associações a melhorar ainda mais o que está sendo oferecido para comunidade local.

Uma questão fundamental aprendida com a experiência do PRA/PATS é que para gerar desenvolvimento urbano é preciso ter um salto de escala, ou seja, o problema precisa ser

visto de forma ampla não somente focando as dificuldades de uma comunidade ou área. É necessário ter uma visão de cidade e criar condições para gerar o desenvolvimento de uma parte da cidade, que momentaneamente se encontra em uma situação de pobreza. Portanto, este salto de escala significa ter uma visão de planejamento e de atuação em larga escala, na qual é possível alcançar uma verdadeira integração econômica com a cidade.

Como resultado do êxito da metodologia de intervenção aplicada no PRA e da cooperação internacional está em curso um novo projeto envolvendo recursos do Banco Mundial e contrapartida do Governo da Bahia um mais uma doação do Governo da Itália de 5.8 milhões de euros com atuação em dois municípios: Salvador e Feira de Santana.

Outras repercussões da experiência do Projeto de Apoio Técnico e Social foram elencadas pela coordenadora de projetos da Fundação Avsi Lareyne Almeida em entrevista realizada, em 2009, três anos após a conclusão do PATS.

- a) Em programas de urbanização, a exemplo de financiamentos da Caixa e do PAC, o percentual de investimentos voltado para área social (acompanhamento da população beneficiada com a intervenção física, acompanhamento das famílias para reassentamento e pós-ocupação, atividades de educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda e mobilização comunitária) gira em torno de 3 e 4%, no caso do Ribeira Azul foram 25%, cuja experiência justificou um financiamento do Banco Mundial para o Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado de Áreas Carentes do Estado da Bahia – Acordo de Empréstimo 7344-BR – orçamento de 83 milhões de dólares – com a mesma proposta de valorização do componente social – 2007 - 2010;
- b) Valorização da metodologia integrada de intervenção e da sociedade civil: 1. projeto de fortalecimento da sociedade civil – executado pela Fundação Avsi, tendo como associados o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Olinda, com financiamento da União Europeia. Esse projeto 2009-2011 foi um dos cinco selecionados de uma seleção nacional (a primeira que o escritório da União Europeia fez), atua nas 6 áreas mais vulneráveis do município de Olinda, orçamento de 900 mil Euros. 2. projeto de triangulação entre Brasil, Itália e Moçambique – intervenção em uma área degradada de Maputo (Moçambique) – em discussão no Comitê Brasil-Itália e ABC.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe considerar que desde o surgimento, a cooperação internacional passou por diversas etapas. Após a Segunda Guerra Mundial teve um crescimento significativo no campo ocidental que passavam por modificações significativas no início da década 1970 com o impacto das políticas ambientais e depois da queda o muro de Berlim. Nas décadas que se seguiram passou por mudanças de objetivos e resultados. O novo século apresenta um cenário marcado pelas diferenças entre nações, resultado de uma economia cada vez mais globalizada, que beneficiou os países tecnologicamente e cientificamente mais evoluídos e preparados para disputar o mercado global, deixando à margem muitas nações que não conseguiram atingir os níveis de conhecimento e desenvolvimento satisfatórios.

Muitos mecanismos e acordos internacionais foram criados visando à melhoria do povo em geral e das relações econômicas entre os países. A origem da ONU foi o reconhecimento de que era necessário reorganizar o sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial. A criação de organismos internacionais como o Banco Mundial surge com o entendimento de que as condições socioeconômicas dos países não podem mais ser vistos como problemas isolados já que influenciam a ordem global. No entanto, é importante salientar que apenas um pequeno grupo de países composto por grandes potenciais, tem acesso às instâncias decisórias desses organismos internacionais.

Conforme apresentado nos capítulos iniciais desse trabalho, as mudanças de objetivos e formas de atuação da cooperação internacional no séculos XX sempre estiveram atrelada ao cenário internacional. Na década de 1970 houve uma considerável evolução na cooperação devido às crises econômicas e reivindicações dos países em desenvolvimento para uma melhor distribuição da cooperação internacional. Nos anos de 1980, visava à promoção mundial de um ajuste estrutural de nível macroeconômico. Durante esse período, a cooperação foi utilizada pelos países doadores com o intuito de intervir na política interna dos países receptores e de certo modo controlar seu desenvolvimento. As orientações das agências internacionais tinham como meta a substituição das importações e o direcionamento das políticas produtivas dos países recebedores. Nos anos de 1990, a cooperação internacional passa a exigir mais requisitos para sua efetivação e é direcionada para as questões globais como conservação ambiental, democracia, direitos humanos, governabilidade e desenvolvimento sustentável. Ainda na década de 1990, os EUA são favorecidos pelas

políticas no direcionamento da cooperação e se aproveitam para interferir nas políticas de outros países.

Nesse sentido, a cooperação vem sendo utilizada como uma estratégia de política externa dos países doadores mesmo que ainda proporcione um aumento da competitividade setorial e estrutural dos países receptores. A cooperação também é bastante influenciada pelos contextos social, cultural e econômico dos países receptores. Fatores como as relações econômicas, considerações geopolíticas, preocupações políticas e sobre direitos humanos, dentre outros, interferem na decisão de utilizar a cooperação pelos governos e instituições.

No cenário das relações internacionais, o Brasil vem evoluindo passando por diferentes representações: Foi país de terceiro mundo, subdesenvolvido, país em desenvolvimento, até compor o rol dos países emergentes. No final do século XX, a realidade econômica e política mundial mudaram de forma significativa, fazendo com que alguns países, como o Brasil, passassem a se integrar decisivamente na economia global.

Nos últimos dez anos, o Brasil mudou a sua estratégia de atuação no âmbito da cooperação internacional passando a ser doador da cooperação. Se no passado predominavam as relações verticais (Norte-Sul), hoje as relações horizontais (Sul-Sul) são prioritárias para o Governo brasileiro. Essa mudança no perfil do Brasil reflete as transformações ocorridas no desenvolvimento nacional e na política externa, afetando a maneira como o país é visto pela comunidade internacional.

Cada vez mais, os organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial têm demandado para o Brasil uma participação mais ativa em tarefas para negociar a paz, reintegrar populações e reconstruir politicamente regiões afetadas por guerras. A exemplo da participação na democratização do Timor Leste e na missão de paz no Haiti.

Atualmente, a imagem do Brasil no exterior tem sido fortalecida, seja pela estabilidade econômica alcançada, reservas do pré-sal e pelo carisma do atual Presidente da República. O prestígio do país tem crescido e como reflexo desse cenário, o Brasil será o país anfitrião da Copa do Mundo de 2014 e venceu uma disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Embora o Brasil tenha avançado na área econômica e social nos últimos anos, ainda persistem muitos problemas que afetam a vida dos brasileiros, como desemprego, violência, educação, habitação etc. O Brasil é um país de grande contraste social, onde uma pequena parcela da sociedade é muito rica, enquanto grande parte da população vive na pobreza. O

déficit habitacional é grande com milhões de famílias que não possuem condições habitacionais adequadas para viver.

Para solucionar os graves problemas sociais que persistem em nosso país é necessário reverter o processo de concentração de renda nacional e trabalhar na promoção dos investimentos de desenvolvimento humano, ou seja, promover educação, saúde e bem-estar-social.

Cabe entender que a cooperação internacional pode ser um instrumento para se alcançar alguns desses objetivos, principalmente em estados que possui baixos índices de desenvolvimento humano como a Bahia. Muitos estudiosos apontam a cooperação internacional como ferramenta para o desenvolvimento, com benefícios para doadores e recebedores. Contudo não se pode esperar que apenas a cooperação resolva ou encontre soluções para os mais diversos tipos de problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, como o Brasil. Convém salientar ainda que a complexidade do tema suscite algumas opiniões contraditórias. Isso é parte de qualquer processo de discussão cuja riqueza de ideias consiste, precisamente, em sua diversidade.

Por outro lado, mesmo lançando mão da cooperação como um instrumento para promoção do desenvolvimento, os países em desenvolvimento enfrentam uma série de dificuldades seja de ordem política (necessidade de superar os equilíbrios de poder dentro da organizações sociais e entre os Estados), econômicas (encontrar formas de economia democrática nas quais todos possam ter um papel ativo), financeiras (os recursos deveriam estar diretamente a serviço do desenvolvimento humano), sociais (criar relações positivas entre todos os grupos sociais) ou tecnológicas (adequação das tecnologias aos princípios do desenvolvimento humano e investimentos em tecnologias e em pesquisa científica).

A carência de especialistas para tratar da temática, a baixa capacidade de gestão das prefeituras e administrações locais, bem como as trocas de governo, a rotatividade nos postos de chefia são outros fatores que de certa forma dificultam a atuação no âmbito da cooperação internacional.

Quanto às assimetrias que envolvem os processos de cooperação internacional identifica-se a prevalência de diretrizes do país doador. Ou seja, o peso da vontade externa sobressai nas definições de áreas e problemas prioritários dos países recebedores. De certa forma, isso evidencia que na cooperação internacional também se reproduzem as relações de poder da estrutura econômica e política internacional. Quase sempre, a potência se dispõe a

apoiar processos de desenvolvimento no país periférico como forma de ampliar sua esfera de domínio e influenciar o comportamento do outro.

No Brasil atual, embora a cooperação internacional institucionalizada ocupe um papel coadjuvante na política de desenvolvimento oficial, mostrou-se efetiva em propagar um padrão alternativo de desenvolvimento. Mesmo prestando cooperação para outros países mais necessitados que o Brasil, o Governo brasileiro ainda espera da cooperação a transferência de tecnologia para acelerar seu progresso econômico.

Após o estudo e análise acerca da cooperação internacional do Brasil, percebe-se que a questão central consiste em definir para quem oferecer e de quem receber cooperação. Algumas questões ainda permanecem sem resposta, tais como: Por que será que o Brasil tem uma participação tímida e não explora de forma mais efetiva sua facilidade de acesso aos países islâmicos e africanos? Por que as nossas universidades não participam de forma mais ativa desse processo? Existe uma nítida falta de mobilização das universidades para esse fim. Como criar condições para um projeto de cooperação para desenvolvimento ser auto-sustentável? Aqui, evidenciam-se os limites da cooperação, que não pode ser compreendida como um suplente de políticas sociais de responsabilidade do Estado.

Sobre a questão principal levantada na pesquisa, a análise das fontes e o confronto com a literatura permitem afirmar que o desenvolvimento do Subúrbio Ferroviário de Salvador, apoiado pela cooperação internacional, foi influenciado por transformações nas relações sociopolíticas (sob o aspecto do fortalecimento do associativismo e do poder de participação nas decisões públicas), bem como nas mentalidades (preservação ambiental). As ações realizadas na área com auxílio de recursos da cooperação internacional, além de atender os moradores da região, proporcionaram mudanças significativas no cenário local através da: construção de novas unidades habitacionais, em substituição às palafitas; da implantação de infraestrutura e de novos equipamentos comunitários, como posto policial, posto medico, lavanderia coletiva e centro de formação profissional; criação de via costeira e preservação da enseada existente.

A hipótese que se pretende comprovar com essa dissertação é a de que a cooperação internacional pode servir como um instrumento na promoção do desenvolvimento do Estado da Bahia. Como foi apresentado no capítulo seis, o Governo da Bahia precisa rever suas estratégias políticas para buscar um equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social visando não só o aumento da produtividade como também a qualidade de vida da sua população. Nesse sentido, a cooperação internacional pode ser

utilizada como instrumento para alcance de um estado mais próspero, todavia para que seus efeitos sejam duradouros e que as ações tenham sustentabilidade é preciso que os governantes atuem como indutor do desenvolvimento local e promovam continuidade e agilidade nas políticas públicas.

Outro aspecto relevante que se pôde constatar no estudo de caso apresentado foi o papel inovador da cooperação internacional. O Programa Ribeira Azul (PRA), através do Projeto de Assistência Técnica e Social (PATS), criou um novo arranjo institucional em que diferentes atores (canais multilaterais, governo do estado do estado, governo da Itália e uma ONG internacional) se articulam para promover o desenvolvimento local. Outra novidade desse acordo de cooperação é a presença de uma ONG internacional como executora do projeto, convertendo-se num caso particular de atuação da cooperação internacional.

Finalmente, pode-se concluir que a cooperação internacional voltada para a população de baixa renda contribui para o fortalecimento de práticas democráticas quando a comunidade local é envolvida no processo. Aqueles excluídos do sistema econômico acabam desenvolvendo habilidades e a autoconfiança, contribuindo para a inclusão social e, por conseguinte, para a formação da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABC - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. [Site institucional]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- _____. **Cooperação técnica recebida bilateral**. Disponível em: <<http://www.abc.mre.gov.br/ctrb.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2007.
- ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **Informes ABONG**, n. 78, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2007.
- A FAVELA como patrimônio da comunidade: entrevista com Enrico Novara. **Estudo Avançados**, v. 17, n. 48, p. 124-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200010>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- ALCOFORADO, F. **Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia**. 2003. Tese (Doutorado)-Universidade de Barcelona. Barcelona, 2003. Disponível em: <http://www.tdx.cat/TESIS_UB/AVAILABLE/TDX-0203105-122457> Acesso em: 13 nov. 2008.
- ALIANÇAS DE CIDADES. **A vez dos Alagados**: a construção de um programa integrado de urbanização de favelas em Salvador. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.citiesalliance.org/doc/resources/upgrading/alagados/apresentacao.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2008.
- AMOROSO, S. Responsabilidade social: menos marketing e mais ações. **Jornal Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 20 ago. 2003.
- ARMANI, D. **Breve mapa do contexto das Ongs brasileiras**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/artigos/brevmapa.htm>>. Acesso em: 14 maio 2008.
- _____. **Os desafios das ONGs**: a conquista da identidade e da sustentabilidade em época de mudanças no Brasil e no mundo. 2005. Disponível em: <http://www.forumaidssp.org.br/publicacoes_ed5/pagina%2022.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2007.
- ARORA, R. Validation of a S-O-R Model for situation, enduring, and response components of involvement. **Journal of Marketing Research**, v. 19, p. 505-516, nov. 1982.
- BAILEY, M.; LANDIM, L. **Agências internacionais não-governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil**: cadastro. Rio de Janeiro: Iser, 1995.
- BAKER, J. **Integrated urban upgrading for the poor: the experience of Ribeira Azul, Brazil**. Policy Research Working Paper. Washington D.C.:The World Bank, 2006. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/U0R6LSL9D0>>. 2006. Acesso em: 20 dez.. 2007.
- BANCO MUNDIAL. [Site Oficial]. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>> Acesso em: 17 jan. 2008.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec. 1997.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

BOETTCHER, E. **Kooperation und demokratie in der wirtschaft**. Tuebingen: J.C.B. Mohr, 1974.

BOISIER, S. **Crónica de una muerte frustrada**: el territorio en la globalizacion. Chile, 2001. Disponível em: <<http://www.ider.cl/archivos/Boisier,%20dos.pdf>>. Acesso em: 07 setembro 2008.

BONIFACE, P. **Dicionário das relações internacionais**. Lisboa: Plátano, 2001.

BONOMA, T. V. Case Research in marketing: opportunities, problems, and process. **Journal of Marketing Research**, v.22, may 1985.

BORTATO, A. C. Técnicas de negociação internacional. In: DIAS, R.; In: DIAS, R.; RODRIGUES, W. **Comércio exterior teoria e gestão**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Coordenação de Cooperação Técnica Multilateral (CTRM). **Balanco Geral da União - Exercício de 2007 - Subsídios da CTRM**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2007a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 2. ed. Brasília, 2005. Disponível em: <www.abc.gov.br/download/Diretrizes-CTI.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2007b.

_____. **Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT)**: manual de orientação. 2. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/download/PRJ-CTI.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2008.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria de Assuntos Internacionais. **[Site institucional]**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos_internacionais/conteudo/documentos_disponiveis/termo_referencia.htm>. Acesso em: 29 maio 2008.

_____. Presidência da República. **3º Relatório de nacional de acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. Brasília, 2007c.

_____. Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial. **Ações de Cooperação Sul-Sul Executadas pelo Brasil (Relatório)**. Brasília: FUNAG, 2007d.

BRESSAN, F. **O método do estudo de caso. Vol. 1 - Número 1. 2000**. FEA-USP. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm acesso em 25 de maio de 2007.

CARDOSO, F. H. Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia? **Revista Latinoamericana de Ciência Política**, n.1, dec. 1971.

CARDOSO, R. **O terceiro setor na ordem do dia**. 2004. Disponível em: <<http://www.arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecaoParaI>>. Acesso em: 16 maio 2005.

CARVALHO, E. T. Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. **Caderno PPG – AU/UFBA**, Salvador, v.1, 2002.

CAVALCANTI, P. **O Sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento**: uma reflexão acerca das políticas de ajuste estrutural e a transição da assistência técnico- financeira a cooperação humana. Disponível em: <http://conpedi.org/manaus///arquivos/anais/bh/priscila_da_mata_cavalcante2.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

CENPEC - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. **Fontes de educação: guia para jornalistas**. Brasília, DF: Fórum Mídia & Educação, 2001. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

CERVO, A. L. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1994/115.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARKE, T. Theories of corporate governance. New York: Routledge, 2004.

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Cooperação Internacional**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 21 abr. 2007.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). **Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul**. CONDER: Salvador, [ca.2000].

_____. **Programa Ribeira Azul**. Salvador, 2003.

Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/ribeira.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

COSTA, M. C. Financiamento a C&T: mudanças nos acordos de cooperação internacional? **Jornal da Unicamp**, ed. 248, abr. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2004/ju248pag02a.html>. Acesso em: 21 abr. 2007.

_____. Cooperação internacional, desenvolvimento e ciência na periferia. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 22, n.2, p. 191-204, 2004.

CRETELLA JÚNIOR, J.; CRETELLA NETO, J. **1000 perguntas e respostas de direito internacional público e privado**: para provas das Faculdades de Direito, para concursos públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DEGNBOL–MARTINUSSEN, J. C.; ENGBERG, P. **AID**: understanding international development cooperation. London: ZED Books, 1999.

- DIAS, R. Globalização e blocos econômicos regionais. In: DIAS, R.;
- RODRIGUES, W. **Comércio exterior teoria e gestão**. São Paulo: Atlas, 2004.
- DUARTE, C. O. S; TORRES, Q. R. T. **Responsabilidade social empresarial**: dimensões históricas e conceituais. 2004. Tese. (Doutorado)-Universidade do Grande ABC, Santo André, 2004.
- EDWARDS, M. **Future positive**: international co-operation in the 21st Century. London: Earthscan Publications, 1999.
- FES - FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT. Disponível em: <<http://www.fes.org.br>>. Acesso em: 18 fev. 2007.
- FOLKES, V.; KARMIN, M. Effects of Information About Firm's Ethical and Unethical Actions on Consumers' Attitudes. **Journal of Consumer Psychology**, v. 8, n.3, p.476-481, 1999.
- FOLLONI, G. **Relatório de avaliação de resultado**. Programa de redução da pobreza urbana na área do Ribeira Azul - Projeto de Apoio Técnico e Social - PATS. Universidade de Trento, 2006.
- FONSECA, M. J.; ROSSI, C. A. V. O estudo do envolvimento com o produto em comportamento do consumidor: fundamentos teóricos e proposição de uma escala para aplicação no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD – ENANPAD, 22., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1998. CD ROM.
- FONTANA, B. **Pessoa, família e desenvolvimento**: o método da FUNDAÇÃO Fundação Avsi e sua atuação com as famílias de Novos Alagados. 2005. Dissertação. (mestrado em Família na Sociedade Contemporânea)-Universidade Católica do Salvador - Ucsal, Salvador, 2005.
- FURTADO, C. **O longo amanhecer**: ensaios sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GAETANI, F. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/Brasil. Desafios à Gestão na Cooperação Internacional. Painel II - Panorama da Cooperação Internacional no Brasil. In: FÓRUM DESAFIOS À GESTÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL., 2005. Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2005. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ucp/conteudo/eventos/eventos.htm>> Acesso em: 14 jun. 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IKEDA, A. A. ; VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M. A comunicação integrada de marketing em apoio ao posicionamento baseado em causas sociais. **Administração em Diálogo**, Itajaí/SC, v. 10, n. 2, p. 229-249, 2003.
- JACOBSON, H. K. The nature of international organizations. In: RUSSET, B.; STARR, H. **Choices in world politics**: sovereignty and interdependence. New York: Freeman, 1989.

- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- KRUGMAN, H. E. The impact of television advertising: learning without involvement. **Public Opinion Quarterly**, v. 29, p. 349-356, 1965.
- LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado: filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1983.
- _____. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. 1993. Tese. (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- LIMA, P. T. F. **Caminhos diplomáticos 10 anos de agenda internacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- LIMA, R. A. **A cooperação técnica internacional no contexto brasileiro**. Brasília: [s.n.], 2000.
- LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: UNESP, 2005.
- MAGNOLI, D. **Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2000.
- MAPA DO 3º SETOR. [Site institucional]. Disponível em: <<http://www.mapa.org.br/estatisticas.aspx>>. Acesso em: 17 maio 2008.
- MARCOVITCH, J. (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- MASCARENHAS, O. A. J. Exonerating unethical marketing executive behaviors: a diagnostic framework. **Journal of Marketing**, v. 59, p. 43-57, apr. 1995.
- MATTOS, A. M. **Direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- MEDEIROS, A. P. C.de. As organizações internacionais e a cooperação técnica. In: MARCOVITCH, J. (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: USP, 1994.
- MELLO, C. D de A. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
- MENDONÇA, J.; GÓIS, Z. Aonde vai a ONG? **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 12, n. 3, p. 211-219, dez. 2002.
- MENDONÇA, P. M.; ARAÚJO, E. T. ONGs e cooperação internacional: entre a dependência e a busca pela sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29. 2005, Brasília – DF, **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPAD, 2005. (Cd-rom).
- MILANI, C. R. S. O Brasil no “regime”de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In: SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. 2008, Salvador, **Anais...** Salvador, 2008.
- MITTAL, B. Measuring purchase-decision involvement. **Psychology and Marketing**, v.6, p. 147-162, Summer 1989.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MORAES, O. B. **Método de análise de dados para avaliação de áreas urbanas recuperadas**: uma abordagem utilizando a lógica Fuzzy. São Paulo : EPUSP, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. [Site institucional]. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=150>. Acesso em: 17 maio 2008.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Development Co-operation Directorate (DAC)**. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 19 mar. 2007.

OLIVEIRA, E. Iniciativa diplomática dá novo impulso à exportação. **O Globo**, 10 jul. de 2006.

OLIVEIRA, M. D. de. **Cidadania e globalização**: a política externa brasileira e as ONGs. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

OLIVEIRA, O. M. **Relações internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2002.

ONU-BRASIL. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Carta da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 15 mar. 2007.

ONU. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**. 1972. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Desenvolvida pela Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/MeioAmbiente/texto/estocolmo.html>>. Acesso em: 29 mar. 2007.

PEDRÃO, F. Urbanização, informalidade e saúde: a teoria e a experiência de Salvador entre 1950 e 1990. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, n. 2, 1998.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

PELLICELLI, F. **Fabrizio Pellicelli**: depoimento [abr.2008]. Entrevistador: Iris Célia Azevedo Azi. Salvador, 2008. Entrevista concedida pelo Diretor da FUNDAÇÃO Fundação Avsi na Bahia sobre o histórico da atuação da FUNDAÇÃO Fundação Avsi em Salvador – Bahia (1992-2007).

PINTO, D. F. de S. **OCDE**: uma visão brasileira. Brasília: IRBr; FUNAG, 2000.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. [Site institucional]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/>>. Acesso em: 17 maio 2008.

PREBISCH, R. La industrialización de América Latina. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Org.). **La teoría social latinoamericana**: de los orígenes a la CEPAL. México: UNAM/CELA, 1994. Tomo 1.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Programa URB-AL**. Políticas de cooperação descentralizada: as cidades na esfera internacional. Disponível em:

<<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/urbal/conferenciadelancamento/0017>>. Acesso em: 14 maio 2008.

PATS - PROJETO DE APOIO TÉCNICO E SOCIAL. **Plano de implementação**. Salvador, 2001.

RACY, J. C. **Política externa brasileira**: cooperação e desenvolvimento na primeira metade da década de 1990. 2007. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2007.

ROMANO, G. O papel das cidades na cooperação internacional In: SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. 2007. São Paulo, **Anais...** São Paulo: Centro Universitário Belas Artes, 2007.

ROQUE, A. P. **Solidariedade e cooperação internacional**: notas sobre o papel das agências não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2008.

RUBARTH, E. O. **A diplomacia e os temas sociais**: o caso da saúde. Brasília: IRBr/FUNAG/CEE, 1999. (Coleção de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **The emerging sector**: the nonprofit sector in comparative perspective - an overview. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1994.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. **Políticas Públicas e ações populares**: O caso dos Alagados. Salvador, 2005. Disponível em : <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/242/198>>. Acesso em: 1 de setembro de 2009.

SÃO PAULO. (Governo). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **[Site institucional]**. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das organizações internacionais**. 3. ed. rev. amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, S. C. M. **Responsabilidade social, hedonismo, percepção de valor e intenção de compra**: um estudo experimental na Bahia. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Salvador – UNIFACS, Salvador, 2007.

SILVA, K. C.; SIMIÃO, D. S. (Org.). **Timor Leste por trás do palco**: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SINGER, H. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **American Economic Review**, n. 40, maio 1950.

SLAMA, M. E.; TASHCHIAN, A. Selected socioeconomic and demographic characteristics associated with purchasing involvement. **Journal of Marketing**, v. 49, p.72-82, Winter, 1985.

SOLANO, R. A. **As ONGs e as mudanças nos conceitos e nas modalidades da cooperação internacional...** - Relatório Final da Pesquisa. Rio de Janeiro:FASE-ALOP, 1994.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

STRENGER, I. **Relações internacionais**. São Paulo: LTR, 1998.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TIPHAGNE, A. **Alexandre Tiphagne: depoimento**. 2006. Entrevistador: Cristina Charão. São Paulo: Associação Brasileira de ONGs (Abong); Fundação Friedrich Ebert, 2006. Entrevista concedida durante o 2º Fórum Social Brasileiro, Seminário Financiamento para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.reportersocial.com.br/entrevista.asp?id=111>> Acesso em: 10 set. 2008.

TREVAS, V. Workshop cooperação internacional e rede de cidades In: FÓRUM BARCELONA. 2004. **Anais...** Porto Alegre. Disponível em: <http://www.barcelona2004.org/esp/banco_del_conocimiento/docs/PO_21_PO_TREVAS.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2008.

UNCTAD. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO. **Anais...** Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 30 jul.2008.

UN-HABITAT PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTO URBANO. **[Site institucional]**. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/>>. Acesso em: 30 jul.2008.

VALDERRAMA, M. **Novas perspectivas na cooperação internacional com a América Latina**. [S.l.]: UNESCO, 1993.

VERENHITACH, G. D. ; DEITOS, A. M.; SEITENFUS, R. O Brasil e a Cooperação Triangular Sul-Sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti1-2. In: SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/verenhitach.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

YIN, R. K. **Applications of case study research**. Thousand Oaks, California: Sage Publications. 1993.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZEVERINO, G. J. R. **A eficácia da ajuda internacional**. 2000. Dissertação (Mestrado)– Universidade Moderna de Lisboa, Portugal, 2000.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Entrevista realizada no mês de abril de 2007, no escritório da Fundação Avsi em Salvador/Ba, com o Diretor Sr. Fabrízio Pellicelli . Nessa ocasião foram feitas as seguintes perguntas:

1. O que é a Fundação Avsi, ou seja, a Associação Voluntária para o Serviço Internacional?
2. Quando começou o trabalho da Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Fundação Avsi, da Itália, na Bahia?
3. Quais as instituições baianas que foram beneficiadas através da cooperação com a Fundação Avsi, nos últimos anos?
4. O que é o PATS?
5. Quais os mecanismos de cooperação utilizados pelo Fundação Avsi?
6. Como se dá essa intervenção? Qual é o comprometimento de vocês na elaboração de projetos e no financiamento dos mesmos?
7. Quais os documentos que tratam sobre a cooperação no âmbito do Programa Ribeira Azul que poderiam ser disponibilizados para a realização do projeto de pesquisa?

APÊNDICE B - Roteiro de Visita Técnica

Visita realizada no mês de maio de 2007 a área do Ribeira Azul com a Sra. Lareyne Alemida, especialista em Projetos da Fundação Avsi. Na ocasião foram feitas as seguintes perguntas:

1. Qual o objetivo do Programa de Apoio Técnico e Social?
2. Qual a metodologia aplicada no Projeto e como foi sistematizada e divulgada?
3. Quais as dificuldades de implementação encontradas?
4. Como se deu a participação das Organizações Comunitárias e da Sociedade local?
5. Como funciona a Unidade de Gestão do Programa – UGP?
6. O que representou a Grant Manager do BM para o Projeto?
7. Como se dará a sustentabilidade da Cooperativa de Pescadores, Fábrica de Sabão e das demais ações realizadas através do Programa?

APÊNDICE C - Fotos



Foto 1 - Foto panorâmica da área do Ribeira Azul



Foto 2 - Foto panorâmica do PRA com a pista de borda



Foto 3 - Vista técnica ao Centro de Orientação familiar



Foto 4 - Visita do representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Waldemar Wirsig, e da consultora do banco, Burke Dillon às obras do Programa Ribeirão Azul

ANEXO A - Acordos vigentes da Cooperação Técnica Recebida Bilateral – CTRB

▪ ALEMANHA

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA / Promulgado pelo Decreto nº 54.075, de 30/07/64

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA/ Assinado em 17 de setembro de 1996 e Promulgado pelo Decreto nº 2579, de 06/05/98.

▪ ESPANHA

CONVÊNIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA / Promulgado pelo Decreto nº 633, de 10/08/92.

CONVÊNIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA / Assinado em 13 de abril de 1989 e Promulgado pelo Decreto nº 633, de 19/08/92.

TRATADO GERAL DE COOPERAÇÃO E AMIZADE / Assinado em 23 de julho de 1992 e Promulgado pelo Decreto nº 1211, de 03 de junho de 1994.

• ESTADOS UNIDOS

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA / Em vigor desde 19/12/50.

▪ FRANÇA

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA / Assinado em 16 de janeiro de 1967 e Promulgado pelo Decreto nº 63.404, de 10 de outubro de 1968.

ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO / Assinado em maio de 1996 e Promulgado pelo Decreto nº 2200, de 08 de abril de 1997.

▪ ITÁLIA

ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, INDUSTRIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA / Assinado em 12 de fevereiro de 1997 e Promulgado pelo Decreto nº 06, de 12 de fevereiro de 1998.

ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, INDUSTRIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO / Aguardando promulgação.

▪ NORUEGA

ACORDO SOBRE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA, INDUSTRIAL E TÉCNICA, Assinado em 05 de abril de 1978 e publicado em 12 de abril de 1978.

- **PAÍSES BAIXOS**

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA / Assinado em 25 de setembro de 1969 e Promulgado pelo Decreto nº 68.832, de 30 de junho de 1971.

- **PORTUGAL**

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA / Assinado em 07 de setembro de 1996 e Promulgado pelo Decreto nº 62.126, de 16 de janeiro de 1968.

- **REINO UNIDO**

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE/ Assinado em 18 de janeiro de 1968 e Promulgado pelo Decreto nº 63.403, de 10 de dezembro de 1968.

ANEXO B - Acordos vigentes da Cooperação Técnica Recebida Multilateral - CTRM

- **BID:** "Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento", de 08/04/59, promulgado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 30/12/59
- **UNICEF:** "Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil", de 28/03/66, promulgado pelo Decreto nº 62.125, de 06/01/68; e o "Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica", de 29/12/64, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23/09/66.
- **UNIFEM, OMPI, UNDCP, OACI, PNUD, OIT, FAO, UNESCO, UPU, UIT, OMM, FNUAP, UNIDO, AIEA, HABITAT:** "Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica", de 29/12/64, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23/09/66.
- **OPAS/OMS:** "Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica", de 29/12/64, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23/09/66; e o "Acordo entre a Repartição Sanitária Pan-Americana e o Governo do Brasil para o funcionamento do Escritório de Área da OPAS/OMS" de 20/01/83, promulgado pelo Decreto nº 353 de 03/12/91.
- **FLACSO:** "Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO para o Funcionamento da Sede Acadêmica da FLACSO no Brasil", de 03/12/90, promulgado pelo Decreto nº 593 de 06/07/92.
- **IICA:** "Acordo Básico Celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais", de 1984.
- **UE:** "Acordo Quadro de Cooperação entre a Comunidade Econômica Europeia e a República Federativa do Brasil" de 15/04/92.
- **ITTO:** "Acordo Internacional de Madeiras Tropicais", de 26/01/94, promulgado pelo Decreto nº 89, de 05/11/97.
- **OEA:** "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria Geral da OEA, sobre o Funcionamento de Escritório da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades", de 29/12/64, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23/09/66.
- **CEPAL:** "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27/07/84.

ANEXO C - Acordos vigentes da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento CTPD

• **AFRICA**

ÁFRICA DO SUL

Acordo de Cooperação Técnica. (Em negociação).

ANGOLA

Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Luanda, 11/06/80.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Brasília, 12/04/83.

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola sobre Cooperação no Campo das Comunicações. Luanda, 20/10/83.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na área de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural. Luanda, 28/01/89.

ARGÉLIA

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. 28/04/77.

Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica. Brasília, 03/06/81.

BENIN

Acordo de Cooperação Técnica. Cotonou, 07/11/72.

CABO VERDE

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 28/04/77.

CAMARÕES

Acordo de Cooperação Técnica. Iaundé, 14/11/72.

COSTA DO MARFIM

Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Abidjan, 27/10/72.

CPLP

Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP. Praia, Cabo Verde, 17/17/98.

EGITO

Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Cairo, 31/01/73

Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Egito. Cairo, 31/01/73 ▸ Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e áreas afins. Cairo, 1991.

GABÃO

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. 07/11/1974.

Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa. Brasília, 14/10/75.

GANÁ

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Acra, 07/11/74.

GUINÉ BISSAU

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Brasília, 18/05/78.

MALI

Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. Brasília, 07/10/81.

MARROCOS

Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos. Fez, 10/04/84.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos (SENAI-OFPPT). Brasília, 20/06/94.

MOÇAMBIQUE

Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração" em Moçambique. Maputo, 10/04/80.

Acordo Geral de Cooperação. Brasília, 15/09/81.

Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica. Maputo, 01/06/89.

NAMÍBIA

Acordo Básico de Cooperação Técnica. Brasília, 07/03/95.

NIGÉRIA

Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Brasília, 10/01/79.

QUÊNIA

Acordo de Cooperação Técnica. Nairobi, 02/02/73.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Brasília, 26/06/84.

SENEGAL

Acordo Básico de Cooperação Técnica. Dacar, 21/11/72

Cooperação Brasil-Senegal ▶ Programa de Ação para 1976. Brasília, 24/03/76.

TOGO

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa. Lomé, 03/01/72.

ZAIRE

Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Brasília, 28/02/73.

ZIMBABUE

Acordo de Cooperação Técnica. (Em negociação).

- **AMÉRICA LATINA E CARIBE**

ARGENTINA

Acordo de Cooperação Técnica , 09/04/96.

BOLÍVIA

Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, 16/12/96.

COSTA RICA

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, de 22 de setembro de 1997, aprovado pelo Congresso Nacional em 10 de junho de 1999. (Decreto Legislativo nº 37).

CHILE

Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 26/07/90.

COLÔMBIA

Acordo Básico de Cooperação Técnica, 13/12/72.

CUBA

Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 18/03/87.

COSTA RICA

Acordo de Cooperação Técnica, 22/09/97.

EL SALVADOR

Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica. Brasília, 20/05/86

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para implementação do projeto "Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS", assinado em 02/02/99, com duração de 2 anos.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para implementação do projeto "Estruturação de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de El Salvador", assinado em 12/05/99, com duração de 3 anos.

EQUADOR

Acordo Básico de Cooperação Técnica, 09/02/82.

GUATEMALA

Acordo de Cooperação Técnica, de 09 de fevereiro de 1972, publicado no Diário Oficial, de 20 de março de 1972.

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Guatemala, de 16 de junho de 1976. Promulgado pelo Decreto nº 77, de 11 de outubro de 1976, em 01 de fevereiro de 1979.

GUIANA

Acordo Básico de Cooperação Técnica, 29/01/82.

HONDURAS

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 11/06/76.

JAMAICA

Acordo de Cooperação Técnica. Brasília, 28/08/97.

MÉXICO

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 24 de julho de 1974. Promulgado pelo Decreto nº 75.888, de 20 de junho de 1975, em 24 de junho de 1975.

Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, de 27 de abril de 1999.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos em Matéria de Censos e Pesquisas Estatísticas, de 27 de abril de 1999.

NICARÁGUA

Acordo Básico de Cooperação Técnica, Manágua, 01/04/87.

PANAMÁ

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Cidade do Panamá, 09/04/81.

PARAGUAI

Acordo Básico de Cooperação Técnica. Assunção, 27/10/87.

PERU

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Brasília, 08/10/75

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru na área de Agricultura, assinado em 22/07/99, com duração de 2 anos, prorrogável por igual período.

REPÚBLICA DOMINICANA

Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica. São Domingos, 08/02/85

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do projeto "Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da cidade de Santiago de los Caballeros", assinado em 07/04/99, com duração de 1 ano.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do projeto "Recuperação de Habitações em Bairros Populares de Santiago", assinado em 07/04/99, com duração de 1 ano.

SURINAME

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 22/06/76.

URUGUAI

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Rivera, 12/06/75.

VENEZUELA

Convênio Básico de Cooperação Técnica, Sta. Helena do Uairén, 20/02/73.

- **ÁSIA E LESTE EUROPEU**

ARÁBIA SAUDITA

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, 13/08/81.

CHINA

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China na área de Intercâmbio de Especialistas de Cooperação Técnica. 13/12/95. ABC/EEEE.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China na área de Metrologia e Qualidade Industrial. INMETRO/CSBTS.

IRAQUE

Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, 11/05/77

ISRAEL

Acordo Básico de Cooperação Técnica, 12/03/62.

KUWAIT

Acordo de Cooperação, 25/03/75.

LÍBANO

Acordo de Cooperação Técnica (em negociação).

PALESTINA

Acordo de Cooperação Técnica (em negociação).

RÚSSIA

Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (em negociação).

TAILÂNDIA

Acordo de Cooperação Técnica e Científica, 12/09/84.

ANEXO D – Parceiros da cooperação multilateral no Brasil

- a) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- b) Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- c) Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).
- d) Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO).
- e) Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).
- f) Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT).
- g) Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- h) Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).
- i) Organização dos Estados Americanos (OEA).
- j) Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).
- k) Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- l) Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT).
- m) Organização Mundial de Meteorologia (OMM).
- n) Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).
- o) Organização Panamericana de Saúde / Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS).
- p) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).
- q) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- r) União Internacional de Telecomunicações (UIT).
- s) Escritório das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas e Prevenção ao Crime (UNODC).
- t) Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO).
- u) Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
- v) Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

- w) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).
- x) Voluntariado das Nações Unidas (UNV).
- y) União Postal Universal (UPU).

ANEXO E – Roteiro para elaboração de projetos da Agência Brasileira de Cooperação

SEÇÃO 1:

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Esta Seção é composta dos seguintes itens:

1.1 Título do Projeto

O título adotado deve traduzir, de forma sintética, o tema central do projeto proposto.

1.2 Duração Prevista

Indicar a duração prevista do projeto, em meses.

1.3 Fonte Externa

Indicar, quando possível, o país ou organismo internacional ao qual se solicita a cooperação externa.

1.4 Custo Estimado

Indicar os recursos externos necessários estimados e os recursos de contrapartida, originários da entidade executora, em US\$. Na contrapartida, deve ser incluído o valor da cooperação de outras fontes nacionais, caso existam, relativo à implementação do projeto. Estes valores deverão ser compatíveis com aqueles indicados na Seção 5 - Cooperação Externa Solicitada e na Seção 6 - Contrapartida Oferecida. Indicar, também, o valor total do projeto (recursos externos + contrapartida).

1.5 Entidade Proponente

Indicar o nome, a sigla, o endereço completo, telefone e telefax da entidade proponente do projeto que se encarregará da execução do mesmo. Fornecer o nome do seu titular e o cargo correspondente, assim como o nome do responsável pela elaboração do projeto e o cargo que ocupa.

1.6 Entidades Co-participantes

Indicar o nome das entidades que desempenharão papel de supervisão ou coordenação institucional, bem como daquelas que participarão do projeto integrando-se às equipes da entidade executora. Indicar também a sigla de cada instituição e a forma de sua participação.

1.7 Local, Data e Assinatura do Titular

O titular da entidade proponente deve datar a proposta de projeto e apor a sua assinatura no documento.

SEÇÃO 2:

JUSTIFICATIVA

A justificativa a ser apresentada deve responder, em termos amplos, à pergunta: por que executar o projeto? Ao se apresentar as razões, os argumentos devem ser ordenados segundo os seguintes tópicos:

2.1 Diagnóstico de Situação

O diagnóstico deve identificar o problema ou os problemas que o projeto se propõe a solucionar ou minorar, descrever a situação atual, apresentar dados numéricos que a caracterizem e demonstrar a relevância de cada problema com relação ao desenvolvimento socioeconômico em nível local, regional ou nacional. A apresentação de referências bibliográficas é recomendada, bem como da síntese de levantamentos e estudos realizados ou em curso, indicando os resultados obtidos e comentando-se como a presente proposta viria prestar contribuição adicional aos mesmos. Caso se julgue conveniente, devem ser anexados documentos que agreguem informações relevantes à proposta de projeto.

2.2 Situação Esperada ao Término do Projeto

Neste item deve ser apresentada uma explanação de qual será a situação ao término do projeto, supondo-se que o mesmo tenha atingido todos os resultados a que se propusera. Esta descrição deve ser objetiva, quantificando, sempre que possível, aspectos que caracterizem a situação decorrente da execução do projeto. A situação esperada ao término do projeto deve ser apresentada na forma de itens sempre que possível.

2.3 Descrição do Projeto

Este item tem por finalidade apresentar uma descrição sucinta do trabalho que se propõe implementar, destacando-se as principais realizações previstas e a estratégia a ser adotada para alcançá-las. A descrição apresentada deve esclarecer quem serão os beneficiários dos resultados do projeto, de que forma os seus resultados se reverterão em benefícios para o seu público-meta e as medidas previstas para ampliar a disseminação dos seus resultados.

2.4 Quadro Institucional

Neste item deverá ser indicada a existência de condições locais - institucionais, de infraestrutura, financeiras e de recursos humanos - que possibilitem a implementação do projeto com uma probabilidade razoável de sucesso. A existência de condições locais para que a instituição executora possa continuar atuando de forma autônoma ao término do projeto, também constitui aspecto importante, a ser abordado e descrito neste item. O papel das instituições locais envolvidas diretamente com a execução do projeto, bem como daquelas que participam em nível de coordenação ou de apoio, deverá ser descrito. Em especial, devem ser destacadas as políticas e programas de formação de recursos humanos da instituição executora (diretrizes, áreas prioritárias, resultados atingidos) e de fixação das equipes técnicas formadas.

SEÇÃO 3:

OBJETIVOS E RESULTADOS

Esta Seção é composta dos seguintes ítems:

3.1 Objetivo de Desenvolvimento

Constitui-se no objetivo maior do projeto. Com a execução do projeto, pretende-se contribuir para o alcance do objetivo de desenvolvimento enunciado sabendo-se, no entanto, que o projeto, por si só, não tem meios de atingi-lo totalmente. O objetivo de desenvolvimento almejado, setorial ou multisetorial, está relacionado, na maioria dos casos, a mudanças estruturais (por exemplo, reduzir os índices de desnutrição, substituir combustíveis

líquidos importados por fontes energéticas nacionais, melhorar as condições de saneamento básico de populações de baixa renda, etc.).

3.2 Objetivo Imediato

Constitui-se no objetivo específico a ser alcançado pelo projeto, exclusivamente em função das atividades implementadas no seu âmbito. É recomendável que o projeto tenha somente um ou dois objetivos imediatos. Cuidado especial deve ser dado ao enunciado do objetivo imediato do projeto, evitando-se utilizar termos vagos ou ambíguos como promover, estimular, apoiar, fortalecer, desenvolver, melhorar e conscientizar.

3.3 Resultados

Os resultados constituem o que o projeto, por si mesmo, pode produzir visando a alcançar os seus objetivos específicos. São os produtos das atividades implementadas. Tomados em conjunto, eles refletem o grau e a qualidade do cumprimento do plano de trabalho implementado no âmbito do projeto. A cada resultado está relacionado um conjunto de atividades específicas; as metas do projeto e os indicadores de seu alcance são também correlacionados aos resultados.

SEÇÃO 4:

PLANO DE TRABALHO

A elaboração do Plano de Trabalho do projeto de cooperação técnica se constitui em definir as atividades que necessitam ser executadas, com vistas a atingir os resultados almejados, e prever os recursos (humanos, materiais, tempo) necessários para implementá-las. A experiência indica que o grau de sucesso na implementação de um projeto está estreitamente relacionado ao planejamento da execução das tarefas envolvidas e à previsão dos meios que serão necessários para executá-las. Dessa forma, a definição realista de atividades, recursos e prazos é fundamental para o futuro bom andamento do projeto. Os seguintes itens compõem a Seção 4:

4.1 Plano de Trabalho

Um dos métodos mais utilizados de planejamento do trabalho a ser executado e de seu gerenciamento posterior é o do fracionamento do projeto em conjuntos de atividades. Ao usar esse método a equipe técnica do projeto é induzida a realizar esforço de previsão das ações a serem implementadas e dos prazos e custos envolvidos. O produto desse esforço, consubstanciando um plano de trabalho, se constitui em um planejamento mais realista do trabalho a ser executado, ao mesmo tempo em que se dispõe, ao longo da execução do projeto, de um instrumento de monitoramento e de avaliação de seu andamento. Para a elaboração do plano de trabalho é necessário identificar as tarefas a serem executadas que permitirão atingir cada um dos resultados definidos na Seção 3. Desta forma, para cada resultado do projeto, obtém-se um conjunto de Atividades a serem implementadas. O conjunto de Atividades assim definido deve ser suficiente para atingir os resultados propostos pelo projeto. O plano de trabalho é apresentado relacionando-se, para cada resultado, o conjunto correspondente de Atividades.

4.2 Indicadores e Meios de Verificação

Aos **Resultados** do projeto, apresentados na Seção 3, devem ser relacionados Indicadores que permitam aferir o seu alcance. Os **Indicadores** selecionados serão adequados se: a) permitirem a quantificação dos **Resultados**, esclarecendo quais são as metas propostas pelo projeto; e b) forem objetivamente verificáveis, isto é, permitirem que diferentes

observadores cheguem à mesma conclusão. Os **Meios de Verificação** dos Indicadores também devem ser especificados.

4.3 Cronograma de Execução

O Cronograma de Execução do projeto deve indicar os prazos necessários para a execução das Atividades definidas. Um diagrama de barras constitui um instrumento útil e de fácil elaboração para apresentar o cronograma de execução do projeto.

SEÇÃO 5:

COOPERAÇÃO EXTERNA SOLICITADA

Esta Seção tem por finalidade esclarecer a conveniência de se contar com a cooperação de uma fonte ou instituição em particular, o tipo de cooperação técnica solicitada (pesquisa conjunta, fortalecimento institucional, estudo de pré-viabilidade, etc.) e os mecanismos a serem utilizados (prestação de consultoria, treinamento, etc.).

5.1 Justificativa para Escolha da Fonte Externa

Devem ser apresentados elementos que justifiquem a escolha da fonte externa de cooperação, que podem se referir, por exemplo, a trabalhos já realizados, a resultados obtidos a nível de sistema produtivo e à existência de centros de excelência na área em questão. No caso de cooperação com países em desenvolvimento, é recomendável que a capacitação técnica brasileira no tema seja explicitada, bem como identificadas as instituições nacionais que eventualmente possam contribuir na execução do projeto.

5.2 Peritos para Prestação de Consultoria

Indicar a necessidade de peritos de longo e de curto prazos e a duração da missão de cada perito em homens-mês. Indicar, também, o perfil profissional desejado de cada perito.

5.3 Treinamento

Indicar a necessidade de treinamento para que os objetivos do projeto sejam alcançados, especificando o tipo desejado e o valor estimado do mesmo. No caso de bolsas de estudo, especificar para cada uma: a) nível do estudo desejado; b) área e especialidade; c) local dos estudos e entidade escolhida; d) duração do estudo. No caso de seminários e estágios, especificar para cada um: a) área e assunto do estágio ou seminário; b) local de sua realização e entidade preferida; c) duração do estágio ou do seminário. Caso os treinamentos previstos se deem no próprio País, especificar o tema dos mesmos, a duração, o número de participantes e o apoio solicitado.

5.4 Equipamentos

Alguns países que prestam cooperação técnica preveem a doação de equipamentos; caso seja necessário complementar a infraestrutura da entidade executora, deverão ser indicados os equipamentos a serem doados, indispensáveis à realização do projeto. Não é necessário apresentar particularidades ou detalhes dos equipamentos, devendo-se indicar somente seu tipo ou características gerais.

Observação: é importante considerar que, frequentemente, os projetos não contemplam todas as modalidades de cooperação anteriormente indicadas (consultoria, treinamento e doação de equipamentos), devendo-se solicitar somente aqueles compatíveis com a natureza do projeto apresentado. Da mesma forma, nem todas as agências de cooperação preveem a doação de equipamentos.

5.5 Custo Estimado da Cooperação Solicitada

Para estimar-se os custos da cooperação solicitada, devem ser considerados os seguintes valores:

- a. Peritos - o valor mensal a ser considerado é de US\$ 10.000 por perito. Valor este que cobre os gastos com salários, encargos sociais, passagens internacionais e custos operacionais da fonte de cooperação.
- b. Treinamento - o custo mensal de uma bolsa de estudos a ser considerado é de US\$ 2.000, que inclui taxas de matrícula, material escolar, passagens aéreas e manutenção do bolsista por período mínimo de 6 meses. O custo de uma viagem de visitas técnicas ou de um estágio pelo período de um mês é de US\$ 4.000, que inclui material bibliográfico, passagens aéreas e manutenção do bolsista.
- c. Equipamentos - o valor dos equipamentos solicitados em doação não deve ser superior a 50% dos custos totais da cooperação solicitada.

SEÇÃO 6:

CONTRAPARTIDA OFERECIDA

Esta Seção destina-se a relacionar todos os elementos que compõem a contrapartida oferecida pela instituição executora e que garantirão o êxito dos trabalhos previstos no âmbito do projeto. Os elementos a serem considerados são:

6.1 Pessoal

Quantificar os técnicos de nível superior, técnicos de nível médio e pessoal administrativo que participarão diretamente da execução do projeto. No caso dos técnicos de nível superior, anexar os seus Currícula Vitae segundo o modelo indicado no exemplo do Capítulo 4.

6.2 Treinamento

Indicar os tipos de treinamento da equipe técnica do projeto ou do público-meta que serão patrocinados pela instituição executora nacional. Quando se tratar de bolsas de estudo, especificar para cada uma:

- a. nível do estudo a ser realizado;
- b. área e especialidade;
- c. local dos estudos e entidade patrocinadora.

No caso de seminários e estágios, especificar para cada um:

- a. assunto do treinamento;
- b. local de sua realização;
- c. duração do treinamento.

6.3 Material Permanente

Relacionar os equipamentos já existentes e aqueles a serem adquiridos pela instituição executora, com recursos próprios ou com apoio de entidades nacionais, que serão utilizados na realização do projeto. Relacionar, também, outros itens de despesa que se enquadrem na

rubrica Material Permanente, como veículos, máquinas de escritório, etc., a serem utilizados na execução do projeto.

6.4 Obras e Instalações

Caso a realização de despesas em infraestrutura esteja prevista no projeto, as obras correspondentes a serem realizadas com recursos próprios devem ser indicadas neste item. Para caracterizá-las, deverão ser fornecidos elementos que permitam formar uma ideia precisa das obras e instalações previstas, sem entrar, no entanto, em detalhes e particularidades. Neste sentido, deverão ser descritas somente as características gerais das obras, por exemplo: a área da construção ou a extensão da via de acesso. A infraestrutura já existente que será colocada à disposição do projeto deve ser apresentada de forma abrangente, relacionando laboratórios, plantas-piloto, escritórios e salas. A instalação adequada dos peritos no seu local de trabalho deve ser indicada neste item.

6.5 Diversos

Outros elementos que constituem uma contrapartida efetiva à realização do projeto deverão ser indicados neste item. Podem ser relativos à aquisição de material de consumo; contratação de serviços de terceiros; assistência médico-hospitalar aos peritos, moradia para os peritos e suas famílias, bem como à locomoção e ajudas de custo para viagens internas dos peritos por motivo de serviço.

6.6 Custo Estimado da Contrapartida Oferecida

Indicar os custos previstos, nos quais a instituição executora incorrerá ao longo do período de execução do projeto, para cada uma das rubricas.

6.7 Demonstrativo das Contribuições Financeiras

Neste item devem ser apresentados os valores correspondentes à cooperação solicitada e à contrapartida oferecida, por elemento de despesa. A contrapartida oferecida deve ser, no mínimo, igual ao valor da cooperação solicitada.

ANEXOS AO PCT

Em anexo ao documento de projeto, devem ser encaminhadas as seguintes informações:

Credenciais Técnicas da Instituição Executora - a apresentação das credenciais técnicas tem como objetivo caracterizar a instituição executora em termos institucional, técnico e financeiro. Neste sentido, as seguintes informações são solicitadas:

- natureza jurídica e vinculação institucional; quadro de pessoal (detalhado para nível superior);
- áreas de atuação da instituição;
- área física ocupada pelas suas instalações;
- serviços ofertados;
- orçamento anual;
- principais clientes;
- eventuais publicações técnicas da instituição (ver exemplo apresentado no Capítulo 4).

Curricula Vitae da Equipe Técnica do Projeto - os dados que devem constar dos Curricula Vitae resumidos dos técnicos de nível superior do projeto são:

- nome do técnico;
- nacionalidade, naturalidade e data do nascimento;

- curso de graduação superior;
- eventuais cursos de pós-graduação realizados;
- principais trabalhos realizados ou resumo de sua experiência profissional .

ANEXO F – Estrutura Lógica do projeto de Apoio Técnico e Social – PATS

4.5.1 Objetivo geral

Apoiar tecnicamente e do ponto de vista social a realização do Programa Ribeira Azul, implementando ações de cunho físico e social que fundamentem e reflitam a metodologia utilizada em Novos Alagados, permitindo a passagem de escala da dimensão de projeto, como feito em Novos Alagados, para a dimensão de programa, o Ribeira Azul, melhorando a vida de 150 mil pessoas.

4.5.2 Objetivos específicos

Objetivo Específico 1: Melhoramento Urbano e Regularização Fundiária

Implementação de atividades referentes ao fornecimento de apoio técnico, para a elaboração dos planos participativos de desenvolvimento de área para cada assentamento, da elaboração de planos arquitetônicos e de engenharia, para a infraestrutura e desenvolvimento urbano, assim como a execução de um plano para o melhoramento e ampliação de unidades habitacionais e construção de novas unidades para famílias realocadas.

Objetivo Específico 2: Desenvolvimento Econômico e Social

Atividades referentes à execução de ações sociais estratégicas, como programas e projetos nas áreas de educação, saúde, geração de renda, e lazer e esportes; a construção e/ou reforma de três equipamentos comunitários, nos quais serão realizados programas sociais; além da criação e/ou fortalecimento de cooperativas. Considerando-se a metodologia participativa do PATS, está prevista a realização de encontros com lideranças e moradores, para discussão dos Planos de Desenvolvimento Social e Educação Ambiental, como também dos projetos de cunho técnico. É de fundamental importância que os projetos só sejam implantados se estiverem em conformidade com a realidade cultural das comunidades do Ribeira Azul e sejam bastante aceitos pelos moradores.

Objetivo Específico 3: Criação de Capacidade Institucional para Programas de Larga Escala de Redução da Pobreza e de Melhoramento Urbano

Atividades referentes à: criação de um Comitê de Direcionamento Tripartite, voltado à função de avaliação do PRA, garantindo sua qualidade e coerência com os princípios do *Cities Alliance*; criação de um Comitê Consultivo, integrando todas as entidades envolvidas com representação da comunidade, para revisar o processo de implementação e dar sugestões e direcionamento à Unidade de Gestão do Projeto (UGP); criação de uma UGP e o

fornecimento de parte do pessoal e do suporte logístico para suas operações. Inclui também a sistematização e a divulgação da metodologia aplicada, fortalecendo a capacidade institucional da CONDER, permitindo a passagem de escala de projeto para programa, capacitando operadores públicos na área do planejamento urbano. Inclui ainda a realização de estudos dos assentamentos informais da RMS e a elaboração de um programa de integração dessas áreas. Nestas atividades também estarão incluídos alguns dos estudos necessários para a preparação de um programa de melhoramento de assentamentos urbanos informais, que seja extensivo a toda a cidade, na RMS. Todas estas atividades - treinamento, sistematização e divulgação da metodologia, e participação em estudos específicos - irão contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional, permitindo que operadores públicos locais aprimorem seus conhecimentos e se tornem aptos a realizar programas de dimensão regional (*scaling-up*).

Grupos de Atividades Relacionadas aos Três Objetivos Específicos

Objetivo Específico 3

- 1) Criar e pôr em funcionamento o Comitê de Direcionamento Tripartite, composto pelo MAE, Banco Mundial e CONDER (representando o Governo do Estado da Bahia);
- 2) Criar e pôr em funcionamento o Comitê Consultivo, integrando todas as entidades envolvidas no Programa, com representação da comunidade;
- 3) Criar a Unidade de Gestão do Programa (UGP)– fornecendo parte do pessoal e da logística e, através desta unidade, apoiar tecnicamente e desenvolver a capacidade de implementação do Programa Ribeira Azul;

Objetivo Específico 1

- 4) Fornecer apoio técnico para a elaboração do Plano Global de intervenção do PRA, incluindo projetos físicos e sociais, dentro de um processo participativo que deverá permear as atividades do Programa Ribeira Azul;
- 5) Apoiar as ações do Governo na área de habitação, executando um plano de melhoramento habitacional e construindo novas unidades (esta última, em grande parte, com famílias realocadas);

Objetivo Específico 2

- 6) Executar ações sociais estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico, incluindo a execução de programas sociais em Novos Alagados 2ª Etapa e a criação e gestão de equipamentos sociais, com a intenção de virem a ser pontos de encontro da comunidade na área do Ribeira Azul;

Objetivo Específico 3

- 7) Adequar a metodologia de intervenção aplicada em Novos Alagados, visando promover a passagem de escala de projeto, pontual e localizada, para uma escala de programa, portanto, com uma dimensão regional urbana, sistematizando e divulgando esta metodologia e fortalecendo a capacidade institucional, através da capacitação de operadores públicos na área do planejamento urbano;
- 8) Preparar um programa de estudo que possa dar suporte à preparação de um programa de melhoramento urbano em toda a RMS, contribuindo para a redução da pobreza nesta região metropolitana.